

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

**RELATÓRIO DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
GESTÃO 2013**

**DESEMBARGADOR VANDERLEI ROMER
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA**

**Florianópolis/SC
(dezembro/2013)**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO - PALAVRAS INICIAIS.....	10
2 ESTATÍSTICA DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA.....	11
3 ATIVIDADES DOS NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO.....	15
3.1 NÚCLEO I: Orientação Institucional.....	15
3.2 NÚCLEO II: Planejamento, Projeto e Revisão do Código de Normas	15
3.2.1. Atividades desenvolvidas durante o ano de 2013:.....	15
3.2.2. Projetos.....	16
3.2.2.1. Revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.....	16
3.2.2.2. Comissão da Saúde.....	17
3.2.2.3. Reestruturação da Corregedoria-Geral da Justiça.....	17
3.2.2.4. Portal Assistência à Saúde.....	17
3.2.2.5. Programa de Julgamento Prioritário.....	18
3.2.2.6. Mutirão de Sentenças.....	18
3.2.2.7. Sistema Malote Digital – Hermes.....	18
3.2.2.8. Promoção por Merecimento.....	18
3.2.2.9. Certidão Negativa na Web.....	19
3.2.2.10. Escritório de Projetos.....	19
3.2.2.11. Planejamento Estratégico da Corregedoria-Geral da Justiça.....	19
3.2.2.12. Novo Sítio da Corregedoria-Geral da Justiça.....	19
3.2.2.13. Página para peticionamento no Sítio da Corregedoria-Geral da Justiça.....	20
3.2.3. Eventos.....	20
3.2.3.1. 64º ENCOGE – Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais.....	20
3.2.3.2. Questionário sobre saúde e bem estar aos magistrados.....	20
3.3 NÚCLEO III: Correicional e Instrução Disciplinar	21
3.3.1 Inspeções Mistas.....	21
3.3.2 Inspeções Remotas.....	23
3.3.3 Estatística Geral - Inspeções.....	25
3.3.4 Instruções em Processos Administrativos.....	26
3.3.5 Participações dos Servidores em Cursos de Capacitação.....	26
3.3.6 Demais atividades.....	27
3.3.7 Amostra de imagens fotográficas realizadas durante as inspeções mistas.....	27
3.4 NÚCLEO IV: Serventias Extrajudiciais.....	28
3.4.1. Considerações iniciais.....	28
3.4.2. Atividades Desenvolvidas.....	30
3.4.3 Comissão dos Sistemas Eletrônicos 2013.....	41
3.4.3.1 Selo Digital de Fiscalização e Auditoria dos Atos.....	41
3.4.3.2 Documentos publicados no Selo Digital em 2013.....	43
3.4.3.3 Gráficos relativos à utilização do selo digital de fiscalização em 2013.....	44
3.4.4 Central de Protestos.....	45
3.4.5 Central Digital de Informações Extrajudiciais.....	47
3.4.6 Central de Registro de Imóveis.....	50
3.4.7 Central de Informações do Registro Civil (CRC).....	52
3.4.8 Sistema de Inspeções Virtuais/Auditoria do Selo Digital.....	54
3.4.8.1 Funcionamento.....	54
3.4.8.2 Implantação.....	54
3.4.8.3 Resultados.....	55
3.4.8.4 Atividades Desenvolvidas no Setor do Selo.....	56
3.5 NÚCLEO V – Direitos Humanos.....	61
3.5.1 Instituições de Acolhimento.....	62
3.5.2 Unidades Prisionais.....	65
3.5.3 Centros Socioeducativos.....	68
3.5.4 Instrução Disciplinar.....	69
3.5.5 Atendimento ao Público em Geral.....	69
3.5.6 Desenvolver a evolução da Justiça de Primeiro Grau.....	70
3.5.7 Total de Reuniões realizadas.....	70
3.5.8 Projetos Desenvolvidos.....	71
3.5.8.1 Direito de Ser Idoso.....	71
3.5.8.2 Novos Caminhos, Novas Oportunidades.....	77

3.5.9 Participação em Projetos:	80
3.5.9.1 Saúde do Magistrado	80
3.5.9.2 Mutirão da Força Nacional da Defensoria Pública da União.....	80
3.5.9.3 Garantia da Segurança de Magistrados.....	80
3.5.10 Palestras proferidas.....	81
3.5.11 Participação em audiências públicas	82
3.5.12 Participação em Eventos.....	83
4 ATIVIDADES DA ESCRIVANIA CORREICIONAL	83
4.1 Núcleo I - De orientação institucional.....	83
4.2 Núcleo II - De planejamento e de projetos	84
4.3 Núcleo III - De inspeção correicional e instrução disciplinar.....	85
4.4 Núcleo V.....	91
4.5 Apresentações, palestras e cursos.....	91
5 ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA.....	91
6 ATIVIDADES DA DIVISÃO JUDICIÁRIA.....	93
7 ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE CUSTAS E EMOLUMENTOS	95
7.1 Atendimento a consultas por telefone.....	95
7.1.1 Foro Judicial.....	96
7.1.2 Foro Extrajudicial.....	96
7.2 Elaboração de pareceres acerca das custas, dos emolumentos e dos cálculos judiciais.....	96
7.3 Atendimento a consultas por <i>e-mail</i> e telefone.....	96
7.4 Atendimento de pessoas que estiveram na Corregedoria.....	96
7.5 Participação em grupos de trabalho, desenvolvimento de projetos e inspeções correicionais.....	96
7.6 Outras atividades	98
7.7 Projetos em andamento.....	99
7.8 Participação em eventos	99
8 ATIVIDADES DA ASSESSORIAS DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA	99
8.1 Sistema Estatística para o Corregedor-Geral da Justiça	99
8.2 Manutenção no site da Corregedoria Geral da Justiça.....	100
8.3 Novo <i>Layout</i> para o Site da Corregedoria	101
8.4 Site da CEIJ.....	101
8.5 Cadastro Único Informatizado de Adoções e Abrigos – CUIDA	101
8.6 SPO – Sistema de Pagamento de Oficiais de Justiça	101
8.7 Plantão Judicial de Primeiro Grau	102
8.8 Sistema de Inspeção Virtual	102
8.9 Emissão de Relatórios Estatísticos	102
8.10 Troca de Microcomputadores e Periféricos	102
8.11 Sistema Segurança Pública - SSP.....	102
8.12 Sistemas do Conselho Nacional da Justiça - CNJ.....	103
8.13 Tribunal Regional Eleitoral - TRE	103
8.14 Rol de Antecedentes Criminais	103
8.15 Metas do Conselho Nacional de Justiça	103
8.16 Projeto Malote Digital	104
8.17 Portal do Extrajudicial.....	104
8.18 Projeto de Selos	104
8.19 Projeto Ressarcimento de Selos.....	104
8.20 Projeto Selo Digital	105
8.21 Escritura Pública de Separação, Divórcio, Inventário e Partilha em área restrita.....	105
8.22 Ressarcimento dos Juizes de Paz.....	106
8.23 Área restrita extrajudicial	106
8.24 Portal de Consulta do Selo Digital.....	106
8.25 Cadastro dos Juizes de Paz	107
8.26 Módulo de Cadastro on-line das serventias	107
8.27 Pesquisa de cartórios	108
8.28. Atividades diversas.....	108
8.29 Atendimento	108
8.30 Atendimento TSI – Técnico de Suporte em Informática	109
9 ATIVIDADES DA COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA	113
9.1 Apresentação	113
9.2 Quadro de pessoal.....	113
9.3 Atribuições	113

9.4 Projetos/Atividades.....	115
9.4.1 Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA	115
9.4.2 Sistemas do Conselho Nacional de Justiça	115
9.4.3 Programa de Preparação para Pretendentes à Adoção	115
9.4.4. Projeto de Acompanhamento e Supervisão às Entidades de Acolhimento.....	116
9.5 Eventos/Treinamentos	116
9.6 Dados estatísticos	116
9.6.1 Sessões de julgamento dos pedidos de habilitação internacional	116
8.6.2 Adoções realizadas	117
9.6.3 Pretendentes habilitados (dados gerais):.....	118
9.6.4 Entidades de acolhimento cadastradas na Ceja.....	119
9.6.5 Crianças/Adolescentes acolhidos.....	120
9.7 Grupos de Estudos e Apoio à Adoção	121
9.8 Propostas	121
9.9 Conclusões.....	122
10. ATIVIDADES DA SECRETARIA-GERAL	124
10.1 Atividades Desenvolvidas	124
10.2 Participação dos servidores da Secretaria- Geral em cursos de capacitação.....	127
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
ANEXO	129
11.1 Anexo 1	129
Relatório anual do Movimento Forense do Primeiro Grau de Jurisdição – Divisão Judiciária	129

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

DIVISÃO JUDICIÁRIA

ANÁLISE DO MOVIMENTO DAS CASAS DA CIDADANIA

2013 (janeiro a novembro)

COMARCA	CASA DA CIDADANIA	TOTAL DE PROCEDIMENTOS INICIADOS	ACORDOS	ACORDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROCEDIMENTOS	PESSOAS OUVIDAS
TOTAL		11.505	5.643	49%	42.958
RIO DO SUL	AGRONÔMICA	54	33	61%	68
ASCURRA	ASCURRA	245	173	71%	151
RIO DO SUL	AURORA	72	56	78%	53
ARAQUARI	BALNEÁRIO BARRA DO SUL	32	23	72%	5.281
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	347	263	76%	3.870
TIMBÓ	BENEDITO NOVO	174	100	57%	415
LAGES	BÓCAINA DO SUL	3	0	0%	3
BRUSQUE	BOTUVERÁ	184	152	83%	0
CAMBORIÚ	CAMBORIÚ	149	127	85%	1.184
SÃO BENTO DO SUL	CAMPO ALEGRE	174	129	74%	406
TJUCAS	CANELINHA	25	25	100%	798
CAMPO BELO DO SUL	CAPÃO ALTO	0	0	0%	12
ANITA GARIBALDI	CELSO RAMOS	41	35	85%	1.020
CRICIÚMA	CENTRO	684	50	7%	206
CAMPO BELO DO SUL	CERRO NEGRO	12	9	75%	91
URUSSANGA	COCAL DO SUL	192	4	2%	62
PRESIDENTE GETÚLIO	DONA EMMA	97	92	95%	24
TIMBÓ	DOUTOR PEDRINHO	67	49	73%	22
QUILOMBO	FORMOSA DO SUL	18	13	72%	20
FRAIBURGO	FRAIBURGO	52	47	90%	0
BRUSQUE	GUABIRUBA	7	3	43%	2.286
ITUPORANGA	IMBUIA	231	117	51%	7.749
INDAIAL	INDAIAL	238	162	68%	1.411
CAPINZAL	IPIRA	54	26	48%	68
ABELARDO LUZ	IPUAÇU	56	26	46%	129
MARAVILHA	IRACEMINHA	46	36	78%	64
CATANDUVAS	JABORÁ	23	17	74%	2.801
JOAÇABA	JOAÇABA	106	46	43%	134
IBIRAMA	JOSÉ BOITEUX	86	30	35%	57
CAPINZAL	LACERDÓPOLIS	90	80	89%	49
RIO DO OESTE	LAURENTINO	404	320	79%	232
RIO DO SUL	LONTRAS	290	204	70%	782
NAVEGANTES	LUIZ ALVES	8	2	25%	154
MARAVILHA	MARAVILHA	160	63	39%	102
FRAIBURGO	MONTE CARLO	96	41	43%	87
URUSSANGA	MORRO DA FUMAÇA	32	31	97%	229
SÃO JOÃO BATISTA	NOVA TRENTO	243	219	90%	440
CRICIÚMA	NOVA VENEZA	42	33	79%	111
ORLEANS	ORLEANS	391	151	39%	20
CAPINZAL	OURO	16	11	69%	92
ABELARDO LUZ	OURO VERDE	133	115	86%	285
DIONÍSIO CERQUEIRA	PALMA SOLA	75	29	39%	1.848
SANTA ROSA DO SUL	PASSO DE TORRES	40	34	85%	111
BALNEÁRIO PIÇARRAS	PENHA	1.292	106	8%	1.131
ITUPORANGA	PETROLÂNDIA	154	34	22%	2.363
CAPINZAL	PIRATUBA	44	20	45%	170
CORREIA PINTO	PONTE ALTA	23	15	65%	63
TROMBUDO CENTRAL	POUSO REDONDO	141	113	80%	419
PRESIDENTE GETÚLIO	PRESIDENTE GETÚLIO	554	101	18%	48
RIO DO SUL	PRESIDENTE NEREU	43	31	72%	18
CRICIÚMA	PRÓSPERA	300	44	15%	86
CAÇADOR	RIO DAS ANTAS	67	42	63%	305
RIO DO CAMPO	RIO DO CAMPO	115	57	50%	131
RIO DO OESTE	RIO DO OESTE	84	48	57%	77
TIMBÓ	RIO DOS CEDROS	90	62	69%	171
CRICIÚMA	RIO MAINA	498	51	10%	113
ANCHIETA	ROMELÂNDIA	84	54	64%	1.084
CRICIÚMA	SIDERÓPOLIS	59	56	95%	77
CURITIBANOS	SÃO CRISTÓVÃO DO SUL	2	1	50%	31
TJUCAS	TJUCAS	966	861	89%	0
TIMBÓ	TIMBÓ	161	46	29%	0
SANTA CECÍLIA	TIMBÓ GRANDE	146	41	28%	1.530
JOAÇABA	TREZE TILHAS	360	166	46%	73
CANOINHAS	TRÊS BARRAS	178	118	66%	957
ITUPORANGA	VIDAL RAMOS	29	21	72%	205
PRESIDENTE GETÚLIO	VITOR MEIRELES	28	25	89%	128
PRESIDENTE GETÚLIO	WITMARSUM	168	110	65%	364
CAMPOS NOVOS	ZORTÉA	115	109	95%	170
JOAÇABA	ÁGUA DOCE	144	82	57%	123
CORONEL FREITAS	ÁGUAS FRIAS	171	53	31%	194
TOTAL		11.505	5.643	49%	42.958

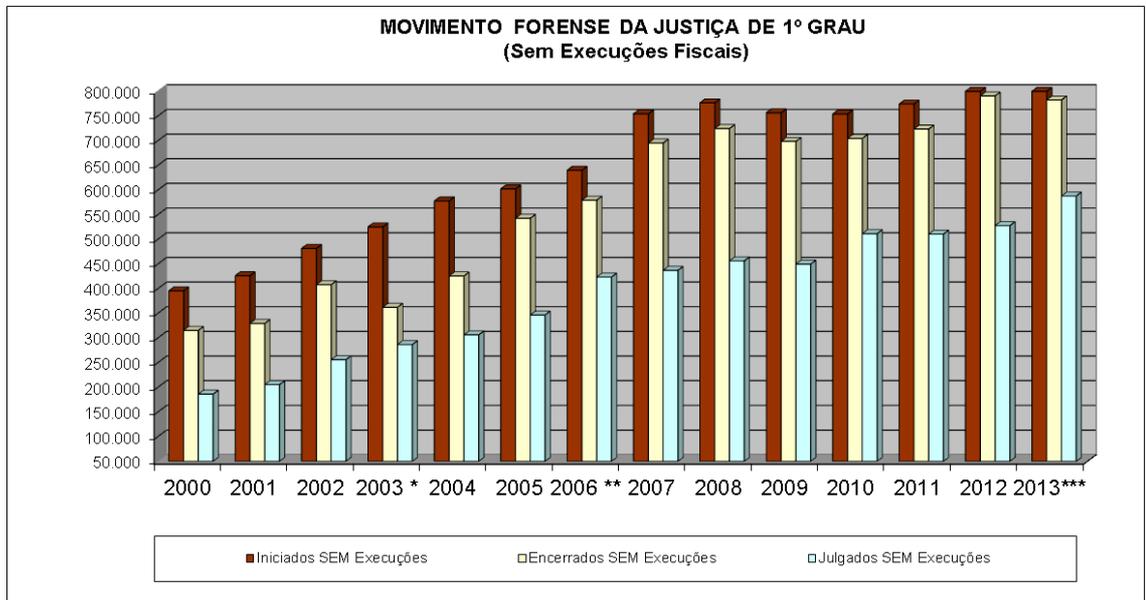
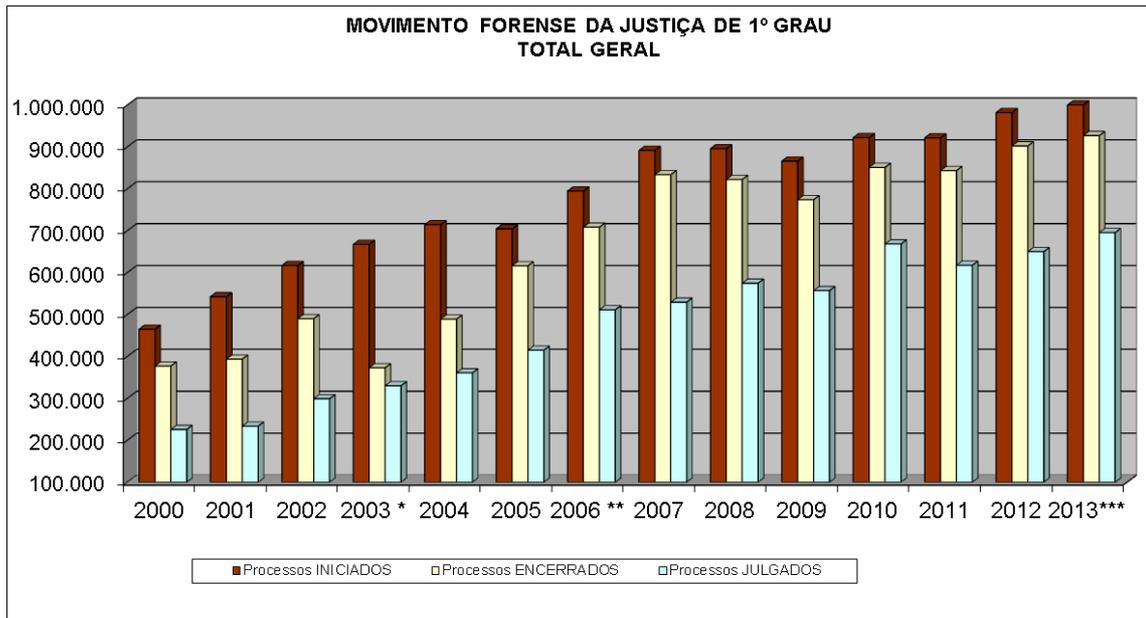
130

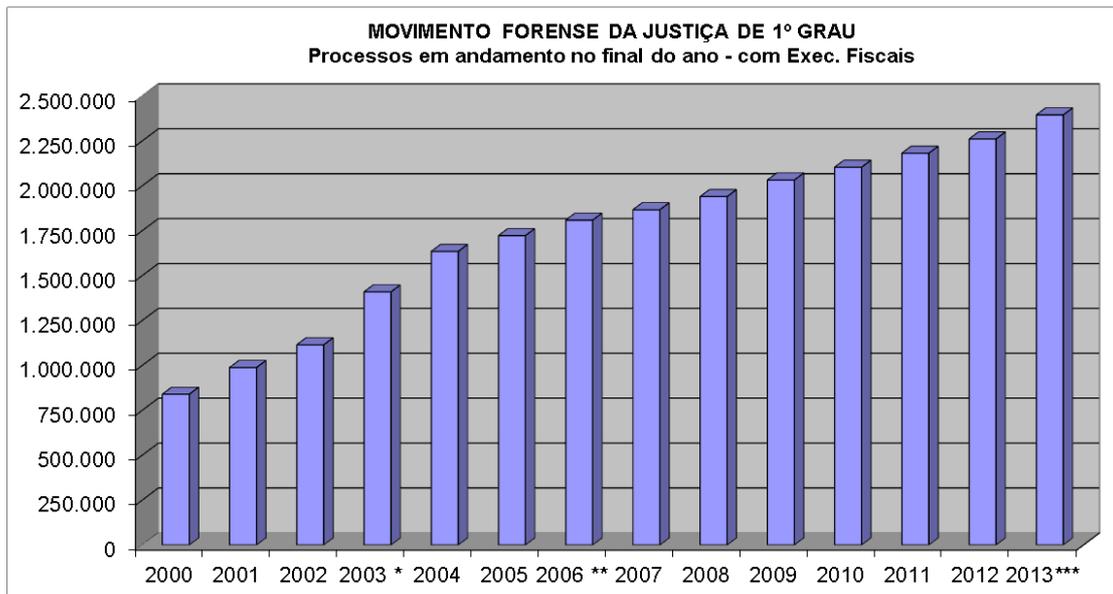
Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina - Corregedoria-Geral da Justiça - Divisão Judiciária															
Movimento Forense da Justiça do Primeiro Grau de Jurisdição															
Consideradas todas as classes processuais (de conhecimento, execuções de sentença, incidentes e as ações incidentais) - menos recursos															
Ano	Processos Iniciados Total	Execuções Fiscais Iniciadas	Iniciados SEM Execuções	Processos Encerrados Total	Execuções Fiscais Encerradas	Encerrados SEM Execuções	Processos Julgados Total	Execuções Fiscais Julgadas	Julgados SEM Execuções	Em Andamento final do ano Total	Execuções Fiscais em Andamento	Em Andamento Sem Execuções	Média de Juízes 1º grau em atividade (final do ano)	Média proc. Julg. por juiz - SEM exec fisc	Média proc. julg por juiz - COM Exec Fisc
2000	464.945	69.436	395.509	377.205	61.736	315.469	225.789	39.652	186.137	839.081	275.897	563.184	257	724	879
2001	542.599	116.352	426.247	393.699	64.082	329.617	233.686	28.198	205.488	987.981	328.167	659.814	249	825	938
2002	616.933	135.412	481.521	490.228	82.101	408.127	299.203	43.265	255.938	1.114.686	381.478	733.208	260	984	1.151
2003*	667.280	142.118	525.162	372.990	10.576	362.414	330.009	43.313	286.696	1.408.976	513.020	895.956	279	1.028	1.183
2004	714.434	136.602	577.832	489.021	63.243	425.778	360.786	54.486	306.300	1.634.389	586.379	1.048.010	298	1.028	1.211
2005	704.333	101.933	602.400	616.176	73.485	542.691	414.856	68.076	346.780	1.722.546	614.827	1.107.719	321	1.080	1.292
2006**	794.603	154.514	640.089	708.469	128.986	579.483	511.242	87.663	423.579	1.808.680	640.355	1.168.325	316	1.340	1.618
2007	891.623	137.153	754.470	833.772	138.500	695.272	529.360	92.297	437.063	1.866.531	639.008	1.227.523	327	1.337	1.619
2008	895.640	118.915	776.725	822.255	97.678	724.577	574.739	118.390	456.349	1.939.916	660.245	1.279.671	352	1.296	1.633
2009	866.152	109.555	756.597	774.026	75.450	698.576	556.998	107.197	449.801	2.032.042	694.350	1.337.692	352	1.278	1.582
2010	922.197	168.052	754.145	851.085	146.461	704.624	668.301	156.866	511.435	2.103.154	715.941	1.387.213	361	1.417	1.851
2011	921.528	147.302	774.226	843.562	119.994	723.568	617.546	106.889	510.657	2.181.120	743.249	1.437.871	362	1.411	1.706
2012	981.849	131.652	850.197	902.366	111.583	790.783	650.066	122.245	527.821	2.260.603	763.318	1.497.285	356	1.483	1.826
2013***	1.061.150	114.340	946.810	927.052	144.500	782.552	695.604	107.686	587.918	2.394.701	733.158	1.661.543	379	1.551	1.835

(*) Nos anos de 2000 a 2005 foram ajustados os valores dos processos julgados, em virtude de não mais se considerar os arquivamentos administrativos.

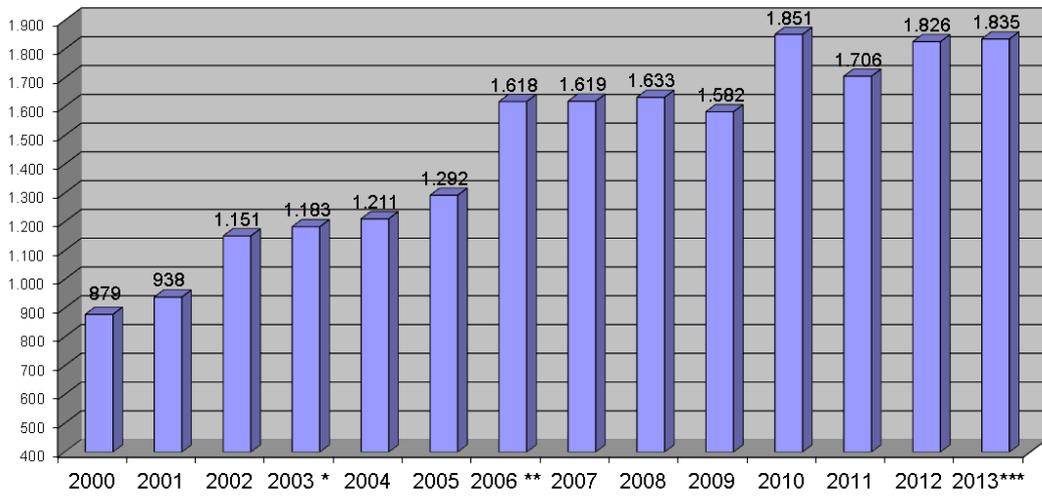
(**) No ano de 2006 a Corregedoria passou a utilizar o Saj/Estatística como ferramenta de trabalho, que possui uma metodologia ligeiramente diferenciada dos antigos "mapas estatísticos", o que pode ocasionar pequenas variações na totalização dos dados.

(***) Valores projetados para o mês de dezembro/2013, bem como sujeito à alterações em virtude de problemas ocorridos na migração do saj3 para o saj5.





Média anual de processos julgados por magistrado em exercício na Justiça de 1º Grau - com execuções fiscais



1. INTRODUÇÃO - PALAVRAS INICIAIS

Em cumprimento ao disposto no artigo 383, inciso XIX, da Lei n. 5.624/1979 – Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, e também aos princípios da eficiência e da transparência, apresento o relatório de atividades desta Corregedoria-Geral da Justiça, no foro judicial e extrajudicial, relativo ao ano de 2013.

A apresentação ganha relevo porque é feita às vésperas do término do mandato dos atuais gestores do Órgão Censório e por sintetizar a proporção de realização dos objetivos ao início traçados.

Os respectivos núcleos correicionais, as divisões e outros setores da Corregedoria estão fornecendo, em anexo, elementos detalhados e que integram este relatório, os quais estarão disponíveis no sítio eletrônico “<http://cgj.tjsc.jus.br/transparencia/index.htm>”.

Florianópolis, em 18 de dezembro de 2013

Desembargador **Vanderlei Romer**
Corregedor-Geral da Justiça

2 ESTATÍSTICA DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

2.1 Movimentação de processos no período de janeiro a novembro de 2013 (Inspeção, Procedimento Disciplinar Administrativo, Sindicância, Reclamação Disciplinar, Pedido de Providências, Representação por Excesso de Prazo, Consulta, etc.)

2.1.1	Processos vindos de 2012:	1.731
2.1.2	Processos entrados de janeiro a novembro de 2013:	3.604
2.1.2.1	Judicial:	1.130
2.1.2.2	Extrajudicial:	2.474
2.1.3	Processos despachados/finalizados no período de janeiro a novembro de 2013:	2.225
2.1.3.1	Judicial:	1.849
2.1.3.2	Extrajudicial:	376
2.1.4	Processos pendentes em novembro de 2013:	1.573
2.1.4.1	Judicial:	1.021
2.1.4.2	Extrajudicial:	552

2.2 Principais ações e eventos

2.2.1 Intensificação de visitas às comarcas para estreitamento de relações entre a Corregedoria-Geral da Justiça e os magistrados de primeiro grau.

2.2.2 Realização e superação das metas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, de inspeção judicial nas unidades do primeiro grau de jurisdição e nas serventias extrajudiciais.

2.2.3 Intensificação das campanhas de adoção – CEJA, e participação nas sessões de julgamento para adoções internacionais.

2.2.4 Realização de cursos de capacitação para pretendentes à adoção, em parceria com a Academia Judicial.

2.2.5 Reuniões com Juízes de Execução Penal para traçar estratégias de combate à violência e ao crime organizado, sobretudo nos recentes tumultos em Santa Catarina e na transferência de presos pela Força Nacional de Segurança Pública.

2.2.6 Inspeção assídua, por intermédio do Núcleo V da Corregedoria-Geral da Justiça, nos estabelecimentos prisionais, de internação e de abrigo, a fim de coibir torturas, maus tratos e verificar as condições desses locais de custódia.

2.2.7 Instituição da Comissão de Segurança e Proteção aos Magistrados, com participação, mediante convênio, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, da Secretaria de Estado de Segurança Pública e do Ministério Público, a qual atuou em vários casos concretos. Essa iniciativa foi aprovada por todas as Corregedorias - Gerais da Justiça dos Estados, em recente encontro nacional do Colégio Permanente dos Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (64º ENCOGE).

2.2.8 Instituição da Comissão de Saúde para Magistrados e Servidores, com o objetivo de diagnosticar, prevenir e tratar de seus principais sintomas e consequências. Trata-se do primeiro trabalho sério feito nessa área, com repercussão nacional e também tido por modelo no 64º ENCOGE.

2.2.9 Instituição da Comissão Mista para valorização dos Magistrados e elaboração de corretos critérios para promoção por merecimento. Esses trabalhos, infelizmente, ainda não foram concluídos.

2.2.10 Participação contínua, por meio do Núcleo II - Planejamento, Projetos e Revisão do Código de Normas, e da Assessoria de Informática desta Corregedoria-Geral da Justiça, na busca de soluções e inovações na área de tecnologia, em especial no recente Processo Judicial Eletrônico – Pje.

2.2.11 Mutirão de Sentenças dos novos Juízes Substitutos. Convém dizer que o Mutirão de Sentenças foi instituído pela Resolução Conjunta n. 1/2013, com a finalidade de estimular o julgamento dos processos conclusos para sentença com data de distribuição mais antiga. Como foco nesse objetivo, o projeto apresentou como resultado o montante de 2.146 (dois mil e cento e quarenta e seis) processos julgados no período compreendido entre os dias 1º de abril a 29 de novembro do corrente ano. Em suas quatro fases, o projeto contou com a participação de 27 (vinte e sete) juízes sentenciadores e 50 (cinquenta) juízes cedentes e auxiliou ao total 52 (cinquenta e duas) unidades jurisdicionais em todo o Estado. A separação dos feitos aptos a julgamento procurou priorizar os processos de conhecimento distribuídos até 31-12-2008 (acervo do PJP).

2.2.12 Realização de várias reuniões com a recém-instalada Defensoria Pública Estadual, visando amenizar a deficiência da assistência judiciária em todo o Estado e os reflexos danosos daí decorrentes.

2.2.13 Participação do Corregedor-Geral da Justiça e da Vice-Corregedora-Geral da Justiça em curso de capacitação dos novos defensores públicos estaduais.

2.2.14 Reunião com representantes da Fazenda Pública Federal, Estadual de alguns Municípios, com o objetivo de reduzir o número de ações judiciais de cobrança de dívidas tributárias, inclusive mediante protesto de CDA's.

2.2.15 Reuniões com o Secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, na busca de solução para internação de menores e para atenção aos internados ao Hospital de Custódia.

2.2.16 Reunião com o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina sobre a Resolução n. 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, que define a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária.

2.2.17 Instituição, perante o Núcleo V da Corregedoria-Geral da Justiça, do projeto “Direito de Ser Idoso”, com o escopo de promover ações que aproximem o Judiciário da sociedade. O projeto pretende, igualmente, expor questões relacionadas às garantias e violências contra o idoso, bem como impulsionar ações que assegurem à população idosa o acesso aos direitos garantidos na Constituição Federal, no Estatuto do Idoso, no Código de Processo Civil e na Resolução n. 14 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

2.2.18 Portal de Assistência à Saúde, que consiste em um espaço criado na *internet*, no sítio da Corregedoria-Geral da Justiça, com informações fornecidas pela Secretaria de Estado da Saúde relativas aos medicamentos e tratamentos padronizados e recomendados pelo Ministério da Saúde e pela Anvisa, oferecidos à população por meio do Sistema Único de Saúde – SUS, bem como com esclarecimentos a respeito do funcionamento do SUS e das responsabilidades dos Municípios, dos Estados e da União.

2.2.19 Programa de Preparação para Pretendentes à Adoção, o qual visa esclarecer os pretendentes à adoção sobre os aspectos jurídicos, sociais e psicológicos da adoção.

2.2.20 Revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, atividade desenvolvida por equipe multifuncional, composta por servidores dos principais setores do Órgão Censório, sob a coordenação do Juiz-Corregedor do Núcleo II – Planejamento, Projetos e Revisão do Código de Normas, no intento de adequá-lo textualmente ao dinamismo das alterações sofridas pelo ordenamento jurídico vigente. O texto proposto, e devidamente aprovado, trata da consolidação de provimentos e atos administrativos de caráter geral e abstrato relativo ao foro de primeiro grau e serviços notariais e de registro.

2.2.21 Reestruturação da Corregedoria-Geral da Justiça, projeto iniciado no ano de 2009, ocasião em que foi apresentada uma primeira proposta, seguida de outra, nenhuma delas, todavia, submetida à apreciação e consequente aprovação. No ano de 2012, foi determinada a criação de um novo grupo de trabalho, a fim de dar continuidade ao projeto, com a efetiva elaboração de um novo Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça, sob a coordenação do Juiz-Corregedor do Núcleo II – Antônio Zoldan da Veiga. Na esteira dessa determinação, celebrou-se, com a Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, o Contrato n. 23/2013, para a realização de estudo sobre a reestruturação, com a colaboração de servidor vinculado à Direção-

Geral Judiciária da Presidência do e. Tribunal de Justiça. Ao término dos trabalhos, foi apresentado relatório final de análise do mapeamento dos processos e a proposição de uma nova arquitetura organizacional para o Órgão Censório, a qual ajusta as distorções dos atuais setores correicionais e rompe com tendências arcaicas e ultrapassadas. Atende, ainda, à Meta de Nivelamento n. 2/2013, do Conselho Nacional de Justiça, a qual estabeleceu a proposição de medidas para a implantação de estrutura orgânica definitiva para as Corregedorias - Gerais da Justiça, assegurando-lhes uma maior autonomia. A reestruturação, de outro vértice, alinha-se com os objetivos estratégicos do Poder Judiciário Catarinense. O projeto foi aprovado e o próximo passo é a alteração do Regimento Interno da Corregedoria-Geral de Justiça, de modo a contemplar o modelo delineado no citado relatório final, seguido de sua remessa ao Conselho da Magistratura, para análise.

2.2.22 Inspeção da Corregedoria Nacional de Justiça para verificação do funcionamento dos serviços judiciais e auxiliares, das serventias e dos órgãos prestadores de serviços notariais e de registro do Estado de Santa Catarina (Portaria n. 1, de 15 de janeiro de 2013), com início em 18 de fevereiro de 2013 e encerramento em 1º de março de 2013. Todas as determinações e recomendações foram atendidas.

2.2.23 Participação no 62º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil – 62º ENCOGE, em Ouro Preto, Estado de Minas Gerais; e no 63º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil – 63º ENCOGE, em Manaus, Estado do Amazonas.

2.2.24 Realização do 64º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil, nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2013, no município de Florianópolis. O evento teve como tema principal a “Segurança e Saúde do Magistrado: elementos essenciais à independência do Poder Judiciário”. Mas outros assuntos foram objeto de discussão, contemporâneos e de grande importância para a sociedade brasileira, tais como mediação e conciliação nas serventias extrajudiciais e protesto de certidão de dívida ativa. Na oportunidade, firmou-se a “Carta de Florianópolis”. O sucesso do evento foi reconhecido por todos os participantes.

2.2.25 Apresentação de Relatórios Conclusivos referentes aos procedimentos disciplinares instaurados contra magistrados na Corregedoria-Geral da Justiça perante o egrégio Tribunal Pleno da Corte Catarinense (Resolução n. 135/2011, do Conselho Nacional de Justiça).

2.2.26 Participação nas sessões do Conselho da Magistratura e do Conselho Gestor de dos Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos, como relator e vogal.

3 ATIVIDADES DOS NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

3.1 NÚCLEO I: Orientação Institucional

No período de janeiro a 11 de dezembro de 2013, 872 procedimentos administrativos foram distribuídos ao Núcleo I da Corregedoria-Geral da Justiça. Desse universo, todos tramitaram em formato digital. Atualmente, 147 desses feitos continuam em curso;

Quanto aos atendimentos prestados pela assessoria do Núcleo I aos magistrados e jurisdicionados, contabilizam-se os seguintes dados:

- a) Atendimento prestado por telefone: 4.728;
- b) Atendimento prestado por correspondência eletrônica: 5620;
- c) Atendimento prestado pessoalmente: 567.

3.2 NÚCLEO II: Planejamento, Projeto e Revisão do Código de Normas

3.2.1. Atividades desenvolvidas durante o ano de 2013:

- a) Editadas 5 (cinco) Resoluções Conjuntas.
- b) Editados 3 (três) Provimentos.
- c) Editadas 5 (cinco) Circulares.
- d) Editados 55 (cinquenta e cinco) Ofícios-Circulares.
- e) Editados 12 (doze) Comunicados Eletrônicos.
- f) Editadas 2 (duas) Orientações e atualizadas 7 (sete).
- g) Exarados 711 (setecentos e onze) pareceres.
- h) Participação em 330 (trezentas e trinta) reuniões, sendo 269 (duzentas e sessenta e nove) do Núcleo, que contaram em grande parte com a presença do Juiz Corregedor, e 61 (sessenta e uma) exclusivas do Juiz Corregedor.
- i) Participação em 3 (três) ENCOGE – Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça e em 2 (duas) Reuniões da Equipe de Tecnologia da Informação do ENCOGE.
- j) Participação como palestrante em 2 (dois) cursos, um para a capacitação dos novos analistas jurídicos e outro para os candidatos aprovados na prova oral do concurso da magistratura.

- k) Remetidos 1.750 (um mil e setecentos e cinquenta) kits do Projeto Prodnasc para as unidades jurisdicionais com competência para a realização de audiência com coleta de material genético.
- l) Respondidas 2.778 (duas mil e setecentos e setenta e oito) mensagens, via correio eletrônico, correspondentes a 1.193 do Bacenjud e CCS, 125 do Infojud, 368 do SAT, 522 do Prodnasc e 570 de Projetos diversos.
- m) Realizados inúmeros atendimentos via telefone, com orientações ou informações relacionadas aos Sistemas Auxiliares: Bacenjud, CCS, SAT, Prodnasc, Sistemas CNJ, Jurisdição Delegada, Infojud, Renajud, etc.
- n) Realizado o acompanhamento das Metas de Nivelamento da Corregedoria-Nacional de Justiça, com a respectiva alimentação do sistema.
- o) Realizada a atualização do sítio da Corregedoria-Geral da Justiça.

3.2.2. Projetos

3.2.2.1. Revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça

Foi concluído o Projeto de Revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, com texto revisado e aprovado pelo Corregedor-Geral da Justiça, e divulgado por meio do provimento n. 10/2013, assinado em 8 de novembro de 2013, em solenidade oficial no 64º ENCOGE – Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil.

Com vigência prevista para 19 de maio de 2014, esta consolidação com caráter normativo possui a tarefa de uniformizar os procedimentos necessários a uma prestação jurisdicional cidadã, célere e eficiente.

Para tal desiderato, foi organizada equipe composta por servidores do quadro funcional desta Corregedoria, que dividiu a árdua tarefa em etapas, consistindo, essencialmente, no exame de eficácia e atemporalidade de cada dispositivo do Código ora revisado; na leitura e documentação de todo o material normativo produzido pela Corregedoria; na busca dos assuntos aos demais Códigos de Normas de todas as Corregedorias do Brasil; na consulta das sugestões encaminhadas por advogados, servidores e magistrados; na organização dos assuntos escolhidos, e, por fim, na edição do novo texto. A comissão realizou 110 (cento e dez) reuniões na área judicial.

3.2.2.2. Comissão da Saúde

O projeto iniciou com a Portaria n. 77/2012 do Corregedor-Geral da Justiça, que instituiu uma comissão, atribuindo-lhe a finalidade de aprofundar estudos e apresentar propostas de melhorias relacionadas à saúde dos magistrados e servidores.

A comissão realizou pesquisa sobre saúde e bem-estar com os magistrados do Poder Judiciário Catarinense, com o objetivo de identificar os principais problemas enfrentados para, depois, definir as melhorias necessárias.

Foram realizadas reuniões com as 14 (catorze) Coordenadorias Regionais da Associação dos Magistrados Catarinenses para divulgar a pesquisa. A participação foi expressiva, tendo em vista que 74% (setenta e quatro por cento) dos Juízes e Desembargadores responderam ao questionário. Com isso, a comissão elaborou 3 (três) propostas de melhorias a serem submetidas pelo Corregedor-Geral da Justiça ao Tribunal Pleno desta Corte para aprovação.

O resultado da pesquisa foi apresentado no 64º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil e contou com inúmeros adeptos.

3.2.2.3. Reestruturação da Corregedoria-Geral da Justiça

Foi editada a Portaria n. 54/2012 do Corregedor-Geral da Justiça, que criou a equipe de reestruturação e modernização da Corregedoria-Geral da Justiça. Foram realizadas reuniões pela equipe, e deliberado pelo Corregedor-Geral da Justiça a contratação da UDESC/ESAG (Contrato n. 023/2013), para a realização de estudo sobre a reestruturação, que conta, também, com a participação de um colaborador do Tribunal de Justiça.

A UDESC/ESAG apresentou a nova arquitetura organizacional, bem como a modelagem de processos de trabalho, compreendendo o mapeamento, análise e proposta de melhorias nos processos de desenvolvimento de trabalho e rotinas, que aguarda deliberação do Corregedor-Geral da Justiça.

3.2.2.4. Portal Assistência à Saúde

Esta Corregedoria-Geral da Justiça, por meio do Convênio n. 96/2013 firmado com a Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, criou o Portal Assistência à Saúde, que consiste em um espaço disponibilizado no sítio deste Órgão Correicional, com informações fornecidas pela Secretaria de Estado da Saúde relativas aos medicamentos e tratamentos padronizados e recomendados pelo Ministério da Saúde e pela Anvisa, oferecidos à população por meio do Sistema Único de Saúde – SUS – bem como com esclarecimentos a respeito do funcionamento do SUS e das responsabilidades dos Municípios, dos Estados e da União.

O Portal Assistência à Saúde tem como objetivo fornecer subsídios aos magistrados catarinenses na prolação de decisões em

processos judiciais que tratam sobre o fornecimento de medicamentos ou tratamento médico.

3.2.2.5. Programa de Julgamento Prioritário

O Programa de Julgamento Prioritário – PJP foi instituído por meio da Circular Conjunta n. 5/2012, e é destinado a acompanhar o andamento dos processos de conhecimento da Justiça de Primeiro Grau distribuídos há mais de cinco anos relativamente ao ano corrente.

A equipe do PJP registrou, no final do mês de novembro de 2013, a baixa de 20.025 (vinte mil e vinte e cinco) processos, o que representa 29,79% do acervo existente em 01/01/2013, de processos distribuídos até 31/12/2008.

3.2.2.6. Mutirão de Sentenças

O Mutirão de Sentenças, instituído pela Resolução Conjunta n. 1/2013, atingiu a quantidade de 2.146 (dois mil e cento e quarenta e seis) processos julgados. O projeto contou com a participação de 26 (vinte e seis) juízes sentenciadores e 48 (quarenta e oito) cedentes e auxiliou ao total 46 (quarenta e seis) unidades jurisdicionais em todo o Estado.

3.2.2.7. Sistema Malote Digital – Hermes

O Sistema Malote Digital (Hermes) constitui-se em mecanismo de comunicação oficial, por meio eletrônico, no Poder Judiciário. Esta Corregedoria-Geral da Justiça definiu a nomenclatura e a configuração das Unidades Organizacionais – UO's no âmbito do 1º Grau, observando os ditames da Resolução n. 100/2009, do Conselho Nacional de Justiça.

O sistema foi instalado em todos os cartórios extrajudiciais e para a implantação nas unidades jurisdicionais foi elaborado primeiramente um projeto piloto, para posteriormente realizar-se a instalação em ciclos.

O Projeto Piloto abrangeu as comarcas integradas da Capital, São José, Palhoça e Biguaçu. O primeiro ciclo abrangeu a instalação nas Distribuições Judiciais, Secretarias do Foro e Varas Únicas. O segundo ciclo foi destinado a todas as comarcas de duas Varas e algumas comarcas de três Varas. Já no terceiro ciclo, os trabalhos de instalação voltaram - se para as comarcas de três Varas ou mais, sendo que a previsão é de que até o final do corrente ano, cerca de 1300 (um mil e trezentas) Unidades Organizacionais estejam credenciados no sistema Malote Digital.

3.2.2.8. Promoção por Merecimento

Com o objetivo de implantar no Poder Judiciário Catarinense o conteúdo da Resolução n. 106 do Conselho Nacional de Justiça, o Corregedor-Geral da Justiça criou comissão responsável por elaborar estudos e propor critérios objetivos na promoção por merecimento na carreira da magistratura (Portaria CGJ n. 46/2012). A comissão, após consultar os

magistrados deste Estado sobre a matéria, elaborou minuta de resolução para definir os critérios objetivos. Com base nisso, foi elaborado, também, um projeto sobre a avaliação dos critérios na promoção por merecimento, o qual foi encaminhado aos magistrados do Estado para conhecimento e consulta de opinião.

3.2.2.9. Certidão Negativa na Web

O projeto de disponibilização de certidão negativa na web iniciou em novembro de 2012, com a instalação do piloto na Comarca da Capital. Em janeiro de 2013 foi disponibilizado para a comarca de Joinville e posteriormente para as comarcas de Chapecó e Criciúma. Foram incluídas outras comarcas no projeto, e por fim, em abril de 2013 a certidão negativa na web foi disponibilizada para todas as demais comarcas do Estado.

O projeto dispõe, até o momento, dos seguintes modelos para emissão de certidões na internet: a) Certidão Criminal, b) Certidão Cível, c) Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial e d) Certidão para Fins Eleitorais.

A Corregedoria-Geral da Justiça realizou a configuração dos modelos das certidões, observando as diretrizes da Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

3.2.2.10. Escritório de Projetos

Com o intuito de facilitar a manutenção e o cumprimento das Metas de Nivelamento da Corregedoria Nacional de Justiça, bem como as demais metas do Conselho Nacional de Justiça, e, ainda, aumentar a eficiência operacional desta Corregedoria-Geral da Justiça, foi elaborado o projeto denominado “Escritório de Projetos – EPCGJ”.

O EPCGJ tem o fito de servir de apoio aos projetos institucionais, baseados nos objetivos estratégicos – que estão alinhados ao planejamento estratégico do Poder Judiciário Catarinense –, e aguarda deliberação do Corregedor-Geral da Justiça.

3.2.2.11. Planejamento Estratégico da Corregedoria-Geral da Justiça

O Planejamento estratégico da Corregedoria consta do Plano de Gestão 2012/2013 e tem como objetivo promover o desenvolvimento e atualização da gestão administrativa da Corregedoria. Foi elaborada minuta de portaria para a criação do grupo de planejamento estratégico.

3.2.2.12. Novo Sítio da Corregedoria-Geral da Justiça

O Novo Sítio da Corregedoria-Geral da Justiça tem o objetivo de deixar o conteúdo atual com um novo layout, e, assim possibilitar o

fácil acesso, acompanhando os modelos contemporâneos. O projeto aguarda ajustes da Assessoria de Informática.

3.2.2.13. Página para peticionamento no Sítio da Corregedoria-Geral da Justiça

Formatada página para peticionamento no sítio da Corregedoria-Geral da Justiça, para possibilitar que os usuários do Sistema SAJ-pg da CGJ possam peticionar nos processos em andamento. A página foi será ajustada pela Assessoria de Informática, para posterior publicação.

3.2.3. Eventos

3.2.3.1. 64º ENCOGE – Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais

A Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina promoveu e realizou o 64º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil, na cidade de Florianópolis/SC, nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2013. O tema do evento foi “Saúde e Segurança dos Magistrados: elementos essenciais à independência do Poder Judiciário”. Além disso, foram realizadas palestras sobre questões importantes vinculadas à matéria extrajudicial. O evento contou com participação expressiva das Corregedorias de todos os Tribunais de Justiça do Brasil.

3.2.3.2. Questionário sobre saúde e bem estar aos magistrados

A Comissão de Saúde, instituída pela Portaria n. 77/2012 do Corregedor-Geral da Justiça, realizou, nas 14 (catorze) Coordenadorias Regionais da Associação dos Magistrados Catarinenses, a apresentação do questionário sobre saúde e bem estar aos magistrados. Os encontros serviram para divulgar aos magistrados o propósito da pesquisa sobre saúde e bem-estar e dirimir dúvidas sobre o procedimento. Os magistrados membros da comissão de saúde fizeram questão de enaltecer o sigilo das informações. As reuniões foram realizadas nos meses de maio e junho de 2013, nas cidades de Mafra, Joinville, São José, Florianópolis, Criciúma, Tubarão, São Miguel do Oeste, Chapecó, Joaçaba, Caçador, Lages, Rio do Sul, Balneário Camboriú e Blumenau. Fonte: CGJ – Núcleo II

3.3 NÚCLEO III: Correicional e Instrução Disciplinar

Com o objetivo de orientar, fiscalizar e controlar as atividades forenses, bem como em atendimento à Meta 6 de 2013 da Corregedoria Nacional de Justiça, que determina às Corregedorias dos Tribunais que inspecionem pelo menos 30% das unidades jurisdicionais a cada ano e 100% das comarcas a cada dois anos, este Núcleo, em parceria com a escritania correicional e sob o comando direto da Juíza-Corregedora e do Corregedor-Geral da Justiça inspecionou, no decorrer deste ano, 162 unidades judiciárias de 70 Comarcas do Estado, conforme calendário de inspeções estabelecido por meio dos Ofícios-Circulares n. 40/2013 e 283/2013.

Por meio de inspeções mistas (com visitas presenciais às unidades) realizou-se um diagnóstico minucioso da situação das unidades (cartório e gabinete) e dos setores administrativos dos fóruns visitados. Detectados os problemas existentes, foram repassadas orientações aos magistrados e servidores, bem como sugeridas soluções para o aprimoramento e uniformização dos trabalhos forenses.

As inspeções realizadas pelo modo exclusivamente virtual, por sua vez, permitiram a análise dos dados estatísticos das unidades judiciárias, às quais também foram repassadas orientações para correções das irregularidades verificadas.

As unidades inspecionadas no ano em curso constam a seguir:

3.3.1 Inspeções Mistas

COMARCA	UNIDADE	DATA DA INSPEÇÃO
CAPITAL	3ª VARA CRIMINAL	19 E 20 DE FEVEREIRO
LAGES	SETORES ADMINISTRATIVOS	19 A 21 DE MARÇO
LAGES	1ª VARA CÍVEL	19 DE MARÇO
LAGES	2ª VARA CÍVEL	20 DE MARÇO
LAGES	3ª VARA CÍVEL	21 DE MARÇO
LAGES	4ª VARA CÍVEL	02 DE ABRIL
LAGES	VARA DA FAMÍLIA	03 DE ABRIL
LAGES	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	04 DE ABRIL
LAGES	VARA DA FAZENDA PÚBLICA	03 e 04 DE DEZEMBRO
CONCÓRDIA	SETORES ADMINISTRATIVOS	15 A 18 DE ABRIL
CONCÓRDIA	1ª VARA CÍVEL	15 DE ABRIL
CONCÓRDIA	2ª VARA CÍVEL	16 DE ABRIL
CONCÓRDIA	VARA CRIMINAL	17 DE ABRIL
CONCÓRDIA	VARA DA FAMÍLIA, INF. E JUV	18 DE ABRIL
JOINVILLE	SETORES ADMINISTRATIVOS	23 A 25 DE ABRIL
JOINVILLE	1ª VARA CÍVEL	23 DE ABRIL
JOINVILLE	2ª VARA CÍVEL	24 DE ABRIL
JOINVILLE	3ª VARA CÍVEL	25 DE ABRIL
JOINVILLE	4ª VARA CÍVEL	06 E 07 DE MAIO
JOINVILLE	5ª VARA CÍVEL	07 E 08 DE MAIO

JOINVILLE	6ª VARA CÍVEL	08 E 09 DE MAIO
JOINVILLE	7ª VARA CÍVEL	09 E 10 DE MAIO
JOINVILLE	1ª VARA DA FAMÍLIA	20 E 21 DE MAIO
JOINVILLE	2ª VARA DA FAMÍLIA	21 E 22 DE MAIO
JOINVILLE	3ª VARA DA FAMÍLIA	22 E 23 DE MAIO
JOINVILLE	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	23 E 24 DE MAIO
ITAJAÍ	SETORES ADMINISTRATIVOS	03 A 07 DE JUNHO
ITAJAÍ	1ª VARA CÍVEL	03 E 04 DE JUNHO
ITAJAÍ	2ª VARA CÍVEL	04 E 05 DE JUNHO
ITAJAÍ	3ª VARA CÍVEL	05 E 06 DE JUNHO
ITAJAÍ	4ª VARA CÍVEL	06 E 07 DE JUNHO
BLUMENAU	SETORES ADMINISTRATIVOS	17 A 21 DE JUNHO
BLUMENAU	1ª VARA CÍVEL	17 E 18 DE JUNHO
BLUMENAU	2ª VARA CÍVEL	18 E 19 DE JUNHO
BLUMENAU	3ª VARA CÍVEL	19 E 20 DE JUNHO
BLUMENAU	4ª VARA CÍVEL	20 E 21 DE JUNHO
BLUMENAU	5ª VARA CÍVEL	01 E 02 DE JULHO
BLUMENAU	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	02 E 03 DE JULHO
BLUMENAU	1ª VARA DA FAMÍLIA	03 E 04 DE JULHO
BLUMENAU	2ª VARA DA FAMÍLIA	04 E 05 DE JULHO
CRICIÚMA	SETORES ADMINISTRATIVOS	23 A 24 DE JULHO
CRICIÚMA	VARA DA INF. E JUV. E ANEXOS	23 DE JULHO
CRICIÚMA	VARA DA FAMÍLIA	24 DE JULHO
SÃO JOSÉ	SETORES ADMINISTRATIVOS	13 A 15 DE AGOSTO
SÃO JOSÉ	1ª VARA DA FAMÍLIA	13 DE AGOSTO
SÃO JOSÉ	2ª VARA DA FAMÍLIA	14 DE AGOSTO
SÃO JOSÉ	VARA DA INF. E JUV. E ANEXOS	15 DE AGOSTO
TUBARÃO	SETORES ADMINISTRATIVOS	26 A 30 DE AGOSTO
TUBARÃO	1ª VARA CÍVEL	26 E 27 DE AGOSTO
TUBARÃO	2ª VARA CÍVEL	27 E 28 DE AGOSTO
TUBARÃO	3ª VARA CÍVEL	28 E 29 DE AGOSTO
TUBARÃO	VARA DA FAM., ÓRFÃOS E INF.	29 E 30 DE AGOSTO
CHAPECÓ	SETORES ADMINISTRATIVOS	10 A 12 DE SETEMBRO
CHAPECÓ	1ª VARA CÍVEL	24 DE SETEMBRO
CHAPECÓ	2ª VARA CÍVEL	24 DE SETEMBRO
CHAPECÓ	3ª VARA CÍVEL	25 DE SETEMBRO
CHAPECÓ	4ª VARA CÍVEL	25 DE SETEMBRO
CHAPECÓ	VARA DA FAMÍLIA, INF. E JUV	26 DE SETEMBRO
CHAPECÓ	VARA DA FAM., ORF. E SUCESSÕES	26 DE SETEMBRO
CAPITAL	SETORES ADMINISTRATIVOS	07 A 10 DE OUTUBRO
CAPITAL	1ª VARA CÍVEL	07 DE OUTUBRO
CAPITAL	2ª VARA CÍVEL	08 DE OUTUBRO
CAPITAL	3ª VARA CÍVEL	09 DE OUTUBRO
CAPITAL	4ª VARA CÍVEL	10 DE OUTUBRO
CAPITAL	5ª VARA CÍVEL	22 DE OUTUBRO

CAPITAL	6ª VARA CÍVEL	23 DE OUTUBRO
CAPITAL	1ª VARA DA FAMÍLIA	11 DE NOVEMBRO
CAPITAL	2ª VARA DA FAMÍLIA	12 DE NOVEMBRO
CAPITAL	VARA DA INF E JUVENTUDE	13 DE NOVEMBRO
CAPITAL	VARA DA FAMÍLIA – FORO CONTINENTE	19 DE NOVEMBRO
CAPITAL	VARA FA FAMÍLIA – FORO DO NORTE DA ILHA	3 E DEZEMBRO

3.3.2 Inspeções Remotas

COMARCA	UNIDADE	DATA DE INÍCIO DA INSPEÇÃO
ARARANGUA	1ª CRIME	18 DE FEVEREIRO
ARARANGUA	2ª CRIME	18 DE FEVEREIRO
CAPITAL	1ª CRIME	04 DE MARÇO
CAPITAL	2ª CRIME	04 DE MARÇO
CAPITAL	4ª CRIME	04 DE MARÇO
CRICIÚMA	1ª CRIME	25 DE MARÇO (*)
CRICIÚMA	2ª CRIME	25 DE MARÇO (*)
CRICIÚMA	VARA DE EXECUÇÕES PENAIAS	25 DE MARÇO (*)
JOINVILLE	1ª CRIME	08 DE ABRIL
JOINVILLE	2ª CRIME	08 DE ABRIL
JOINVILLE	3ª CRIME	08 DE ABRIL
JOINVILLE	4ª CRIME	08 DE ABRIL
JOINVILLE	JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	08 DE ABRIL
LAGUNA	VARA CRIMINAL	22 DE ABRIL
MAFRA	VARA CRIMINAL	22 DE ABRIL
PORTO UNIÃO	VARA CRIMINAL	22 DE ABRIL
RIO DO SUL	VARA CRIMINAL	22 DE ABRIL
SÃO FRANCISCO DO SUL	VARA CRIMINAL	22 DE ABRIL
SÃO JOSÉ	1ª CRIME	06 DE MAIO
SÃO JOSÉ	2ª CRIME	06 DE MAIO
SÃO JOSÉ	VARA DE EXECUÇÕES PENAIAS	06 DE MAIO
SÃO JOSÉ	J. ESP. CRIM. E DE VIOL. DOM. E FAM.	06 DE MAIO
SÃO MIGUEL DO OESTE	VARA CRIMINAL	20 DE MAIO
VIDEIRA	VARA CRIMINAL	20 DE MAIO
XANXERÊ	VARA CRIMINAL	20 DE MAIO
CACADOR	VARA CRIMINAL	20 DE MAIO
CAMBORIU	VARA CRIMINAL	20 DE MAIO
CAMPOS NOVOS	VARA CRIMINAL	20 DE MAIO
INDAIAL	VARA CRIMINAL	03 DE JUNHO
JARAGUA DO SUL	VARA CRIMINAL	03 DE JUNHO
BRUSQUE	VARA CRIMINAL	03 DE JUNHO
CANOINHAS	VARA CRIMINAL	03 DE JUNHO
CURITIBANOS	VARA CRIMINAL	03 DE JUNHO
JOAÇABA	VARA CRIMINAL	10 DE JUNHO

LAGES	1ª CRIME	10 DE JUNHO
LAGES	2ª CRIME	10 DE JUNHO
LAGES	3ª CRIME	10 DE JUNHO
CHAPECÓ	JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	24 DE JUNHO
CHAPECÓ	1ª CRIME	24 DE JUNHO
CHAPECÓ	2ª CRIME	24 DE JUNHO
CHAPECÓ	3ª CRIME	24 DE JUNHO
BLUMENAU	1ª CRIME	15 DE JULHO
BLUMENAU	2ª CRIME	15 DE JULHO
BLUMENAU	3ª CRIME	15 DE JULHO
BLUMENAU - FORO UNIVERSITÁRIO	JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	15 DE JULHO
ITAJAÍ	1ª CRIME	29 DE JULHO
ITAJAÍ	2ª CRIME	29 DE JULHO
ITAJAÍ	VARA DE EXECUÇÕES PENAIS	29 DE JULHO
BALNEARIO CAMBORIU	1ª CRIME	12 DE AGOSTO
BALNEARIO CAMBORIU	2ª CRIME	12 DE AGOSTO
ANITA GARIBALDI	VARA ÚNICA	19 DE AGOSTO
FRAIBURGO	1ª VARA	19 DE AGOSTO
GARUVA	VARA ÚNICA	19 DE AGOSTO
IPUMIRIM	VARA ÚNICA	19 DE AGOSTO
JAGUARUNA	VARA ÚNICA	19 DE AGOSTO
LAURO MULLER	VARA ÚNICA	19 DE AGOSTO
MARAVILHA	1ª VARA	19 DE AGOSTO
ARAQUARI	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
ARMAZÉM	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
BARRA VELHA	1ª VARA	26 DE AGOSTO
CAMPO BELO DO SUL	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
CAPINZAL	2ª VARA	26 DE AGOSTO
CAPIVARI DE BAIXO	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
HERVAL D'OESTE	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
IBIRAMA	1ª VARA	26 DE AGOSTO
ITÁ	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
ITAIÓPOLIS	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
MONDAÍ	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
ORLEANS	1ª VARA	26 DE AGOSTO
RIO DO CAMPO	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
RIO DO OESTE	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
TAIÓ	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
TANGARÁ	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
TROMBUDO CENTRAL	1ª VARA	26 DE AGOSTO
TUBARÃO	1ª CRIME	26 DE AGOSTO
TUBARÃO	2ª CRIME	26 DE AGOSTO
TUBARÃO	J. ESP. CRIM. E DE VIOL. DOM. E FAM.	26 DE AGOSTO
TURVO	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO

CATANDUVAS	VARA ÚNICA	02 DE SETEMBRO
OTACÍLIO COSTA	VARA ÚNICA	02 DE SETEMBRO
SANTA ROSA DO SUL	VARA ÚNICA	02 DE SETEMBRO
CAMPO ERÊ	VARA ÚNICA	09 DE SETEMBRO
CAPITAL	VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI	09 DE SETEMBRO
CAPITAL	VARA DE EXECUÇÕES PENAIS	09 DE SETEMBRO
CUNHA PORÃ	VARA ÚNICA	09 DE SETEMBRO
DESCANSO	VARA ÚNICA	09 DE SETEMBRO
FORQUILHINHA	VARA ÚNICA	09 DE SETEMBRO
GUARAMIRIM	1ª VARA	09 DE SETEMBRO
IÇARA	1ª VARA	09 DE SETEMBRO
ITAPIRANGA	VARA ÚNICA	09 DE SETEMBRO
ITAPOÁ	VARA ÚNICA	09 DE SETEMBRO
LEBON RÉGIS	VARA ÚNICA	09 DE SETEMBRO
MELEIRO	VARA ÚNICA	09 DE SETEMBRO
PALMITOS	VARA ÚNICA	09 DE SETEMBRO
PAPANDUVA	VARA ÚNICA	09 DE SETEMBRO
SÃO DOMINGOS	VARA ÚNICA	09 DE SETEMBRO
SÃO JOÃO BATISTA	VARA ÚNICA	09 DE SETEMBRO
TIJUCAS	VARA CRIMINAL	09 DE SETEMBRO
TIMBÓ	VARA CRIMINAL	09 DE SETEMBRO
URUSSANGA	2ª VARA	09 DE SETEMBRO
CAPITAL - FORO DES. EDUARDO LUZ	JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	23 DE SETEMBRO
CAPITAL - FORO DISTRITAL DO CONTINENTE	JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	23 DE SETEMBRO

3.3.3 Estatística Geral - Inspeções

Os quadros abaixo demonstram o atendimento à Meta 6 da Corregedoria Nacional de Justiça, bem assim as atividades desenvolvidas durante 2013. Confira-se:

Total de Varas do Estado	353	100%
Total inspecionado em 2012	122	34,56%
Total inspecionado em 2013	162	45,89%

Total de Comarcas do Estado	111	100%
Total de Comarcas inspecionadas em 2012	45	40,54%
Total de comarcas inspecionadas em 2013*	70	63,06%
Total de comarcas inspecionadas no biênio	111	100%

*Algumas comarcas inspecionadas no ano de 2012 foram novamente incluídas no calendário de inspeção de 2013.

Dados Gerais		
Varas: 318		
Juizados Especiais: 29		
Unidades de Cooperação: 6		

Os relatórios de inspeção estão disponíveis aos interessados no sítio eletrônico desta Corregedoria, conforme determina a Meta 4 da Corregedoria Nacional de Justiça, no seguinte

endereço: http://cgj.tjsc.jus.br/transparencia/docs/relatorios_inspecao/jud2013.htm

Ademais, além da estatística apurada destaca-se a conclusão de processos eletrônicos distribuídos entre os anos de 2011 e 2012, e os processos físicos remanescentes de anos anteriores, conforme segue:

Processos de 2011 concluídos em 2013	36
Processos de 2012 concluídos em 2013	84
Processos físicos distribuídos em anos anteriores e concluídos em 2013	25
Total de processos concluídos em 2013	145

Igualmente, foram objetos de análise os pedidos de providências relacionados às consultas, reclamações e demais expedientes sem procedimento específico (reclamação disciplinar, sindicância etc.), resultando na estatística apresentada:

Pedidos de providências distribuídos em 2013	40	100%
Pedidos de providências concluídos	8	20%
Observações: 37 dos 40 processos foram distribuídos após o mês 07/2013. Neste item, estão incluídos 18 processos de acompanhamento de estágio probatório de juizes substitutos.		

3.3.4 Instruções em Processos Administrativos

Instruções disciplinares realizadas no ano de 2013, sob coordenação da Juíza-Corregedora:

Processo	Comarca	Audiência/Interrogatório
0012707-49.2013.8.240600	Balneário Camboriú	30/10/2013 e 18/11/2013
0011599-82.2013.8.24.0600	Orleans	13/12/2013 e 17/12/2013

3.3.5 Participações dos Servidores em Cursos de Capacitação

Visando o aprimoramento das atividades, buscou-se fomentar a participação dos servidores em cursos de capacitação destinados à atividade fim desenvolvida. Dentre eles, destacam-se:

a) Curso Básico de Procedimentos Cartorários 2013, modalidade à distância, com carga horária de 40 horas-aula, ministrado pela Academia Judicial, no período de 24 de junho a 21 de julho de 2013.

b) Curso Completo Relativo ao SAJ 5 - 1º Grau, modalidade presencial, com carga horária de 25 horas-aula, ministrado pela Academia Judicial, no período de 26 a 30 de agosto de 2013.

c) Participação no 64º ENCOGE - Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil, nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2013, em Florianópolis.

Sem caráter de curso oficial, os servidores do Núcleo também foram recebidos na 1ª Vara Cível do Fórum Continental do Estreito, em atividades para conhecer o trâmite e rotinas de um cartório digital no dia a dia forense.

3.3.6 Demais atividades

No decorrer deste ano a assessoria do Núcleo III respondeu às diversas consultas recebidas via *e-mail* (cjinspecao@tjsc.jus.br) e por telefone, relativas às inspeções em andamento.

Tal atividade, que tem como fim precípua auxiliar Magistrados e principalmente servidores no desempenho das atividades diárias, com o esclarecimento de dúvidas acerca da organização forense e da correta aplicação do Código de Normas desta Corregedoria, contribuiu sobremaneira para a uniformização e otimização dos procedimentos cartorários (judicial), refletindo, por conseguinte, na melhora dos dados estatísticos das unidades.

3.3.7 Amostra de imagens fotográficas realizadas durante as inspeções mistas

A seguir, alguns registros fotográficos das unidades inspecionadas no decorrer deste ano:



Blumenau – Sala de Armas



Criciúma – 4ª Vara Cível



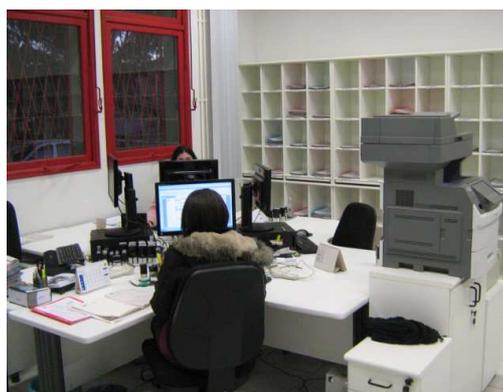
Itajaí – 1ª Vara Cível



Joinville – 7ª Vara Cível



São José – Distribuição



Criciúma – Unidade de Cooperação

3.4 NÚCLEO IV: Serventias Extrajudiciais

3.4.1. Considerações iniciais

O ano de 2013, para o Núcleo IV, foi planejado para o alcance de algumas metas principais, a saber:

- a) Concluir as inspeções em 100% das serventias do estado, priorizando-se para as atividades presenciais as serventias localizadas em comarcas classificadas como entrância especial;
- b) Aperfeiçoar o sistema de inspeções virtuais, com a geração de relatórios em relação à totalidade dos serviços de notas e registros de Santa Catarina;
- c) Concluir o trabalho de revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça (naquilo que se relacionava com a especialidade do Núcleo);
- d) Auxiliar na organização do 64º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil.

Sem perder de vista que o trabalho presencial da equipe de inspeção foi duplicado, o alcance da meta de fiscalização imposto pelo Conselho Nacional de Justiça e, de modo mais especial, pela Desembargadora Salete Silva Sommariva só se concretizou pelo advento do inédito programa de inspeções virtuais.

A conclusão da revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça é sem dúvida a atividade que mais marcou o ano de 2013 e talvez o grande legado desta gestão administrativa. A sua conclusão atende antigo anseio da sociedade em geral.

Fruto de um trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos, a atividade,

amplamente democrática, oportunizou a manifestação individual de cada um dos senhores delegatários dos serviços de notas e registros. A tarefa teve como suas principais diretrizes a não reprodução de textos de dispositivos legais ou normativos, bem como a inclusão de normas contidas em atos normativos avulsos desta CGJ/SC.

Em razão da ausência de ditame específico sobre a forma de tramitação, no âmbito da Corregedoria-Geral da Justiça, dos procedimentos administrativos típicos da esfera extrajudicial – situação causadora de dúvidas e divergências – o projeto trouxe, em seu Livro I, disposições sobre o modo de processamento de consultas, comunicações de indisponibilidade de bens, localizações de assentos civis e, especialmente, expedientes disciplinares. Neste particular, criaram-se duas espécies de procedimento: preliminar certo e administrativo preparatório. O primeiro destina-se ao controle das correções ordinárias e reclamações, ao passo que o segundo, a exemplo da sindicância preparatória, terá espaço quando a materialidade ou a autoria não se mostrarem evidentes, ou não estiver suficientemente caracterizada a infração disciplinar. O projeto revisou e incrementou prescrições aplicáveis ao interventor, para aclarar, agrupar e aperfeiçoar regras contidas em atos normativos avulsos.

Em seu Livro II, diante da necessidade de regulamentação de dispositivos legais ou mesmo de estabelecimento de rotinas mínimas, o projeto disciplinou – agora no âmbito da comarca – a tramitação dos procedimentos típicos da esfera extrajudicial: suscitação de dúvida, impugnação ao valor declarado, consulta e reclamação disciplinar. Já o Livro III, específico para as atividades notariais e registrais propicia significativo aperfeiçoamento e sistematização das normas técnicas. Além de aclarar as atuais prescrições, traz novas disposições – gerais e específicas – a respeito de vários temas ainda não regulamentados.

Por fim, o Núcleo IV teve a possibilidade de auxiliar e participar maciçamente na organização e no desenvolvimento do 64º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil, evento que se desenvolveu com o mais absoluto sucesso. De maneira inédita o serviço extrajudicial recebeu um tratamento especial do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais do Brasil, reservando-se espaço amplo e

exclusivo para a discussão de temas atinentes a atividade notarial e de registro.

Conclui-se dessa forma que todas as metas fixadas restaram cumpridas.

3.4.2. Atividades Desenvolvidas

- Adequação e constante atualização, em parceria com setores técnicos, do sítio virtual “Portal do Extrajudicial – extrajudicial.tjsc.jus.br”;
- Disseminação, aperfeiçoamento e incentivo para a utilização do S@E - Sistema de Atendimento do Extrajudicial (ofício-circular 118/2010);
- Ampliação das orientações do Núcleo IV aos usuários dos serviços de notas e registros, junto ao portal do extrajudicial (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>);
- Prestação de auxílio e orientação aos Juízes Diretores de Foro e magistrados responsáveis pelos registros públicos por meio de contatos telefônicos, correspondências eletrônicas e deslocamento de equipe correicional;
- Participação e incentivo à realização de eventos de estudos acerca do Direito Notarial e Registral;
- Estreitamento da relação com a Presidência e a 1ª. Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina para a adoção das providências necessárias à preparação de concurso para a atividade extrajudicial do Estado de Santa Catarina e para as atividades relativas a eventuais declarações de vacâncias das serventias;
- Acompanhamento, atualização, aprimoramento e desenvolvimento do uso do Sistema Hermes – Malote Digital;
- O cumprimento e a ampliação da meta estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça para realizar inspeções correicionais em, no mínimo, 30% (trinta por cento) das 584 (quinhentos e oitenta e quatro) serventias de notas e registros do Estado de Santa Catarina;

- Aprimoramento do Sistema do Selo Digital, com a expedição de relatórios que promovem cruzamento de dados (Sistema de Auditoria, com base nos conceitos de *business intelligence* – BI);
- Lançamento do Manual de Ressarcimento dos atos gratuitos praticados pelos Juízes de Paz;
- Ajuste de método e regras para a liberação do ressarcimento dos atos gratuitos eventualmente bloqueados em virtude do cadastramento errôneo pelas serventias extrajudiciais;
- Implantação definitiva da nova versão do Selo Digital de Fiscalização (versão 2.0 – prazo limite junho de 2013);
- Ajuste de mecanismos para o compartilhamento das informações enviadas ao Sistema do Selo Digital com entes externos: IBGE, TRE, FECAM, Secretarias Fazendárias Estadual e Municipais;
- Formatação do Sistema da Central de Registro de Imóveis e Penhora On-Line, que possibilitará a obtenção de certidões dos registros imobiliários de forma online, além de facilitar o cumprimento das ordens judiciais de penhora;
- Difusão e acompanhamento da Central de Distribuição de Títulos levados a protesto em decorrência da parceria firmada entre a Corregedoria-Geral da Justiça e o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil, seção Santa Catarina;
- Criação de ferramenta e método eletrônico para a realização das inspeções virtuais na totalidade dos serviços de notas e registros catarinenses;
- Ampliação, modernização e utilização do novo sistema de cadastro de notários, registradores e serventias;
- Atualização do banco de sinais públicos das serventias extrajudiciais do Estado de Santa Catarina;

- Controle, acompanhamento e prestação de orientações ao correto preenchimento do espaço Justiça Aberta junto ao Conselho Nacional de Justiça;
- Retomada do projeto para a criação de cargos de Analista Jurídico/Especialidade Extrajudicial, com lotação na secretaria do foro da comarca, para auxiliar o juiz-corregedor permanente;
- Ampliação da divulgação eletrônica (notícias publicadas no sítio do Tribunal de Justiça) das atividades relevantes realizadas pelo Núcleo IV no ano de 2013;
- Pedido de aquisição de novas obras para a Biblioteca setorial do Núcleo IV;
- Elaboração da orientação nº 9, de 01/02/2013, que trata do questionário prévio as atividades correicionais;
- Elaboração da orientação nº 10, de 01/02/2013, que trata das pendências no cadastro dos prepostos das serventias;
- Elaboração da orientação nº 11, de 11/03/2013, que orienta os procedimentos a serem adotados nas comarcas quando do falecimento de delegatário de serviços de notas e registro;
- Elaboração da orientação nº 12, de 18/04/2013, que fornece modelo para a expedição de certidão referente ao Concurso para Ingresso e Remoção na atividade notarial e registral;
- Elaboração da orientação nº 13, de 23/04/2013, que esclarece procedimento quanto ao recolhimento dos emolumentos de distribuição;
- Elaboração da orientação nº 14, de 02/05/2013, que trata dos ressarcimentos dos atos gratuitos praticados pelos Juízes de Paz;
- Elaboração da orientação nº 15, de 15/08/2013, que trata do ressarcimento de ato gratuito decorrente de solicitação de ente público;

- Criação de link, no Portal do Extrajudicial, destinado aos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais, com orientação acerca da utilização do papel de segurança para a lavratura das certidões;
- Atuação correicional disciplinar com a edição de Portarias que instauram processos administrativos disciplinares;
- Elaboração de pareceres, decisões e despachos em procedimentos virtuais de competência do Núcleo IV;
- Transmissões de Acervo praticadas pela equipe da Assessoria Correicional do Extrajudicial:

PROCESSO	ATIVIDADE	COMARCA	SERVENTIA	PERÍODO
DF – Portaria 103/2013	Transmissão de acervo	Lages	2º Tabelionato de Notas e Protesto	6/3/2013
0012315-80.2011.8.24.0600,	Transmissão de acervo	Guaramirim	Tabelionato de Notas e Protesto	30/4/2013
0013341-45.2013	Transmissão de acervo	Araranguá	2º Tabelionato de Notas e Protesto	19/11/2013
001004090.2013	Transmissão de acervo	São Joaquim	Registro de Imóveis	27 a 28/2/2013

- Cumprimento prioritário de procedimentos oriundos do Conselho Nacional de Justiça;
- Fornecimento de informação sobre usuário e senha de acesso ao Sistema Justiça Aberta, por meio de telefone e e-mail, a todos os delegatários para a atualização dos dados e dos atos realizados pelos escritórios extrajudiciais;
- Informação mensal da produtividade do Corregedor e da Vice-Corregedora para a Secretaria da Corregedoria, objetivando a posterior remessa ao Conselho Nacional de Justiça do balanço mensal de produtividade dos Desembargadores Corregedores;
- Elaboração de 08 (oito) comunicações internas para o desenvolvimento de estudos e projetos relativos às atividades do Núcleo;

- Prestação de atendimento e orientação aos serventários extrajudiciais, juízes, secretários de Foro e jurisdicionados pelos ramais telefônicos do Núcleo IV, com um total aproximado de 5.000 (cinco mil) ligações;
- Respostas às consultas por meio do Sistema de Atendimento do Extrajudicial (S@E):

DESTINATARIO	TOTAL	DESTINATARIO	TOTAL
Araquari	3	Jaguaruna	3
Ararangua	9	Jaraguá do Sul	9
Armazem	3	Joaçaba	4
Balneário Camboriú	21	Joinville	34
Barra Velha	4	Lages	12
Biguaçu	5	Laguna	2
Blumenau	29	Lebon Régis	1
Bom Retiro	2	Mafra	2
Braço do Norte	5	Maravilha	6
Brusque	4	Navegantes	10
Caçador	3	Orleans	5
Camboriu	2	Otacilio Costa	2
Campos Novos	1	Palhoça	5
Canoinhas	2	Palmitos	3
Capinzal	2	Papanduva	2
Capital	68	Porto Belo	6
Capivari de Baixo	1	Balneário Piçarras	4
Catanduvas	1	Ponte Serrada	1
Assessoria de Custas	5	Porto Belo	6
Chapecó	6	Porto União	1
Criciuma	23	Presidente Getúlio	1
Curitibanos	3	Rio do Sul	3
Assessoria Extrajudicial e selo	1199	Santa Rosa do Sul	1
Forquilha	3	Santo Amaro	2
Fraiburgo	5	São Bento do Sul	1
Assessoria FRJ	19	São Francisco do Sul	3
Garopaba	2	São João Batista	3
Gaspar	7	São Joaquim	3
Guaramirim	15	São José	44
Herval	1	São Lourenço do Oeste	2
Içara	9	São Miguel do Oeste	1
Imbituba	3	Seara	2
Indaial	7	Sombrio	2
Ipumirim	1	Taió	1
Itá	1	Tijucas	2
Itajai	21	Trombudo Central	4
Itapema	8	Tubarão	10
Itapiranga	1	Turvo	4
Itapoa	4	Urussanga	9

Ituporanga	4	Vieira	6
		Total	1.735

Fonte: Assessoria de Informática da Corregedoria-Geral da Justiça.

- Participação dos servidores e Vice-Corregedora-Geral nos Encontros e Seminários:

DATA	LOCAL	EVENTO
23 a 27 de setembro	Foz do Iguaçu	40º Encontro dos Registradores de Imóveis do Brasil
20 a 22 de novembro	Natal	15º Congresso Brasileiro de Direito Notarial e de Registro

- Inspeções correicionais presenciais realizadas nas serventias extrajudiciais do estado:

COMARCA	MUNICÍPIO DISTRITO	SERVENTIA	PERÍODO
Palhoça	Palhoça	Registro Civil PNPJTD	16 a 18/1/2013
Palhoça	Palhoça	Escrivanía de Paz de Enseada de Brito	14 a 15/1/2013
São Joaquim	São Joaquim	Registro de Imóveis	16 a 17/1/2013
Palhoça	Palhoça	Registro de Imóveis	23 a 25/1/2013
Palhoça	Palhoça	Tabelionato de Notas e Protesto	21 a 23/1/2013
Capital	Capital	Escrivanía de Paz de Rationes	28/1 a 30/2/2013
Capital	Capital	Escrivanía de Paz de Santo Antônio de Lisboa	30/1 a 1/2/2013
Criciúma	Criciúma	Escrivanía de Paz de Siderópolis	4 a 5/2/2013
Capital	Capital	Escrivanía de Paz da Lagoa da Conceição	4 a 6/2/2013
Capital	Capital	Escrivanía de Paz da Barra da Lagoa	6 a 8/2/2013
Capital	Capital	Escrivanía de Paz do Pântano do Sul	13 a 15/2/2013
Lages	São José do Cerrito	Escrivanía de Paz	18 a 19/2/2013
Lages	Lages	Registro Civil DE PNPJTD	19 a 21/2/2013
Lages	Lages	1º Registro de Imóveis	4 a 6/3/2013
Lages	Lages	3º Tabelionato de Notas e Protesto	6 a 7/3/2013
Lages	Lages	4º Registro de Imóveis	11 a 13/3/2013
Lages	Lages	4º Tabelionato de Notas	13 a 14/3/2013
Caçador	Caçador	Registro Civil de PNPJTD	12 a 13/3/2013
Caçador	Caçador	2º Tabelionato de Notas e Protesto	13 a 14/3/2013
Lages	Bocaina do Sul	Escrivanía de Paz	18 a 19/3/2013
Lages	Painel	Escrivanía de Paz	18 a 19/3/2013
Lages	Lages	2º Registro de Imóveis	20 a 21/3/2013
Porto União	Irineópolis	Escrivanía de Paz	19/3/2013
Porto União	Poço Preto	Escrivanía de Paz	20/3/2013
Capital	Florianópolis	Escrivanía de Paz do Rio Vermelho	25 a 26/3/2013
Capital	Florianópolis	Escrivanía de Paz dos Ingleses	25 a 26/3/2013
Guaramirim	Guaramirim	Tabelionato de Notas e Protesto	2 a 12/4/2013
Joinville	Joinville	3º Tabelionato de Notas e 2º Protesto	8 a 10/4/2013
Joinville	Joinville	1º Registro de Imóveis	8 a 10/4/2013
Joinville	Joinville	3º Registro de Imóveis	10 a 11/4/2013
Joinville	Joinville	Registro Civil de PNPJTD	15 a 19/4/2013

Rio do Sul	Rio do Sul	1º Tabelionato de Notas e Protesto	22 a 24/4/2013
Rio do Sul	Rio do Sul	3º Tabelionato de Notas e Protesto	24 a 26/4/2013
Joinville	Joinville	Escrivanía de Paz do Boa Vista	22 a 26/4/2013
São José	São Pedro de Alcântara	Escrivanía de Paz	6 a 7/5/2013
São José	São José	Registro Civil de PNPJTD	8 a 10/5/2013
Capital	Capital	Escrivanía de Paz 2º Subdistrito do Estreito	6 a 10/5/2013
Capital	Capital	Escrivanía de Paz Saco dos Limões	6 a 10/5/2013
Joinville	Joinville	Escrivanía de Paz de Pirabeiraba	6 a 10/5/2013
São José	São José	Registro de Imóveis	15 a 17/5/2013
São José	São José	Tabelionato de Notas e Protesto	13 a 16/5/2013
Videira	Videira	Escrivanía de Paz Anta Gorda	13 a 14/5/2013
Joinville	Joinville	2º Registro de Imóveis	13 a 16/5/2013
Joinville	Joinville	1º Tabelionato de Notas e Protesto	15 a 17/5/2013
São José	São José	EP Barreiros	21 a 24/5/2013
São José	São José	Escrivanía de Paz de Campinas	22 a 24/5/2013
São José	São José	Escrivanía de Paz de Colônia Santa Teresa	20 a 22/5/2013
Capital	Capital	Escrivanía de Paz do Campeche	20/5/2013
Capital	Capital	Escrivanía de Paz Ribeirão da Ilha	27 a 29/5/2013
Capital	Capital	Escrivanía de Paz Ratonés	27/5/2013
Capital	Capital	Escrivanía de Paz trindade	27 a 29/5/2013
Videira	Videira	Registro de Imóveis	4 a 6/6/2013
Videira	Iomerê	Escrivanía de Paz	3/6/2013
Itajaí	Itajaí	1º Registro de Imóveis	3 a 7/6/2013
Itajaí	Itajaí	2º Tabelionato de Notas e Protesto	10 a 12/6/2013
Itajaí	Itajaí	1º Tabelionato de Notas e Protesto	12 a 14/6/2013
Itajaí	Itajaí	2º Registro de Imóveis	17 a 19/6/2013
Navegantes	Navegantes	Tabelionato de Notas e Protesto	17 a 19/6/2013
Itajaí	Itajaí	3º Tabelionato de Notas e Protesto	19 a 21/6/2013
Itajaí	Itajaí	Registro Civil de PNPJTD	19 a 21/6/2013
Capital	Capital	2º Tabelionato de Notas	1 a 3/7/2013
Capital	Capital	2º Registro de Imóveis	4 a 5/7/2013
Forquilha	Forquilha	Registro de Imóveis	8 a 12/7/2013
Forquilha	Forquilha	Registro Civil de PNPJTD	8 a 10/7/2013
Criciúma	Nova Veneza	Escrivanía de Paz	15 a 17/7/2013
Criciúma	Criciúma	Escrivanía de Paz de São Bento de Baixo	17 a 19/7/2013
Criciúma	Criciúma	Escrivanía de Paz de Rio Maina	22 a 24/7/2013
Criciúma	Criciúma	2º Tabelionato de Notas e Protesto	24 a 26/7/2013
Capital	Capital	Registro Civil de PNPJTD	29 a 31/7/2013
Capital	Capital	4º Tabelionato de Notas e Protesto	31/7 a 2/8/2013
Laguna	Laguna	Tabelionato de Notas e Protesto	5 a 7/8/2013

Laguna	Laguna	Registro de Imóveis	7 a 9/8/2013
São Francisco do Sul	São Francisco do Sul	2º Tabelionato de Notas e Protesto	12 a 14/8/2013
São Francisco do Sul	São Francisco do Sul	2º Registro de Imóveis	15 a 16/8/2013
Garuva	Garuva	Registro Civil de PNPJTD e Registro de Imóveis	12 a 16/8/2013
Criciúma	Criciúma	2º Registro de Imóveis	21 a 23/8/2013
Criciúma	Criciúma	1º Tabelionato de Notas e Protesto	19 a 21/8/2013
Laguna	Laguna	Escrivania de Paz de Pescaria Brava	19 a 21/8/2013
Laguna	Laguna	Escrivania de Paz de Ribeirão Pequeno	21 a 22/8/2013
Tubarão	Tubarão	Registro Civil de PNPJTD	26 a 28/8/2013
Tubarão	Tubarão	1º Tabelionato de Notas e Protesto	26 a 28/8/2013
Tubarão	Tubarão	1º Registro de Imóveis	29 a 30/8/2013
Tubarão	Tubarão	2º Registro de Imóveis	28 a 30/8/2013
Balneário Camboriú	Balneário Camboriú	1º Registro de Imóveis	2 a 4/9/2013
Balneário Camboriú	Balneário Camboriú	2º Tabelionato de Notas e Protesto	4 a 9/9/2013
Balneário Camboriú	Balneário Camboriú	1º Tabelionato de Notas e Protesto	9 a 11/9/2013
Balneário Camboriú	Balneário Camboriú	2º Registro de Imóveis	12 a 13/9/2013
São Carlos	Cunhataí	Escrivania de Paz	16/9/2013
São Carlos	Águas de Chapecó	Escrivania de Paz	17 a 18/9/2013
Ponte Cerrada	Vargeão	Escrivania de Paz	19/9/2013
Blumenau	Blumenau	1º Registro de Imóveis	18 a 20/9/2013
Blumenau	Blumenau	1º Tabelionato de Notas e Protesto	16 a 18/9/2013
Chapecó	Guatambu	Escrivania de Paz	30/9 a 2/10/2013
Chapecó	Marechal Bormann	Escrivania de Paz	2 a 3/10/2013
Chapecó	Chapecó	2º Tabelionato de Notas e Protesto	7 a 9/10/2013
Chapecó	Chapecó	1º Tabelionato de Notas e Protesto	9 a 11/10/2013
Otacílio Costa	Otacílio Costa	Tabelionato de Notas e Protesto	7 a 11/10/2013
Guaramirim	Guaramirim	Registro Civil PNPJTD	14 a 16/10/2013
Guaramirim	Guaramirim	Tabelionato de Notas e Protesto	16 a 17/10/2013
Araquari	Araquari	Registro Civil de PNPJTD	17 a 18/10/2013
Araquari	Araquari	Tabelionato de Notas e Protesto	17 a 18/10/2013
Araranguá	Araranguá	2º Tabelionato de Notas e Protesto	21 a 23/10/2013
Criciúma	Treviso	Escrivania de Paz	21 a 25/10/2013
Capital	Capital	Escrivania de Paz Saco dos Limões processo	21/10/2013
Fraiburgo	Fraiburgo	Registro de Imóveis	21 a 24/10/2013
Capital	Capital	3º Registro de Imóveis	21 a 25/10/2013
Capital	Capital	Escrivania de Paz Distrito de Canasvieiras	22/10/2013
Capital	Capital	1º Tabelionato de Notas e Protesto	23 a 25/10/2013
Capital	Capital	1º Registro de Imóveis	29/10 a 1/11/2013
Ita	Ita	Tabelionato de Notas e Protesto	30/10 a 1/11/2013
Ita	Paial	Escrivania de Paz	29 a 30/10/2013
Jaguaruna	Jaraguarana	Tabelionato de Notas e Protesto	29/10 a 1/11/2013
Blumenau	Blumenau	Escrivania de Paz de Itoupava	11 a 12/11/2013

Blumenau	Blumenau	Registro Civil de PNPJTD	13 a 14/11/2013
Xaxim	Xaxim	RCPNPJTD	11 a 14/11/2013
Xaxim	Marema	Escrivania de Paz	11 a 14/11/2013
Joinville	Joinville	Escrivania de Paz de Pirabeiraba	11/11/2013
Joinville	Joinville	1º Registro de Imóveis	12/11/2013
Joinville	Joinville	2º Registro de Imóveis	12/11/2013
Joinville	Joinville	3º Registro de Imóveis	12/11/2013
Joinville	Joinville	1º Tabelionato de Notas e Protestos	13/11/2013
Joinville	Joinville	3º Tabelionato de Notas e Protestos	13/11/2013
Blumenau	Blumenau	2º Registro de Imóveis	18 a 20/11/2013
Blumenau	Blumenau	2º Tabelionato de Notas e Protesto	20 a 22/11/2013
Mafra	Mafra	1º Tabelionato de Notas e Protesto	20 a 21/11/2013
Mafra	Mafra	Registro Civil de PNPJTD	18 a 20/11/2013
São Carlos	São Carlos	Tabelionato de Notas e Protesto	25 a 29/11/2013
São Carlos	São Carlos	Registro de Imóveis	25 a 29/11/2013
Blumenau	Blumenau	3º Registro de Imóveis	23 a 24/11/2013
Blumenau	Blumenau	3º Tabelionato de Notas e Protesto	25 a 27/11/2013
Biguaçu	Biguaçu	Registro Civil de PNPJTD	2 a 6/12/2013
Sto Amaro da Imperatriz	Sto Amaro da Imperatriz	Registro de Imóveis	2 a 6/12/2013
Dionísio Cerqueira	Dionísio Cerqueira	Registro Civil de PNPJTD	2 a 6/12/2013
Dionísio Cerqueira	Palma Sola	Escrivania de Paz	2 a 6/12/2013
Ponte Cerrada	Ponte Cerrada	Registro de Imóveis	9 a 13/12/2013
Ponte Cerrada	Ponte Cerrada	Registro Civil de PNPJTD	9 a 13/12/2013
Biguaçu	Biguaçu	Registro de Imóveis	9 a 13/12/2013
Biguaçu	Biguaçu	Tabelionato de Notas e Protesto	9 a 13/12/2013
Canoinhas	Canoinhas	Registro de Imóveis	9 a 13/12/2013
Canoinhas	Canoinhas	1º Tabelionato de Notas e Protesto	9 a 13/12/2013
Canoinhas	Canoinhas	Auxílio ao Juiz-corregedor permanente da comarca	9 a 13/12/2013
Garuva	Garuva	Registro de Imóveis	16 a 20/12/2013
Garuva	Garuva	Tabelionato de Notas e Protesto	16 a 20/12/2013

- Inspeções correicionais virtuais realizadas nas Serventias Extrajudiciais do Estado:

Em 2013, foram realizadas inspeções virtuais em todas as 584 serventias extrajudiciais do Estado, que totalizaram 1.752 relatórios gerados e enviados, referentes aos atos enviados nos meses de outubro a dezembro de 2013.

Totalização de inspeções correicionais:

Atividade	Quantidade
Transmissões de acervo	04

Inspeções presenciais	147
Inspeções virtuais	1.752
TOTAL	1903

- Atualização e regulamentação do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça (Terceira Parte - Serventias Extrajudiciais) e Projetos do Núcleo:

Processo	Assunto	Norma-Orientação (Tipo e número)
0010659-20.2013.8.24.0600	Altera o art. 872 do Código de Normas para autorizar o tabelião de notas a praticar atos típicos dentro da circunscrição da respectiva serventia e acrescenta o arts. 872-A e 872-B para estabelecer regras de concorrência entre delegatários de notas.	Provimento n. 05, de 18 de março de 2013
0012165-65.2012.8.24.0600	Atualização das informações cadastrais no sistema super-cadastro.	Ofício-Circular n. 04/2013
0010095-41.2013.8.24.0600	Encaminha a Portaria n. 1, de 15 de janeiro de 2013, do CNJ e solicita que a afixe em local de fácil visualização.	Ofício-Circular n. 021/2013
0011491-87.2012.8.24.0600	Orientação acerca do procedimento de registro da opção de nacionalidade brasileira no Livro "E".	Ofício-Circular n. 034/2013
0010466-05.2013.8.24.0600	Encaminha parecer e decisão – Registro dos contratos de financiamento no âmbito do Programa BNDES Pro-CDD Maçã.	Ofício-Circular n. 074/2013
0010536-90.2011.8.24.0600	Comunica a Revogação parcial (referente à parte em que autorizam a cobrança da digitalização de documento de dívida nos serviços de protesto do Estado) dos seguintes atos administrativos: Circular n. 141/1998, Circular n. 42/2001, Circular n. 43/2001, Circular n. 06/2005 e Ofício- Circular n. 4/2007.	Ofício-Circular n. 098/2013
0010833-29.2013.8.24.0600	Forma de cobrança da averbação da cédula de crédito imobiliário no registro de imóveis	Ofício-Circular n. 147/2013
0011142-50.2013.8.24.0600	Encaminha Provimento n. 30/13/CNJ	Ofício-Circular n. 164/2013

	e a Recomendação n. 11/13/CNJ	
0011237-80.2013.8.24.0600	Encaminha Resolução n. 175/13 do CNJ acerca da habilitação, celebração de casamento ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo.	Ofício-Circular n. 178/2013
0012225-38.2012.8.24.0600	Encaminha Informações prestadas pela Casa da Moeda acerca da produção e entrega de papel de segurança unificado	Ofício-Circular n. 192/2013
0010186-34.2013.8.24.0600	Orientação acerca do procedimento para instauração de Processo Administrativo Disciplinar contra notários e registradores	Ofício-Circular n. 193/2013
0011677-76.2013.8.24.0600	Encaminha parecer e decisão	Ofício-Circular n. 266/2013
0011684-68.2013.8.24.0600	Encaminha Orientação n. 04/13 da Corregedoria Nacional de Justiça acerca da desnecessidade de preenchimento da coluna "CID" do campo 40 da Declaração de Óbito do Ministério da Saúde	Ofício-Circular n. 268/2013
0012102-40.2012.8.24.0600	Encaminha Resolução n. 03/13 do Conselho da Magistratura acerca do regime de plantão na prestação dos serviços de registro civil das pessoas naturais.	Ofício-Circular n. 294/2013
0013547-93.2012.8.24.0600	Encaminha Resolução Conjunta n. 03/12 do CNJ e CNMP acerca do assento de nascimento de indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais.	Ofício-Circular n. 296/2013
0012428-63.2013.8.24.0600	Orientação sobre o registro de óbito	Ofício-Circular n. 318/2013
0010601-51.2012.8.24.0600	Encaminha Provimento n. 16/12 do CNJ – Reconhecimento de filiação – Indicação do suposto pai	Ofício-Circular n. 346/2013
0010824-04.2012.8.24.0600	Encaminha Provimento n. 28/13 do CNJ acerca do registro tardio de nascimento	Ofício-Circular n. 363/2013
0010533-67.2013.8.24.0600	Encaminha parecer e decisão acerca da prévia averbação da Reserva Legal	Ofício-Circular n. 451/2013
0010348-29.2013.8.24.0600	Encaminha Provimento n. 28/13 do CNJ acerca do registro tardio de nascimento	Circular n. 02/2013
CGJ-E 0848/2009	Informações acerca da expedição de certidão pelo Consulado da República Argentina	Circular n. 03/2013
0010797-84.2013.24.0600	Orientação acerca do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo	Circular n. 05/2013

0012187-89.2013.8.24.0600	Encaminha os Provimentos n. 33,34 e 35 do CNJ	Circular n. 14/2013
---------------------------	---	---------------------

- No ano de 2013 foram editados pelo Núcleo IV da Corregedoria-Geral da Justiça: 05 (cinco) provimentos, 13 (treze) circulares e 308 (trezentos e oito) ofícios circulares.

3.4.3 Comissão dos Sistemas Eletrônicos 2013

3.4.3.1 Selo Digital de Fiscalização e Auditoria dos Atos

O Selo Digital de Fiscalização é a evolução do atual selo autoadesivo, instituído pela Lei Complementar n. 175, de 28 de dezembro de 1998 (alterada pelas Leis Complementares n. 279, de 27 de dezembro de 2004, n. 365, de 7 de dezembro de 2006, n. 408, de 7 de maio de 2008 e n. 429, de 23 de dezembro de 2008), composto por um conjunto de soluções tecnológicas elaborado com o objetivo principal de aprimorar a segurança dos atos praticados nas serventias extrajudiciais de Santa Catarina.

Desenvolvido pela própria equipe do Poder Judiciário de Santa Catarina, trata-se de ferramenta que faz uso de um conjunto padronizado de interfaces de conexão que têm por objetivo a interoperabilidade dos sistemas informatizados usados no Tribunal de Justiça e no serviço notarial e de registro. A partir da aplicação do Selo Digital de Fiscalização aos atos notariais e registrais e da remessa obrigatória das informações dos atos pelas serventias que os praticaram para o Poder Judiciário catarinense, será possível que qualquer interessado que esteja na posse de um documento com Selo Digital proceda, em tempo real, à visualização das informações completas do ato lavrado diretamente no Portal de Consulta, disponível na internet no endereço selo.tjsc.jus.br, o que confere, assim, um alto nível de segurança e transparência aos atos.

Importante destacar que o Selo Digital de Fiscalização desenvolvido em Santa Catarina difere do utilizado em outros Estados em razão, primeiramente, da possibilidade de consulta pelos usuários do serviço notarial e de registro das informações dos atos e pela criação um grande banco de dados utilizado para o desenvolvimento de sistemas informatizados de auditoria, ao que se soma, ainda, a independência e

liberdade que as serventias terão ao escolher o sistema com que desejem trabalhar, a agilidade e segurança no fornecimento de selos, dispensando-se o manuseio e a estocagem e eliminando-se a possibilidade de extravio, roubo ou inutilização dos mesmos.

Em 2013, com base nas informações recebidas pela Corregedoria-Geral da Justiça no bojo do projeto do Selo Digital, foi possível a utilização de sistema de inspeções virtuais / auditoria, destinado a apurar a qualidade das informações enviadas, assim também como a rotina de envio e a observância dos padrões técnicos e normativos do projeto. O resultado, consubstanciado em relatório, é encaminhado mensalmente para as serventias para a devida adequação.

No dia 30 de novembro de 2012, foi lançada a versão 2.0 do Selo Digital de Fiscalização, em evento organizado pela Associação de Notários e Registradores de Santa Catarina (Anoreg-SC), que se trata de versão que consolida os modelos dos atos de modo a adaptá-los às novas exigências normativas.

A nova versão aprimorou os modelos dos atos e o produziu o desenvolvimento de novos serviços informatizados, com vistas à implantação dos demais projetos de tecnologia da informação desenvolvidos pelo órgão de fiscalização estadual, como o sistema de ressarcimento eletrônico dos atos gratuitos, que permitirá às serventias extrajudiciais catarinenses solicitar, de forma rápida e automatizada, o ressarcimento dos atos a que a lei confere a gratuidade de emolumentos praticados em seus serviços, o supracitado sistema de auditoria e as centrais de informações.

A implantação definitiva da versão 2.0, com a sua utilização em todas as serventias extrajudiciais de Santa Catarina, deu-se em junho de 2013. A versão antiga foi descontinuada no mesmo mês.

Em 2013, foi recepcionada na sede da Corregedoria-Geral da Justiça a delegação do Tribunal de Justiça da Paraíba, e realizadas videoconferências com os Tribunais de Justiça de Alagoas, Pará, Pernambuco e Paraíba;

Em 26 de julho de 2013, fruto de decisão proferida no processo CGJ n. 0011893-37.2013.8.24.0600, foram cedidos os códigos-

fonte do sistema do Selo Digital de Fiscalização para o Tribunal de Justiça da Paraíba, para implantação naquele Estado.

Lançamento do sistema de Inspeções Virtuais/Auditoria do Selo Digital em 8 de outubro de 2013;

Participação no 64º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça (Encoge), realizado de 6-8 de novembro de 2013, ocasião em que foi explanado o sistema do Selo Digital de Fiscalização e o novo módulo de inspeções virtuais.

Desde a implantação (29/06/2011), foram lavrados ao todo 55 milhões de atos notariais e de registro com o emprego do Selo Digital de Fiscalização, destes, 24,5 milhões apenas em 2013, o que estabelece novo recorde de atos praticados (anterior de 23,7 milhões de atos, em 2013).

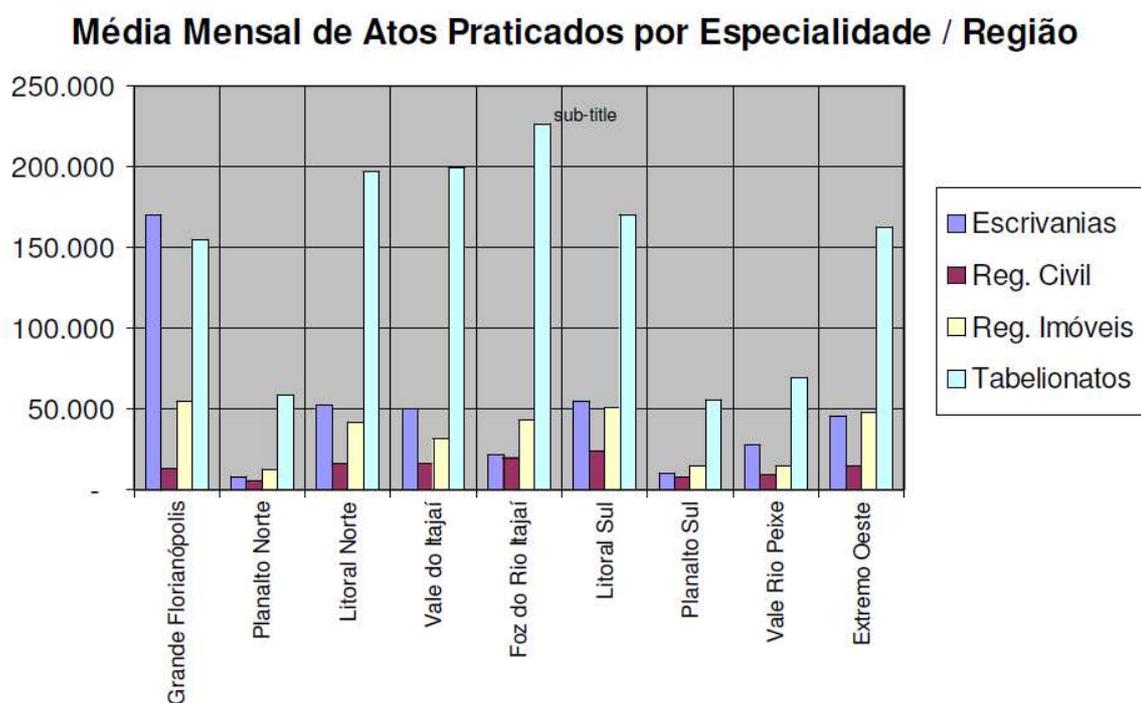
3.4.3.2 Documentos publicados no Selo Digital em 2013

- Circular n. 18/2013 – Lançamento do Sistema de Inspeções Virtuais / Auditoria do Selo Digital de Fiscalização.
- Enviados os seguintes comunicados:
 - Prazo limite para utilização da versão 2.0 do Selo Digital, para os serviços de registro civil de Anchieta, Itapoá e Mafra, registro de imóveis da 2ª circunscrição de Mafra, e Escritanias de Paz do distrito de Canoas, município de Bocaina do Sul, município de Nova Veneza e distrito de Santo Antônio de Lisboa, em 2 de julho de 2013;
 - Erros no envio de atos para o *webservice* do Selo Digital, referentes ao mês de outubro de 2013, para 15 serventias;
 - Erros no envio de atos para o *webservice* do Selo Digital, referentes ao mês de novembro de 2013, para 31 serventias;
 - Erros no envio de atos para o *webservice* do Selo Digital, referentes ao mês de novembro de 2013, para 36 serventias;

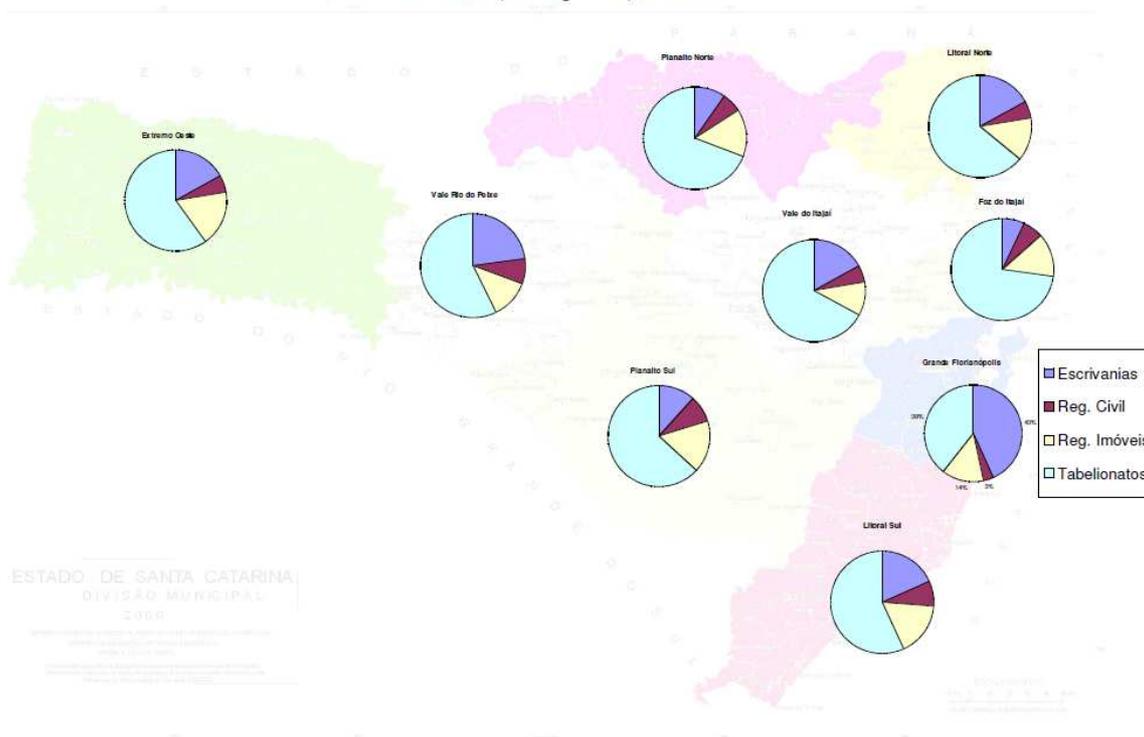
- Cerca de 500 e-mails respondidos no período a respeito de dúvidas e questionamentos diversos sobre a implantação e operação do Selo Digital de Fiscalização;
- Orientação n. 13/2013, que trata do procedimento para recolhimento dos valores referentes à distribuição de títulos de protesto gratuito (Central de Protestos);

3.4.3.3 Gráficos relativos à utilização do selo digital de fiscalização em 2013

(Fonte: Comissão de Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais)



Quantidade de Atos por Região/Especialidade



3.4.4 Central de Protestos

Foi lançado no dia 17 de março de 2012, em evento promovido pela Associação dos Notários e Registradores de Santa Catarina (Anoreg-SC), a Central de Protestos (Central de Remessa de Arquivos e Central de Distribuição de Títulos). O projeto foi desenvolvido em parceria com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil, seção Santa Catarina (IEPTB-SC), que tem por escopo a distribuição centralizada dos títulos e outros documentos de dívida encaminhados eletronicamente pelas instituições financeiras que aderirem à Central de Remessa de Arquivos – CRA.

Com base em cronograma divulgado costumeiramente pela Central de Remessa de Arquivos – CRA, sistema desenvolvido e mantido pelo IEPTB-SC, os serviços de protesto do Estado devem acessar o portal de internet por ela mantido e, mediante *login* e senha, efetuam o *download* dos títulos remetidos eletronicamente pelas instituições financeiras que aderirem à CRA.

Após o regular processamento dos títulos pelo sistema informatizado de automação utilizado na serventia, os serviços de protesto transportam as ocorrências do dia novamente para o portal de internet mantido pela CRA, com as informações dos protestos e pagamentos realizados, as quais são remetidas pela CRA às instituições financeiras.

Os serviços de distribuição das comarcas da Capital, Joinville e Caçador, que são mantidas exclusivamente pela iniciativa privada, por meio de delegação, receberam da CRA *login* e senha, bem como as respectivas instruções, para acesso à interface que contém o mecanismo de recepção dos títulos e remessa da distribuição para a CRA.

Em 2013, o serviço de distribuição da comarca da Capital passou a ser executado por servidores do Poder Judiciário, com o uso do Sistema de Títulos a Protesto (STP), para o qual foi realizado treinamento pela equipe da Comissão de Sistemas Eletrônicos em 14 de novembro de 2013, nas dependências da Corregedoria-Geral da Justiça.

Pelo sistema da Central de Distribuição de Títulos mantida pelo Poder Judiciário, que entrou em operação em 20 de agosto de 2012, foram distribuídos naquele ano 16.494 títulos encaminhados pelos bancos e instituições financeiras e 124 títulos encaminhados pela Procuradoria-Geral Federal, que totalizaram R\$ 114.798,24 relativos aos emolumentos devidos pela distribuição, recolhidos junto à subconta do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário.

Em 2013, foram distribuídos 187.998 títulos encaminhados via sistema da Central de Remessa de Arquivos (CRA), que totalizaram o montante de R\$ 1.155.765,45, referente ao somatório dos emolumentos da distribuição. Salienta-se que 30.751 títulos foram distribuídos com gratuidade.

No âmbito da implantação do projeto, foram elaborados o Provimento n. 6, de 17 de março de 2012, que inclui o art. 978-A e altera o art. 980 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, e a Circular n. 4/2012, que divulga os pormenores do procedimento.

Foi inserido no novo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça (Provimento n. 10, de 8 de novembro de 2013),

o art. 898, que trata da adoção da Central Nacional de Protestos, interface por meio da qual os tabeliães de protesto deverão informar a relação diária dos protestos, lavrados por falta de pagamento, bem como dos protestos cancelados, com início de utilização prevista para 19 de maio de 2014.

3.4.5 Central Digital de Informações Extrajudiciais

Com o advento do Selo Digital de Fiscalização, projeto de elevada envergadura levado a cabo pela Corregedoria-Geral da Justiça em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação, observou-se uma série de avanços tecnológicos e de uso da tecnologia da informação pelos serviços notariais e de registro catarinenses, notadamente pelo uso compulsório de sistema informatizado de automação com padrões de qualidade minimamente estabelecidos, o que permitiu, por meio de uma interface padronizada de comunicação, o envio, pelos mencionados serviços, do conteúdo completo dos atos lavrados para o servidor informatizado do Poder Judiciário, disponibilizado para consulta pública de autenticidade para a população.

O *know-how* adquirido com a implantação do mencionado projeto ao longo de dois anos e a crescente maturidade dos sistemas informatizados de automação utilizados nas serventias extrajudiciais catarinenses, passado mais de um ano da implantação definitiva do Selo Digital, deram ensejo à criação da Comissão de Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais, equipe multidisciplinar composta por membros da Corregedoria-Geral da Justiça e da Diretoria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça, que tem como principais atribuições o estudo, o planejamento, o desenvolvimento, a implantação e o acompanhamento de iniciativas e projetos vinculados à tecnologia da informação voltados à automação dos serviços notariais e de registro.

Sob a responsabilidade de mencionada comissão encontram-se todas as iniciativas de tecnologia da informação vinculadas aos serviços notariais e de registro catarinenses, nelas incluídas o acompanhamento e a atualização dos mecanismos do Selo Digital de Fiscalização, os sistemas de auditoria e inspeção virtual destinados a

acompanhar o regular funcionamento do Selo Digital e da qualidade dos atos oriundos dos serviços extrajudiciais, além do desenvolvimento, normatização e acompanhamento das iniciativas nacionais, desenvolvidas em âmbito local, das centrais de informação e acessibilidade de atos, divididas em plataformas específicas para cada especialidade de serviço extrajudicial.

As iniciativas de centralização de informações extrajudiciais decorrem do interesse público consubstanciado na relevância jurídica e social da disponibilização, para os interessados, neles incluídos órgãos públicos, autoridades e usuários dos serviços, de meios para a fácil localização de atos notariais e de registro, dentre os quais escrituras públicas, procurações, testamentos, matrículas e registros de imóveis, assentos de nascimento, casamento e óbitos, que objetivam a oportuna obtenção de certidões e de outras informações por meio da internet, remotamente.

A adoção de sistemas de centralização, que possibilitam a consulta da existência de atos e o pedido remoto de certidões/informações, viabilizado pela interligação entre os serviços de notas e de registros, o Poder Judiciário, órgãos da administração pública e entidades representantes da classe de notários e registradores, vem ao encontro do interesse público e representa importante passo no sentido de proporcionar a devida racionalização do sistema extrajudicial e, como consequência, a economia, a eficiência e a segurança advindas da desburocratização dos serviços.

Nesse prisma, observa-se que se encontra em estudo e desenvolvimento, em âmbito nacional, das seguintes iniciativas centralizadoras: a) Central de Registro de Imóveis, Penhora On-Line e Indisponibilidades; b) Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (Censec); c) Central Nacional de Protesto (CNP); e d) Central de Informações do Registro Civil das Pessoas Naturais (CRC).

A adoção da centralização de informações confere pleno cumprimento ao disposto na Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de acesso à informação), e também aplicabilidade ao que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, em seus arts. 5º, XXXIII, 37, § 3º, e 216, § 2º. Além disso, o próprio Conselho Nacional de Justiça, como órgão de fiscalização e regulamentação dos serviços auxiliares, serventias e

órgãos prestadores de serviços notariais e de registro, recentemente editou o Provimento n. 18, de 28 de agosto de 2012, por meio do qual criou, em parceria com o Colégio Notarial do Brasil (CNB-CF), a Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (Censec), o que revela o nítido interesse do órgão em incentivar iniciativas centralizadoras nos moldes expostos.

Por fim, importante salientar que, com a adoção das mencionadas centrais de informação, será possível aos interessados a consulta às bases interligadas de dados dos Estados participantes, o que revela a grande repercussão e o notável alcance dos sistemas que serão adotados nacionalmente.

Competirá à Corregedoria-Geral da Justiça, por meio da Comissão de Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais, atuar como órgão de regulamentação, em âmbito local, das iniciativas gestadas em caráter nacional, de forma a normatizar e definir uma agenda conjunta de implantação de cada uma das mencionadas ferramentas, de acordo com o planejamento do órgão e em atenção às peculiaridades locais, para o qual fará uso do ambiente favorável de parceria classe-órgão de fiscalização existente no Estado para a viabilização de iniciativas dessa natureza.

Conforme mencionado acima, o Projeto da Central Digital de Informações Extrajudiciais (CDIE) também prevê a implantação, em Santa Catarina, das seguintes iniciativas:

- Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (Censec) – implantada em 28 de agosto de 2012, por meio do Provimento n. 18 do CNJ;
- Central Nacional de Protesto (CNP) – em fase de implantação – inserida no Novo Código de Normas da CGJ (art. 898);
- Central de Registro de Imóveis e Penhora On-Line – implantada em 7 de novembro de 2013, por meio do Provimento n. 8 e Circular n. 20, ambos da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Central de Informações do Registro Civil das Pessoas Naturais (CRC) - implantada em 30 de novembro de 2013, por meio do Provimento n. 11 e Circular n. 26, ambos da Corregedoria-Geral da Justiça;

- Sistema Integrado do Registro Civil (SIRC) – em fase de implantação – integração com INSS;

3.4.6 Central de Registro de Imóveis

No dia 30 de novembro de 2012, foi assinado termo de cooperação técnica entre a corregedoria e a Associação de Titulares de Cartórios de Santa Catarina (ATC-SC), para a implantação da Central de Registro de Imóveis, Penhora On-Line e Indisponibilidades. O termo prevê a disponibilização das informações dos registros de imóveis para consulta, via internet, por qualquer interessado. Iniciativa desenvolvida pela Associação dos Registradores de Imóveis de São Paulo (Arisp), confere maior transparência ao sistema registral estadual e é considerada modelo pelo Conselho Nacional de Justiça.

A Central de Registro de Imóveis e Penhora On-Line baseia-se nas seguintes premissas:

- Serviços de registro de imóveis deverão cadastrar os seus indicadores pessoais e reais e exportá-los diariamente para o sistema mantido pela Associação de Titulares de Cartório (ATC/SC) e Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (ARISP); a exportação se dará por meio de arquivos padronizados, por meio de Webservice.
- As informações dos indicadores pessoais e reais que não estiverem disponíveis em meio eletrônico, deverão ser cadastradas manualmente pelos serviços de registro de imóveis e exportadas para a Central de Registro de Imóveis consoante prazo e padrões que serão definidos;
- As informações exportadas poderão ser consultadas, mediante acesso autenticado (por meio da certificação digital do interessado), que poderá visualizar a existência de imóveis com base nos parâmetros de pesquisa informados. Poderá, ainda, solicitar a emissão da respectiva certidão da matrícula encontrada, que será fornecida em meio eletrônico com o emprego de certificação digital ou em meio físico, via correio,

mediante o pagamento dos emolumentos devidos e do porte de remessa respectivo;

- Os padrões técnicos para a remessa dos arquivos e cadastramento manual dos indicadores será publicado pelas entidades mantenedoras da Central no seu website próprio;
- Os juízes, membros do Poder Judiciário de Santa Catarina, assim como os chefes de cartório/unidades jurisdicionais, serão cadastrados no sistema e por meio do emprego de certificação digital padrão A3 ou superior deverão cadastrar as determinações de constrição de bens imóveis de qualquer natureza, incluídas aí as penhoras, arrestos, sequestros e indisponibilidade de bens. As partes deverão ser alertadas pela unidade jurisdicional que o envio automático das determinações de constrição de bens não exclui a necessidade de qualificação do título judicial, com o recolhimento dos emolumentos devidos e apresentação de documentos auxiliares, quando for o caso;
- As associações mantenedoras da Central de Registro de Imóveis, Penhora On-Line e Indisponibilidades deverão confeccionar manual detalhado de uso do sistema, com um passo a passo, destinado aos registradores de imóveis, aliado a um manual técnico, destinado às empresas fornecedoras de sistemas para as serventias, com a disponibilização de uma área de “perguntas frequentes”, em ambiente web;
- As bases de dados de Santa Catarina encontrar-se-ão integradas às bases congêneres mantidas pelas respectivas associações nos demais Estados da federação, para as quais também será possível o envio de determinações judiciais de constrição de bens e indisponibilidades;

No âmbito do projeto, foi assinado Termo de Cooperação Técnica entre a Associação de Titulares de Cartório de Santa Catarina (ATC-SC) e a Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina, no dia 30 de novembro de 2012, que trata das normas administrativas para operacionalização da central de registro de imóveis e de penhora on-line. Para

a operacionalização do procedimento, deve-se elaborar provimento e circular com as regras específicas e os prazos para adesão das serventias e unidades jurisdicionais.

O projeto foi lançado em caráter definitivo em cerimônia realizada no 64º ENCOGE, no dia 7 de novembro de 2013, com a assinatura do Provimento n. 8, que dispõe sobre as regras de gestão e operação da central, e da Circular n. 20, que divulga os resultados dos trabalhos e os prazos para implantação, com a devida remessa das informações dos indicadores pessoais, nos seguintes termos:

“Art. 6º. A carga das informações dos registros já lavrados será realizada regressivamente até o dia 01/01/1976, conforme os seguintes prazos:

I - Até 120 dias da entrada em vigor deste Provimento para atos lavrados desde 01/01/2006;

II - Até 30/06/2014 para os atos lavrados desde a data de 01/01/2000;

II - Até 31/12/2014 para os atos lavrados desde a data de 01/01/1990;

III - Até 30/06/2015 para os atos lavrados desde a data de 01/01/1980; e

IV - Até 31/12/2015 para os atos lavrados desde a data de 01/01/1976.”.

3.4.7 Central de Informações do Registro Civil (CRC)

A Central de Informações do Registro Civil foi lançada no dia 30 de novembro de 2013, com a assinatura do Provimento n. 11 e da Circular n. 26 (que tratam das normas administrativas e de funcionamento da ferramenta e realizam a competente divulgação), que se somam ainda ao Termo de Cooperação Técnica formalizado entre a Corregedoria-Geral da Justiça e a Associação de Notários e Registradores de Santa Catarina (Anoreg/SC), em que são detalhadas as regras de funcionamento da ferramenta gerida pela classe de notários e registradores, com apoio da Arpen/SP (Associação de Registradores de Pessoas Naturais de São Paulo), entidade que detém o sistema.

A CRC será integrada, obrigatoriamente, por todos os Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Santa Catarina, que deverão efetuar carga e manter permanentemente atualizado o acervo, bem como acessá-lo para fornecer informações ao público, quando solicitadas. Para tanto, é constituída por Sistema de Banco de Dados

Eletrônico que será alimentado pelos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais com os atos de registro de sua competência.

Outra funcionalidade disponível no sistema diz respeito ao cadastramento das unidades jurisdicionais da justiça estadual com o uso de certificado digital, para viabilização do acesso dos magistrados, chefes de cartório e servidores por eles cadastrados, que poderão realizar consultas acerca da existência de registros e encaminhar determinações judiciais diretamente aos serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais.

A carga das informações dos registros já lavrados será realizada regressivamente até o dia 01/01/1976, conforme os seguintes prazos:

I - Até 120 dias da entrada em vigor deste Provimento para atos lavrados desde 01/01/2006;

II - Até 31/12/2014 para os atos lavrados desde a data de 01/01/2000;

III - Até 31/05/2015 para os atos lavrados desde a data de 01/01/1990;

IV - Até 31/10/2015 para os atos lavrados desde a data de 01/01/1980; e

V - Até 31/03/2016 para os atos lavrados desde a data de 01/01/1976.

Ainda, a Central de Informações de Registro Civil (CRC) poderá ser consultada por entes públicos, gratuitamente, mediante convênio, e por pessoas naturais ou jurídicas privadas, sujeitas ao pagamento respectivo nos termos da Tabela de Custas e Emolumentos vigente no Estado, ressalvadas as hipóteses de isenção ou imunidade previstas na legislação.

O requisitante poderá solicitar a qualquer Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado a materialização de certidão eletrônica expedida por outra serventia, que será disponibilizada em formato eletrônico à serventia solicitante e materializada por meio de certidão ao usuário em papel de segurança, observadas as custas e os emolumentos devidos pelas certidões a ambos serviços de registro.

3.4.8 Sistema de Inspeções Virtuais/Auditoria do Selo Digital

Com base nos conceitos de *business intelligence*¹ (inteligência nos negócios), foi elaborada uma ferramenta de inspeções virtuais baseada nos critérios definidos pela assessoria extrajudicial para todas as especialidades do serviço notarial e de registro, com a geração de relatórios automatizados em que constam observações realizadas pelo sistema.

3.4.8.1 Funcionamento

O projeto das Inspeções Virtuais / Auditoria do Selo Digital, como o próprio nome indica, é intrinsecamente ligado ao projeto do Selo Digital de Fiscalização. Nesse passo, pode-se dizer que o funcionamento da ferramenta é pautado nos seguintes pontos:

- Utilização da base de dados do Selo Digital
- Emprego de ferramenta de business intelligence
- Desenvolvimento de observações sobre campos específicos dos atos padronizados
- Críticas estabelecidas com base nas leis, Código de Normas, Regimento de Emolumentos e normas do Selo Digital
- Geração automática de relatórios de inspeção virtual, para a totalidade das serventias

3.4.8.2 Implantação

O projeto das inspeções digitais foi totalmente desenvolvido no âmbito interno do Poder Judiciário de Santa Catarina. A idéia surgiu de um trabalho conjunto entre a assessoria correicional extrajudicial (Corregedoria) e a Diretoria de Tecnologia da Informação (Presidência), elegendo-se como parâmetros tecnológicos os seguintes:

- Ferramenta totalmente automatizada, com base nos critérios definidos pela gerência do projeto

¹ Habilidades das organizações para trabalhar os dados e explorar informações de modo a analisá-las e desenvolver percepções e entendimentos a seu respeito, o que lhes permite incrementar e tornar mais pautada em informações a tomada de decisão, que, no caso, refere-se à atividade de orientação e fiscalização.

- Sistema configurável e adaptado para receber novos critérios de análise dos atos, de acordo com as especialidades e a demanda
- Banco de dados de alta disponibilidade, com funcionamento em paralelo e com alta performance

3.4.8.3 Resultados

Superada a implantação da ferramenta, que se deu em 8 de outubro de 2013, com a edição da Circular n. 18, podem-se observar os seguintes resultados para a atividade correicional:

- Qualificação da tomada de decisão: qual serventia inspecionar?
- Aprimoramento da qualidade dos atos
- Criação de indicadores de qualidade e acompanhamento
- Possibilidade de constante customização
- Inspeções correicionais em 100% dos serviços notariais e de registro do Estado
- Análise dos atos passa a ser automatizada, com base em critérios pré-estabelecidos
- Realização simultânea de inspeções virtuais na totalidade das serventias extrajudiciais
- Desnecessidade de definição de um conjunto de serventias a ser inspecionado
- Procedimento automatizado dispensa a atuação de assessores correicionais na geração dos relatórios – atuação apenas na criação dos critérios

O planejamento do projeto indica que, ao longo de 2014, serão inseridas novas observações no sistema, que objetivam aprofundar a análise para a totalidade dos modelos dos atos enviados pelas serventias, sempre se respeitando a periodicidade de envio mensal. Do mesmo modo, será implementado um mecanismo de avaliação de resultados, com vistas à criação de indicadores de qualidade que poderão fornecer ao notário/registrator uma visão clara da evolução das observações.

Em 2013, foram realizadas inspeções virtuais em todas as 584 serventias extrajudiciais do Estado, que totalizaram 1.752 relatórios gerados e enviados, referentes aos atos enviados nos meses de outubro a dezembro de 2013.

3.4.8.4 Atividades Desenvolvidas no Setor do Selo

- Reajuste dos valores do benefício da Ajuda de Custo destinado às serventias deficitárias (Lei Complementar n. 429/08), nos termos da decisão do Conselho da Magistratura nos autos CGJ-E n. 1446/2009, e pagamento realizado com efeitos retroativos à 1º de janeiro de 2013, com a receita obtida por meio da venda dos Selos de Fiscalização (Tabela 1, abaixo);

Tabela 1 – Ajuda de Custo

MÊS	VALOR R\$
Janeiro (1)	R\$ 360.899,40
Fevereiro	R\$ 360.899,40
Março	R\$360.899,40
Abril	R\$ 360.899,40
Maio	R\$ 360.899,40
Junho	R\$ 360.899,40
Julho	R\$ 360.899,40
Agosto	R\$ 360.899,40
Setembro	R\$ 360.899,40
Outubro(2)	R\$ 334.484,35
Novembro(3)	R\$ 335.462,85
Dezembro	Pagamento pendente
TOTAL	R\$ 3.918.041,80

(1) A Escrivania de Paz do distrito de Pescaria Brava, comarca de Laguna, foi emancipado passando a município e enquadrando-se no critério do inciso I, do art. 14 da LC 175/1998; a Escrivania de Paz de Nova Petrópolis, Comarca de Joaçaba, foi excluída, por não mais enquadrar-se nos rigores do art. 14, III, LCE 175, em função de ter adquirido no ano de 2012 mais de 50% dos selos requeridos pelo Registro Civil do município e comarca de Joaçaba; inclusão da Escrinania de Paz do Distrito de Barra da Lagoa e Escrivania de Paz do 3º Subdistrito de Saco dos Limões, município de comarca da Capital, em virtude de enquadrarem-se no critério contido no já referido art. 14, III, LCE, 175 por ter adquirido no ano de 2012 menos de 50% dos selos solicitados pelo Registro Civil, Títulos e Documentos do município e comarca da Capital naquele mesmo período.

(2) Os Cartórios de Registros Cíveis de Braço do Norte, Guaramirim, Içara, Imbituba, Sombrio, Ituporanga, Balneário Piçarras, Urussanga, São João Batista, Fraiburgo, Porto Belo, Capinzal, Xaxim, Maravilha, Barra Velha, Ibirama, Trombudo Central, Rio Negrinho e Orleans foram elevadas de entrância inicial para final (excluídas do critério do art. 14, II, LCE 175/1998). Já as comarcas de Rio do Sul, Brusque, Jaraguá do Sul e Palhoça foram elevadas de entrância final para especial, conforme Resolução TJ n. 28, de 2.10.2013, publicada no Diário da Justiça Eletrônico n. 1735, em 10.10.2013. Assim, saíram da lista as Escrivania de Paz de Dalbergia (Ibirama), do distrito de Vila Nova (Imbituba) e do distrito de Mirim (Imbituba). As Escrivantias de Paz do distrito de Rio Bonito (Ituporanga) e do distrito de Tigipiú (São João Batista) passaram do critério do art. 14, I, para o art. 14, III, da LCE 175/1998.

(3) Foi pago o valor de R\$ 489,25 (quatrocentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos) a mais à Escrivania de Paz do Município de Abdon Batista, por equívoco no critério efetuado no mês de outubro e feito pagamento a menor.

- Pagamento a título de Ajuda de Custo no exercício de 2013 do correspondente a: R\$ 1.345,30 (um mil, trezentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos) para as Escrivanias de Paz localizadas nos municípios considerados Comarcas Não-Instaladas ou em distritos de Comarcas de Entrância Inicial; no valor de R\$ 1.100,60 (um mil, cem reais e sessenta centavos) para o Registro Civil localizado na sede de Comarcas de Entrância Inicial; e no valor de R\$ 856,05 (oitocentos e cinquenta e seis reais e cinco centavos) para as Escrivanias de Paz localizadas em distritos de municípios que sejam sede de Comarca de Entrância Final e Especial, e que adquiriram, no ano anterior, número de Selos de Fiscalização inferior a 50% (cinquenta por cento) do adquirido pelo Registro Civil da respectiva sede;
- Revisão anual das serventias que fazem jus ao benefício da ajuda de custo previsto no inciso III do art. 14 da Lei n. 175/1998;
- Controle e pagamento do ressarcimento dos atos isentos e gratuitos no exercício de 2013 (Tabela 2);

Tabela 2 – Ressarcimento dos Atos Gratuitos

MÊS	VALOR
Janeiro (1)	R\$ 610.226,00
Fevereiro (2)	R\$ 785.170,96
Março (3)	R\$ 727.917,95
Abril (4)	R\$ 739.127,88
Maió (5)	R\$ 902.382,29
Junho (6)	R\$ 933.915,50
Julho (7)	R\$ 823.824,98
Agosto (8)	R\$ 976.156,12
Setembro (9)	R\$ 985.517,90
Outubro (10)	R\$ 904.827,20
Novembro (11)	R\$ 921.689,08
Dezembro	Pagamento pendente
TOTAL	R\$ 9.310.755,86

- p) Referente a 28.425 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/12/2012 e 10/1/2013. Foi bloqueada a quantia de R\$ 8.876,81, correspondente a 298 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.
- q) Referente a 46.967 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/1/2013 e 10/2/2013. Foi bloqueada a quantia de R\$ 5.475,00, correspondente a 255 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.
- r) O valor de R\$ 705.417,69 se refere a 33.829 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/2/2013 e 10/3/2013. Foi bloqueada a quantia de R\$ 5.225,95, correspondente a 419 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria. Nesse mês foi efetuado também o pagamento R\$ 147,55, R\$ 60,92, R\$ 226,56 e R\$ 22.065,23 que correspondem a verbas de ressarcimento, cujo pagamento se deferiu nos processos n. 0013347-86.2012.8.24.0600, 0011124-972011.8.24.0600, 0011457-49.2011.8.24.0600 e 0010145-38.2011.8.24.0600.
- s) O valor de R\$ 726.353,38 se refere a 37.996 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/3/2013 e 10/4/2013. Foi bloqueada a quantia de R\$ 10.509,99, correspondente a 872 atos,

- devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria. Neste mês foi efetuado também o pagamento de R\$ 12.774,50, que corresponde à verba de ressarcimento, cujo pagamento se deferiu no processo n. 0013576-46.2012.8.24.0600.
- t) Referente a 45.145 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/4/2013 e 10/5/2013. Foi bloqueada a quantia de R\$ 11.395,12, correspondente a 957 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.
 - u) Referente a 46.172 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/5/2013 e 10/6/2013. Foi bloqueada a quantia de R\$ 14.803,65, correspondente a 916 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.
 - v) Referente a 39.584 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/6/2013 e 10/7/2013. Foi bloqueada a quantia de R\$ 11.616,13, correspondente a 896 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.
 - w) Referente a 47.522 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/7/2013 e 10/8/2013. Foi bloqueada a quantia de R\$ 15.090,57, correspondente a 1.097 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.
 - x) Referente a 48.531 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/8/2013 e 10/9/2013. Foi bloqueada a quantia de R\$ 13.657,74, correspondente a 1.499 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria. Análise dos atos bloqueados no mês de agosto. Pagamento do valor de R\$ 3.281,30, incluído no valor total do mês.
 - y) Referente a 45.559 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/9/2013 e 10/10/2013. Foi bloqueada a quantia de R\$ 9.889,41, correspondente a 699 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria. Análise dos atos bloqueados no mês de setembro. Pagamento do valor de R\$ 4.669,11, incluído no valor total do mês.
 - z) Referente a 47.937 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/10/2013 e 10/11/2013. Foi bloqueada a quantia de R\$ 11.899,10, correspondente a 501 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria. Análise dos atos bloqueados no mês de outubro. Pagamento do valor de R\$ 1.735,61, incluído no valor total do mês.

- Determinação expedida nos autos CGJ-E n. 1.531/2009, ordenando o pagamento de R\$ 38.437,73 (trinta e oito mil, quatrocentos e trinta e sete reais e setenta e três centavos), relativo ao ressarcimento complementar de atos isentos praticados entre outubro de 2009 e julho de 2013, cuja quitação havia sido objeto de bloqueio em face de dúvidas quanto à respectiva causa legal de isenção;
- Atualização do sistema eletrônico de ressarcimento, a fim de aprimorar o controle realizado por esta Corregedoria nos atos gratuitos praticados e cadastrados pelas serventias;
- Implementação do pagamento dos demais atos praticados de forma gratuita pelas serventias, previstos em lei e não ressarcidos até a presente data. Ressalta-se que a partir de 11 de janeiro de 2012 foram implementados novos atos no sistema eletrônico de ressarcimento, quais sejam: a) REGISTRO CIVIL DE TÍTULOS E DOCUMENTOS: 1) Registro de título, contrato ou documento integral com valor - Tab. III, n. 1, item I, do RCE, 2) Registro de título, contrato ou documento integral sem valor - Tab. III, n. 1, item II, do RCE, 3) Registro de título, contrato ou documento resumido com valor - Tab. III, n. 1, item III, do RCE, 4) Registro de título, contrato ou documento resumido sem valor - Tab. III,

n. 1, item III, do RCE, 5) Averbação ou cancelamento de registro, com valor - Tab. III, n. 2, item I, do RCE, 6) Averbação ou cancelamento de registro, sem valor - Tab. III, n. 2, item II, do RCE, e 7) Autenticação isolada de cópia de documento arquivado em cartório - Tab. III, n. 4, do RCE; b) REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS: 1) Autenticação isolada de cópia de documento arquivado em cartório - Tab. IV, n. 4, do RCE; c) REGISTRO DE IMÓVEIS: 1) Registro de título, a requerimento do interessado, em inteiro teor, no Registro Auxiliar - Tab. II, n. 1, item VIII, do RCE, 2) Autenticação de cópia de documento arquivado em cartório - Tab. II, n. 6, do RCE, 3) Retificação simples - Tab. II, n. 8, do RCE, 4) Retificação de maior complexidade - Tab. II, n. 9, do RCE; e 5) Loteamento e desmembramento – Tab. II, n. 1, item III, do RCE.

- Implementação do cadastro e pagamento dos atos dos Juízes de Paz, a partir de mês de julho de 2013, conforme Tabela 3 abaixo.

Tabela 3 – Ressarcimentos dos Atos dos Juízes de Paz

MÊS	VALOR
Julho(1)	226.798,75
Agosto	21.951,60
Setembro	9.455,55
Outubro	18.752,55
Novembro	10.358,80
Dezembro	Pagamento pendente
TOTAL	R\$ 287.317,25

(1) Pagamento dos atos pagos retroativos a 17/01/2011 – data de início da vigência da Lei Complementar n. 532/2011.

- Destruição de 2.837.040 (dois milhões, oitocentos e trinta e sete mil e quarenta) selos físicos, estocados, conforme Parecer constante do Processo n. 0011057-64.2013.8.24.0600;
- Disponibilização de 22.435.118 selos de fiscalização digitais para uso nas Serventias Extrajudiciais entre 01/01/2012 e 20/11/2012 (Tabela 4);

Tabela 4 – Selos Digitais Adquiridos pelas Serventias entre 1º/01/2013 e 20/11/2013

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
---------------	------------

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Normal	20.575.734
D.U.T.	1.187.379
Escritura com Valor	142.013
Isento	529.992
TOTAL	22.435.118

- Fornecimento de certidão de serventias existentes no Estado;
- Fornecimento de informações aos demais setores do Núcleo IV – Extrajudicial – da Corregedoria, referentes ao ressarcimento dos atos gratuitos, e ajuda de custo efetivados às serventias, bem como no que toca ao selo digital de fiscalização;
- Fornecimento de informações relativas aos selos de fiscalização para delegados, peritos, advogados e para a comunidade em geral;
- Cancelamento de 1.627 selos digitais e devolução da mesma quantidade às serventias solicitantes, entre 1º de janeiro e 20 de novembro de 2013;
- Redisponibilização, em 200 oportunidades, dos selos digitais adquiridos pelas serventias, em razão de problemas ocorridos no sistema utilizado no cartório, entre 1º de janeiro e 20 de novembro de 2013;
- Anulação de 66 selos, em razão de atos de qualquer natureza lavrados, pelas serventias, com erros, entre 1º de janeiro e 20 de novembro de 2013;
- Elaboração de minutas de provimentos, circulares, ofícios-circulares e ofícios referentes às atribuições deste setor;
- Elaboração de orientação sobre os atos gratuitos passíveis de ressarcimento e aos Juízes de Paz;
- Elaboração de Aviso dos selos físicos extraviados, inutilizados, furtados e danificados de todos os Estados da Federação, para publicação no Diário da Justiça Eletrônico;

- Participação da Comissão de Implantação dos atos gratuitos praticados pelos Juízes de Paz, nos termos da Lei Complementar Estadual n. 532, de 17 de janeiro de 2011;
- Controle dos casamentos coletivos, aproximadamente de 747, ocorridos em todo o Estado;
- Minutas de despachos, pareceres, decisões e informações nos processos que aportaram no Setor de Selo de Fiscalização no ano de 2013.
- Consultas e requerimentos recebidos e enviados pelo Setor IV para as devidas providências, por meio do endereço eletrônico selo@tjsc.jus.br, até 20/11/2013:

Assunto	Quantidade
Recebidos	2438
Enviados	1639

3.5 NÚCLEO V – Direitos Humanos

A garantia dos direitos fundamentais e a promoção da responsabilidade social com ações que aproximem o judiciário da sociedade são alguns dos princípios que norteiam as ações da Corregedoria-Geral da Justiça – CGJ do Estado de Santa Catarina. Pela atuação do Núcleo V, diversas iniciativas foram empreendidas nesse sentido como apresentado através dos dados de atuação deste em 2013.

1. Desempenho da atividade correicional, mediante o controle e a fiscalização dos serviços concernentes aos feitos da infância e juventude, bem como da execução penal, da violência doméstica, idosos, portadores de necessidades especiais e outros direitos fundamentais.
2. Identificar, promover e divulgar as redes de atendimento assim como informar sobre direitos referentes às matérias de competência.
3. Inspeções em Unidades Judiciais: Capital e Lages.

4. Inspeções em estabelecimentos, penitenciários, prisionais, de acolhimento, socioeducativos, instituições de longa permanência e, com o intuito de conhecer suas condições de funcionamento, instruir processos em tramitação e averiguar denúncias recebidas.

3.5.1 Instituições de Acolhimento

Programas de Acolhimento	Número de Visitas realizadas
Associação Irmã Carmen/Araranguá	1
Associação Beneficente Nossa Casa/Criciúma	1
Instituição de Acolhimento Provisório Lar Azul/Criciúma	1
Programa Família Acolhedora/Lauro Muller	1
Casa da Criança e Adolescente/Braço do Norte	1
Programa de Acolhimento Institucional Bem Viver/Tubarão	1
Programa Família Acolhedora/Tubarão	1
Abrigo Provisório Casa Lar - Fundação Irmã Vera/Laguna	1
Paraíso da Criança/Urussanga	1
Abrigo Novo Amanhacer Meninos/Itajaí	1
Abrigo Novo Amanhacer Meninas/Itajaí	1
Associação Lar da Criança Feliz/Itajaí	1
Estrela de Isabel : Programa Estrela de Luz/Itajaí	1
Programa Com Viver/Itajaí	1
Recanto Infantil Marcos Valdir Moroso/Itajaí	1
Lar Beneficente João 3:16/Itajaí	1
Abrigo Nossa Casa Unidade I/Blumenau	1
Abrigo Nossa Casa Unidade II/Blumenau	1
Associação Blm.de Amparo aos Menores – ABAM/Blumenau	1
Casa Lar Sementes do Amanhã/Gaspar	1
CEGAPAM/Gaspar	1
Lar das Meninas/Gaspar	1
Casa Lar de Bocaina do Sul/Lages	1
Abrigo Municipal Menino Jesus/Lages	1
Associação Educacional Criança Feliz I/Lages	1
Casa de Passagem Anjo da Guarda/Correia Pinto	1
Abrigo Nosso Lar/Otacílio Costa	1
Associação Abrigo Mãe Josina/Campo Belo do Sul	1
AGEV- Associação Grande Exemplo de Vida/Anita Garibaldi	1
Casa de Proteção Infante	1

Juvenil/Curitibanos	
Lar Nova Alvorada/Curitibanos	1
Ação Social Missão/Florianópolis	1
Casa de Acolhida Darcy Vitória de Brito/Florianópolis	1
Casa de Passagem/Florianópolis	1
Casa Lar Luz do Caminho/Florianópolis	1
Casa Lar Nossa Senhora do Carmo – Feminino/Florianópolis	1
Casa Lar São João da Cruz - meninos Coqueiros/Florianópolis	1
Casa Lar Semente Viva/Florianópolis	1
Lar Recanto do Carinho/Florianópolis	1
Lar São Vicente de Paulo/Florianópolis	1
SERTE/Florianópolis	1
Casa Lar/Palhoça	1
Casa Lar Feminina/Mista/Palhoça	1
Lar Francisco de Paula Cândido Xavier/ Lar Chico Xavier/Biguaçu	1
Casa Lar/Biguaçu	1
Casa Lar Vovó Sebastiana/Biguaçu	1
CETE-Centro de Ed. e Trein. Esperança/São José	1
Creche e Orfanato Vinde a Mim as Crianças/São José	1
Cretinha Casa Lar Masculino/São José	1
Instituição Filantrópica Casa de Cáritas/São José	1
Lar da Cça N.Sra.Fatima/São José	1
Centro da Juventude e Família Hildergard Hufenussler- CREAS I/Jaraguá do Sul	1
Programa Família Acolhedora/Jaraguá do Sul	1
Abdon Batista/Joinville	1
Abrigo Infante Juvenil/Joinville	1
Associação Água da Vida - Casa Lar Emanuel/Joinville	1
Associação Ecos da Esperança/Joinville	1
Programa Família Acolhedora/Joinville	1
Casa de Passagem Ben.Epitácio Schummacher/Mafra	1
Casa de Passagem/Papanduva	1
Lar Abrigo Izabel Hening Hellinger/Papanduva	1
Abrigo de Crianças e Adolescentes/Porto União	1
Associação Espírita "Lar de Jesus"/Canoinhas	1
Casa de Passagem Santa Clara/Canoinhas	1
Abrigo São Francisco de Assis/Canoinhas	1
Casa Lar/Rio Negrinho	1



Reunião com equipe técnica – Joinville



Fachada de Programa de Acolhimento – Papanduva

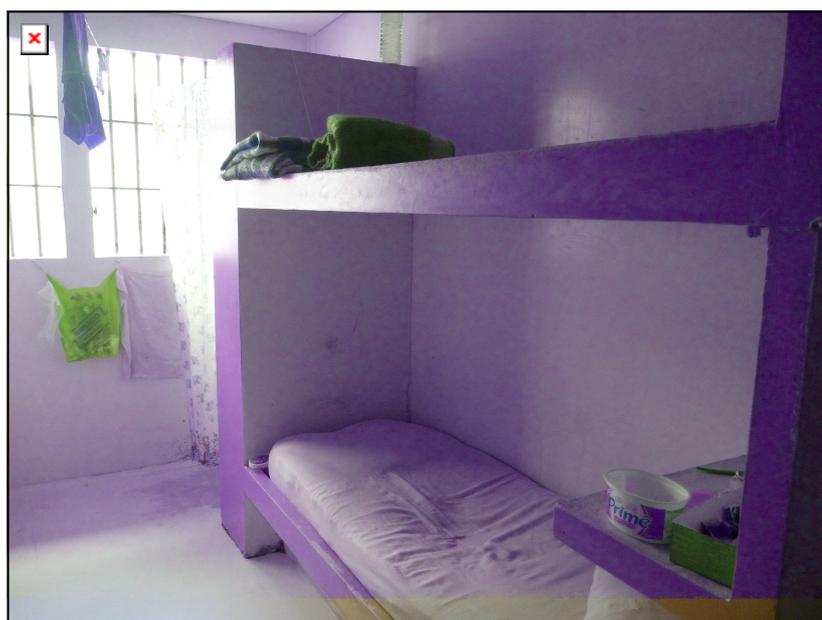


Quarto de Programa de Acolhimento – Rio Negrinho

3.5.2 Unidades Prisionais

Unidade Prisional	Número de Visitas realizadas
Cadeia Pública de Anita Garibaldi	1
Hospital de Custódia	2
Penitenciária – Complexo Penitenciário do Vale do Itajaí	2
Penitenciária de Chapecó	1
Penitenciária de São Pedro de Alcântara	6
Penitenciária Sul	3
Presídio - Complexo Penitenciário do Vale do Itajaí	2
Presídio Agrícola de Chapecó	1
Presídio de Araranguá	1
Presídio de Blumenau	1

Presídio de Criciúma	3
Presídio Feminino da Capital	2
Presídio Masculino da Capital	1
Presídio Masculino de Lages	1
Presídio Regional de Lages	1
Unidade Prisional Avançada de Araranguá	1
Unidade Prisional Avançada de Imbituba	1
Unidade Prisional São Francisco	2
Presídio Regional de Chapecó	1
Presídio Regional de Itajaí	1



Interior de cela – Penitenciária Sul



Oficina de costura – Penitenciária Agrícola de Chapecó



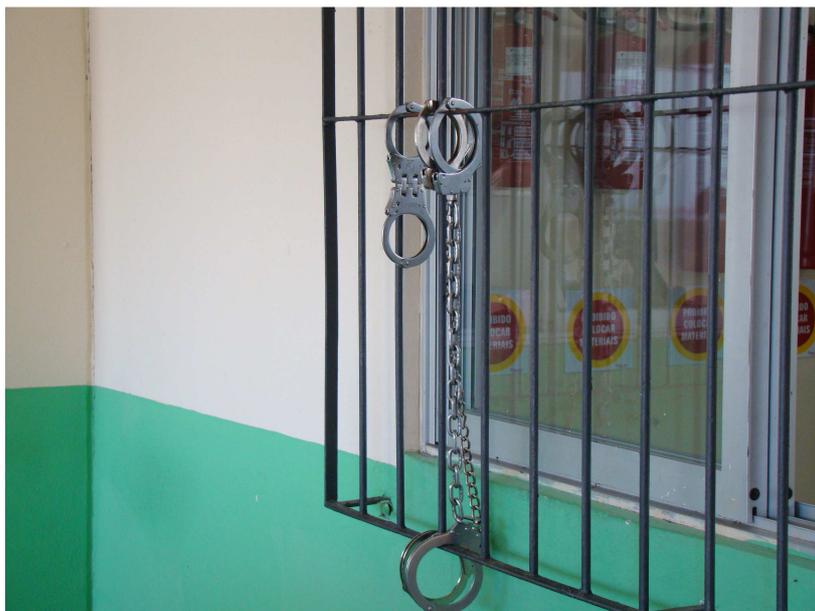
Sanitário de cela – Presídio Santa Augusta de Criciúma

3.5.3 Centros Socioeducativos

Socioeducativo	Número de Visitas
Casa de Semiliberdade de Araranguá	1
Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório de Lages	1
Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório de Curitibaanos	1
Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório de Tubarão	1
Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório de Criciúma	1
Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório de Rio do Sul	1
Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório de Blumenau	1
Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório de Itajaí	1



Pintura do interior de alojamento/CASEP de Rio do Sul



Algemas utilizadas no CASEP de Blumenau.



Parte externa dos alojamentos do CASEP de Blumenau.

3.5.4 Instrução Disciplinar

- Despachos: 430
- Pareceres: 876

3.5.5 Atendimento ao Público em Geral

- Partes e familiares: 101
- Advogados: 15

- Representantes de órgãos governamentais, não governamentais e de classe: 50
- Resposta questionamentos de servidores: 59

3.5.6 Desenvolver a evolução da Justiça de Primeiro Grau

Desenvolver a evolução nas matérias de sua competência, orientando as unidades judiciais, magistrados e servidores, bem como elaborando projetos objetivando maior eficiência e celeridade nas respectivas áreas de atuação, identificando boas práticas, sugerindo e planejando a disseminação destas.

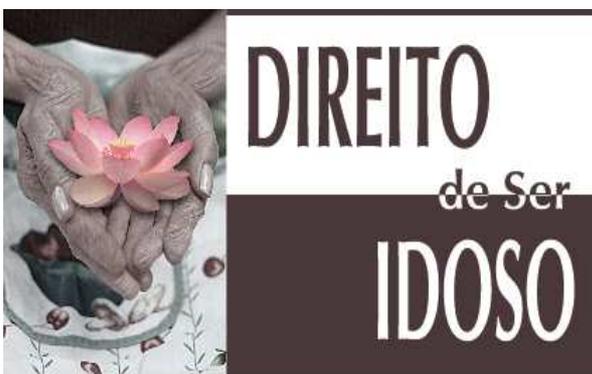
3.5.7 Total de Reuniões realizadas

- Setores da Corregedoria e Tribunal de Justiça: 65
- Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude – CEIJ: 17
- Representantes de instituições e órgãos de classe: 4
- Secretaria de Justiça e Cidadania: 12
- Secretaria de Segurança Pública: 7
- Secretaria Estadual de Assistência: 3
- Secretaria Estadual de Educação: 2
- Ordem dos Advogados do Brasil SC: 2
- Secretaria Nacional de Direitos Humanos: 2
- Hospital de Custódia para adequação a lei 10.216: 2
- Rede de Articulação e Conectividade dos Direitos da Criança e do Adolescente: 3
- Procuradoria de Justiça: 25
- Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA : 5
- Diretoria Estadual de Direitos Humanos de Santa Catarina – Grupo de trabalho para garantia de direitos da população LGBT: 6

- Grupo de Trabalho Saúde para a população em situação de vulnerabilidade – Conselho Municipal de Saúde e organizações governamentais e não governamentais: 9
- Comitê Catarinense de Combate à Tortura: 5

3.5.8 Projetos Desenvolvidos

3.5.8.1 Direito de Ser Idoso



O projeto “Direito de Ser Idoso” foi lançado pela CGJ em 2012, com o objetivo principal de garantir à população idosa o acesso aos direitos estabelecidos na Constituição Federal, no Estatuto do Idoso, no Código de Processo Civil e na Recomendação nº 14 do CNJ,

através de ações que inibam a violência contra a pessoa idosa.

Para a consecução desse projeto estão sendo identificadas as condições de atendimento das instituições de longa permanência, providenciando-se a orientação e fiscalização destes estabelecimentos, garantindo a determinação de medidas protetivas e a qualidade do atendimento destinado aos idosos. Esta ação, considerando a questão de competência, é realizada de forma conjunta, tendo sido estabelecido um instrumento comum de coleta de dados, com o acompanhamento das inspeções pela equipe do Núcleo V da CGJ. O Estatuto do Idoso (art. 72) aponta que é de responsabilidade do Ministério Público (MP) inspecionar as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas destinados à população idosa, adotando de pronto as medidas administrativas ou judiciais necessárias à remoção de irregularidades porventura verificadas.

Verificou-se, inicialmente, que o Conselho Estadual do Idoso havia apontado a existência de 138 instituições de longa permanência cadastradas no Estado (dados de 2011), sendo que 50% estariam em conformidade com Resolução da Diretoria Colegiada – RDC/ANVISA nº 283, de 26 de setembro de 2005. Contudo, em avaliação conjunta com o Centro de

Apoio Operacional de Direitos Humanos e Terceiro Setor da Procuradoria de Justiça de Santa Catarina, a partir de levantamento inicial efetuado junto às promotorias com a respectiva competência, foram identificadas 167 instituições de longa permanência em funcionamento em Santa Catarina em 2013.

O Núcleo V da CGJ acompanhou as inspeções realizadas pelo referido centro do MP, as quais aconteceram entre novembro de 2012 e outubro de 2013. Até o momento foram visitadas 73 instituições de longa permanência, com a devida coleta de dados, sendo que as demais estão previstas para 2014.

Os municípios com instituições visitadas em 2013 foram: Balneário Camboriú, Biguaçu, Brusque, Camboriú, Campo Belo do Sul, Chapecó, Criciúma, Curitibanos, Içara, Itajaí, Lages, Navegantes, Palhoça, Ponte Serrada, Quilombo, Santo Amaro da Imperatriz, São Lourenço do Oeste, Tijucas, Tubarão.

Datas	Cidades	Instituições
08/11/2012	Palhoça	Casa Santa Maria dos Anjos
25/02/2013	Camboriú	Fundação Lar da Terceira Idade Padre Antônio Dias
25/02/2013	Balneário Camboriú	Associação São Vicente de Paula Pousada Geriátrica Vila Europa
26/02/2013	Itajaí	Casa Lar para Idosos Quatro Estações Estrela da Alegria Residencial Geriátrico Praia dos Amores Asilo Dom Bosco
26/02/2013	Navegantes	Lar da Divina Providência
23/04/2013	Chapecó	Secretaria de Assistência Social - Programa Família Acolhedora Centro de Convivência do Idoso – Casa Asilar Helga
24/04/2013	São Lourenço do Oeste	Lar da 3º Idade Santa Inês PAMI – Projeto Alternativo de Moradia para Idosos
25/04/2013	Quilombo	Grupo de Voluntários Sagrado Coração de Jesus
26/03/2013	Ponte Serrada	Lar dos Velhinhos São Roque
21/05/2013	Tijucas	Lar Santa Maria da Paz – Congregação das Irmãs
21/05/2013	Brusque	Hospital Arquidiocesano Consul Carlos Renaux (Hospital Azambuja) ou Asilo Nossa Senhora do Caravaggio
22/05/2013	Brusque	Asilo Dilone

		Asilo do Lions Clube Casa Geriátrica de Repouso de Brusque
23/05/2013	Santo Amaro da Imperatriz	Lar da Terceira Idade São Francisco de Assis (Lar São Francisco) Machado & Machado Casa de Repouso Ltda. ME (Lar Nossa Senhora Aparecida) Lar São Sebastião Lar Santa Terezinha
24 e 25/06/2013	Lages	Asilo Vicentino de Lages Associação Beneficente Lar Menino Deus Casa de Repouso Belém Casa de Repouso O Bom Pastor Lar Pastor Leoses Domiciano
26/06/2013	Curitibanos	Associação Beneficente Frei Rogério
26/06/2013	Campo Belo do Sul	Ivone Mercedes Madruga de Oliveira
22 e 23/07/2013	Criciúma	Asilo São Vicente de Paulo Associação Casa de Repouso Vó Marina Casa de Repouso Cantinho do Idoso Casa de Repouso Recanto do Idoso Casa do Idoso Valente de Davi Lar da Terceira Idade Rede Viva Lar de Auxílio aos Idosos Feistauer Ltda.
24/07/2013	Içara	Casa de Repouso Santa Terezinha Casa de Repouso Tia Lúcia
24/07/2013	Tubarão	Casa de Repouso Lírio dos Vales Casa de Repouso Lírio dos Vales
19,20 e 21/ 08/2013	São José	Angela Helena Cardoso – Nome fantasia: Casa de Repouso O Bom Pastor Antunelli & Antunelli Ltda. ME – Nome fantasia: Residencial Geriátrico Sagrada Família Apart Hotel Santa Catarina Ltda. Associação Casa do Repouso Recanto Feliz Cantinho do Idoso Vó Otília Casa Lar Real Parque Ltda. ME Casa Repouso Santa Paulina Ltda. ME – Nome fantasia: Residencial Santa Paulina Centro Vivencial Cidade da Redenção – Nome fantasia: Lar do Idoso A Casa do Caminho Eloir Hinckel Lar dos Velhinhos de Zulma Lar para Idosos Nossa Senhora Aparecida Ltda.. Leonice Assistência ao Idoso Ltda. ME – Nome fantasia: Clínica Cuidar do Ser Maria Eliete de Souza Casa de Repouso

		<p>ME – Nome fantasia: Casa de Repouso Laurindo Schell Nosso Lar Residencial Geriátrico Ltda. ME Orionópolis Catarinense Recanto da Terceira Idade Lídia Rosa Recanto dos Idosos São Judas Tadeu ME – Nome fantasia: Recanto para Idosos Nosso Lar Residencial Geriátrico Arte de Viver Residencial Vila Nova – Espaço para Terceira Idade Spazio Santo Residencial Geriátrico Ltda. ME Wanderley Carlos Frederico</p>
<p>17e 18/10/2013</p>	<p>Biguaçu</p>	<p>Casa de Repouso Recanto do Arvoredo Casa de Repouso Recanto do Idoso Ltda. Casa Lar Anjos de Branco Sociedade Assistencial e de Promoção Social Lar Anjo Querido Sociedade Beneficente de Amparo Residencial Geriátrico Ana Clara</p>

Os dados levantados até a presente data apontam que a população de idosos nas instituições de longa permanência é **1.723 idosos**, sendo **62% mulheres**. A lista de espera de vagas para a institucionalização é de **261 pessoas**, ou seja, uma demanda reprimida de **15,15% da população institucionalizada atual**.

Outras informações indicam que:

- **26% elaboram estudo social**
- **24% tem alvará sanitário**
- **10% tem plano de ação integral à saúde**
- **13% são beneficiadas com verba pública**



Em 23 de setembro a CGJ promoveu o *I Seminário Estadual do Projeto Direito de Ser Idoso*, ação que concretiza o objetivo de informar os direitos dos idosos e as particularidades relativas ao processo de envelhecimento, como forma de garantir os direitos da pessoa em processo de envelhecimento e prevenir a violência através da educação e socialização das informações.

O evento foi realizado em parceria com a Academia Judicial e teve como público alvo não somente os técnicos do judiciário e do Ministério Público, mas também, os profissionais que compõem a rede de atendimento e garantia de direitos do idoso das secretarias estaduais e municipais de assistência, conselheiros municipais e estaduais do idoso, Comissão do Idoso da OAB, assim como idosos interessados em obter informação relativa à sua condição e direitos, totalizando 200 participantes.

A programação do seminário contou com palestrantes de renome, internos e externos, conforme segue:

HORÁRIO	TEMA	PALESTRANTE
9:00	Solenidade de Abertura	
9:45	O Projeto <i>Direito de Ser Idoso</i> e as inspeções nas Instituições de longa permanência	Dr. Alexandre Karazawa Takaschima – Juiz-Corregedor Dr ^a . Carolina Suzin – Promotora de Justiça do Centro de Apoio dos Direitos Humanos e Terceiro Setor.
10:45	A fiscalização em instituições de longa permanência como forma de proteção aos direitos do idoso	Sra. Maika Arno Roeder – Chefe de Divisão de Estabelecimentos de Interesse a Saúde da Vigilância Sanitária de Santa Catarina.
Intervalo para almoço (12:00 – 13:30)		
13:30	Envelhecimento e Dignidade	Dra. Maria Cecília Minayo, socióloga e doutora em Saúde Pública, pesquisadora titular da Fundação Oswaldo Cruz.
Intervalo para lanche (15:30 – 16:00)		
16:00	Violência Contra a Pessoa Idosa: princípios, definições, tipologia, prevenção, como detectar e violência institucional	Dra. Maria Cecília Minayo, socióloga e doutora em Saúde Pública, pesquisadora titular da Fundação Oswaldo Cruz.
Debates (17:30 – 18:30)		

Um dos objetivos específicos do Projeto Direito de Ser Idoso é deflagrar ações externas que envolvam os demais atores da rede de atendimento ao idoso, visando fortalecer e aproximar os órgãos que prestam algum serviço à população idosa. Nesse sentido, destaca-se a participação da CGJ no calendário de eventos Municipal alusivo às comemorações do mês do idoso (outubro) e dos 10 anos de Estatuto do Idoso, Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003:

- Programação exclusiva de visitação dirigida aos grupos de idosos ao Museu do Judiciário Catarinense, no período compreendido entre 7 a 11 de outubro, em ação conjunta com a Diretoria de Documentação e Informações, por intermédio da Divisão de Arquivo e Memória do Judiciário.



A realização da referida ação foi viabilizada pela participação da assistente social do Núcleo V nas reuniões dirigidas à rede de atendimento ao idoso do município de Florianópolis.

- Participação do seminário sobre a aplicação do Estatuto do Idoso nos processos judiciais, sob a coordenação da Comissão do Idoso da Seccional da OAB/SC, no dia 15 de outubro. Na ocasião, a assistente social Adriana Ternes Moresco, do Núcleo V da CGJ, abordou o tema “A prioridade nos processos judiciais”, uma das diretrizes do projeto *Direito de Ser Idoso*.
- Participação em eventos do *Projeto Idoso em Foco*, organizado pela prefeitura de Florianópolis e pelo SESC em comemoração aos dez anos da legislação alusiva ao tema, com programação específica durante todo o mês de outubro em diversos locais da Capital.

Para o desenvolvimento do projeto foram realizadas 5 reuniões com o Centro de Apoio de Direitos Humanos e Terceiro Setor da Procuradoria de Justiça e 7 com a rede de atendimento ao idoso, conselhos Municipal de Florianópolis e Estadual do Idoso.

3.5.8.2 Novos Caminhos, Novas Oportunidades



O Projeto **Novos Caminhos, Novas Oportunidades**, surgiu com a identificação da necessidade de fomentar a criação e fortalecer os conselhos da comunidade existentes, como forma de melhorar o acesso aos direitos humanos da população que, direta ou indiretamente, permeia o sistema da execução da pena, presos, egressos e familiares.

O conselho da comunidade é definido no artigo 61 da Lei de Execuções

Penais como órgão de execução penal, instalado pelo juiz da comarca (art. 66). O Projeto em questão fomenta a constituição de Conselhos da Comunidade no Estado de Santa Catarina e contribui para o seu efetivo funcionamento, pela importância da participação da sociedade nas diversas instâncias de discussão sobre a temática do preso e de sua relação com a comunidade, assim como no direcionamento das ações do Estado para a justiça social.

Entre os seus objetivos, destacam-se:

- Promover a capacitação técnica dos Conselheiros da Comunidade e dos servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina que atuam na Execução Penal, com o objetivo de instalar novos Conselhos da Comunidade e fortalecer os já existentes. A qualificação dos conselheiros da comunidade e operadores do direito é de suma importância para que assumam a função de representantes da comunidade na implementação das políticas penais, objetivando a defesa de direitos, a reinserção social do apenado e do egresso e como consequência inclusive a garantia da justiça social.
- Fortalecer as relações entre os Conselhos da Comunidade, os Conselhos de Direitos e os Comitês de Combate à Tortura, com o intuito que os Conselhos da Comunidade exerçam o seu papel na rede de garantia de direitos, não só dos apenados e egressos, mas também dos familiares. Os conselhos têm um importante papel social e regulador a desenvolver, sendo membros da rede de enfrentamento e prevenção à tortura, participando direta ou

indiretamente dos comitês e mecanismos estaduais de prevenção e combate à tortura, ou ainda fomentando a criação destes.

- Divulgar boas práticas para incentivar o aprimoramento das ações dos conselhos, de modo que estes sejam uma importante ferramenta para a implementação de políticas de reinserção social do apenado e do egresso. Considerando a realidade catarinense, onde percebe -se a carência contínua do sistema prisional, as ações dos Conselhos da Comunidade acabam sendo direcionadas para repostas mais imediatas, como atendimento à falta de suprimentos de higiene e cobertores, as quais deveriam estar sendo supridas pelo Estado.

Um das ações de destaque desse projeto foi a realização do *I Encontro de Qualificação para Conselheiros da Comunidade do Projeto Novos Caminhos, Novas Oportunidades*. O evento capacitou 120 pessoas, com o público composto por servidores do judiciário que participam direta ou indiretamente das atividades dos conselhos, conselheiros da comunidade que representam os diversos segmentos da sociedade civil, policiais militares, membros da OAB, agentes prisionais, pastorais carcerárias e estudantes, representando 44 Comarcas Catarinenses.



1º dia - 16 de setembro de 2013

HORÁRIO	TEMA	PALESTRANTE
9:00	Abertura com autoridades	
9:30 as 10:45	Função da pena de prisão e conceitos legais da Execução Penal	Palestra com o Juiz Alexandre K. Takaschima, Coordenador do Núcleo V - CGJ
10:45 as 12:00	Estrutura e situação do Sistema Penitenciário Catarinense	Palestra com Ada de Luca, Secretária Executiva de Justiça e Cidadania
Intervalo para almoço (1h30)		
13:30 as 15:30	Função, objetivos, composição dos Conselhos, estrutura organizacional e legal, direitos e deveres	Palestra com Valdirene Daufemback, Ouvidora-Geral do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça
Intervalo para lanche (30min)		

16:00 as 18:00	Projetos e Convênios: modelo atual e proposta de alteração, financiamento	Palestra com Valdirene Daufemback, Ouvidora-Geral do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça
-------------------	---	---

2º dia - 17 de setembro de 2013

HORÁRIO	TEMA	PALESTRANTE
9h as 11h	Possibilidade de atuação do Conselheiro da Comunidade, ética e dignidade, realização de visitas, estratégias e postura de abordagem da pessoa presa, produção e encaminhamento de relatórios.	Palestra com Irmã Petra Silvia Pfaller, Vice-Coordenadora Nacional da Pastoral Carcerária e membro do Comitê de Prevenção e Combate à Tortura de Goiás
11:00 as 12:00	Manifestação dos representantes dos Conselhos e organização das representações regionais e estadual	Debate moderado por Irmã Petra Silvia Pfaller e Nasser Haidar Barbosa
Intervalo para almoço (1h30)		
13h30 as 15h30	Conceito de tortura, procedimentos de identificação, denúncias, relação com os Comitês e os Mecanismos de Combate à Tortura	Palestra com Sylvania Diniz Dias, Diretora da Oficina Regional para América Latina da Associação para a Prevenção da Tortura (APT) e/ou Ana Paula Diniz de Mello Moreira, Coordenadora-Geral de Combate à Tortura da Secretaria Nacional de Direitos Humanos
Intervalo para lanche (30min)		
16h as 18h	Apresentação de boas práticas dos Conselhos da Comunidade de SC.	Painel com os Coordenadores dos Projetos junto aos Conselhos convidados

Na oportunidade os Conselhos da Comunidade foram distribuídos por regiões, com representações locais, que facilitarão e agilizarão o canal de comunicação entre a Corregedoria-Geral da Justiça e os conselhos, tornando mais dinâmica as ações de qualificação, acompanhamento e orientação que visam a melhoria do sistema de execução penal, com resultados concretos para a sua população, como também para os seus familiares.

Foram prestadas ainda 38 informações aos Conselhos da Comunidade no ano de 2013.

3.5.9 Participação em Projetos:

3.5.9.1 Saúde do Magistrado

Participação no projeto Saúde do Magistrado – a assistente social do Núcleo V participou da etapa de análise e interpretação dos dados coletados através da pesquisa de saúde dos magistrados elaborada pela Comissão de Saúde, e da fundamentação da cartilha elaborada para a apresentação dos resultados.

3.5.9.2 Mutirão da Força Nacional da Defensoria Pública da União

O Núcleo V participou da organização de logística e apoio do Mutirão da Defensoria Pública da União promovido pelo Ministério da Justiça dirigido ao Sistema Prisional Catarinense que aconteceu nas Comarcas de Joinville, Blumenau, Criciúma, Araranguá, Itajaí, Curitiba e Chapecó. :

- Contato com servidores e magistrados: 11
- Participação em reuniões: 3
- Comarcas visitadas para acompanhamento do mutirão: Joinville, Blumenau, Criciúma, Araranguá e Itajaí

O Núcleo V contou com o apoio da Diretoria de Informática que disponibilizou para os trabalhos a infraestrutura tecnológica.

3.5.9.3 Garantia da Segurança de Magistrados

Controlar, acompanhar e orientar ações relacionadas a garantia da segurança de magistrados e integrar a Comissão Permanente de Segurança e Assistência dos Juízes Colocados em Situação de Risco (Resolução nº 33/2010-GP, Resolução nº 05/2013-GP e Portaria n. 66/2012-GP):

- Reuniões realizadas: 16
- Juízes Ameaçados: 14

- Visitas realizadas aos juízes em situação de ameaça: 5
- Para o aprimoramento das atividades relacionadas à garantia de segurança dos magistrados e visando atender as Resoluções 104/2010 e 176/2013 do CNJ, foram realizadas visitas as Comissões de Segurança dos Tribunais de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

3.5.10 Palestras proferidas

- Seminário: Interfaces e Fissuras do Estado no Sistema de Garantia de Direitos – Universidade Federal de Santa Catarina
- Seminário Intersectorial internação compulsória/involuntária – Florianópolis
- Painel sobre execução penal para novos magistrados (convite formulado pela Academia Judicial)
- FECAM - Seminário Regional de Medidas Socioeducativas Chapecó
- Evento SUAS: I Encontro Regional, abordando como tema central O Judiciário e as Políticas Públicas – Itapema
- Palestra - tratamento para com os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, mormente no que toca à PSC
- Palestra - Medidas de Segurança na Reforma Penal.- AMC/ESMESC
- 1º Encontro dos Conselheiros Tutelares de Otacílio Costa. Tema: Os conselheiros tutelares e o sistema de garantias de direitos protetivos e socioeducativos
- 1º Colóquio de Formação para colaboradores das Medidas Socioeducativas. LA/PSC. Elaboração plano Socioeducativo: Competências da educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e trabalho – Criciúma
- 1º Encontro da Mesorregião da Grande Florianópolis - Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Palestra - Sistema Penal e a Prisão no Estado de SC.- UFSC
- Fórum Estadual de Juízes, Promotores de Justiça e Técnicos do Poder Judiciário e do MP - Infância e Juventude - Coordenador da mesa redonda "Aprendizagem: qualificação profissional e inclusão social"

- Reflexão - 23 anos de ECA – Brusque
- V Seminário Municipal de Atendimento Socioeducativo- Tema: Garantia de Direitos x Redução da Maioridade Penal – Rio do Sul
- Formação Inicial dos Agentes de Segurança Socioeducativo - CASE Joinville
- Palestra - "Crianças e Adolescentes em Conflito com a Lei". Instituto Estadual de Educação – NEPRE
- 1ª Conferência Nacional sobre Saúde Mental e Direito – mesa redonda AMC/ ESMESC
- Grupo de Estudo e Apoio à Adoção de Blumenau / GEAAB
- Direito à Convivência Familiar em Debate – Universidade São Bento do Sul
- Debate - Internação Compulsória e Lei de Drogas / CESUSC – Florianópolis
- Seminário de Mobilização Estadual do Fórum Mundial de Direitos Humanos / UFSC – Florianópolis
- "Doze Anos, Dúzias de Histórias".: Medidas Socioeducativas / Jaraguá do Sul
- Seminário sobre a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, / Universidade Católica de Brasília,

3.5.11 Participação em audiências públicas

- Audiência Pública - Adoção Legal no Brasil/Gaspar
- Aprendizagem – Qualificação profissional e inclusão social / Superintendência Regional do trabalho e Emprego no Estado de Santa Catarina
- Audiência Pública: “Adolescentes em conflito com a lei e medidas socioeducativas. Como o FIA (Fundo da Infância e Adolescência) pode ajudar a solucionar o problema” Assembléia Legislativa.
- Implantação do Conselho Estadual de Direitos Humanos – Assembléia Legislativa

3.5.12 Participação em Eventos

- Formatura UPA Anita Garibaldi
- II Encontro Nacional do Encarceramento Feminino
- A inserção dos históricos hospitalares psiquiátricos na rede de serviços de Saúde Mental – Possibilidade e dificuldades. – Hospital Psiquiátrico Catarinense
- Apresentação do Fluxograma de Denúncias Recebidas pela Secretaria de Direitos Humanos - disque 100- Diretoria de Direitos Humanos da Casa Civil do Governo do Estado de Santa Catarina
- 10º Encontro Estadual de Grupos de Apoio à Adoção
- Encontro Anual de Técnicos e Oficiais da Infância e Juventude do Poder Judiciário
- Evento Brasília 18 novembro SENADO Criança e Paz
- I Encontro Nacional de Comitês de Combate à Tortura / Secretária Nacional de Direitos Humanos – DF

4 ATIVIDADES DA ESCRIVANIA CORREICIONAL

Na Escrivania Correicional atuaram, em 2013, os escrivães correicionais Geraldo Della Giustina, Perla Maria Fusinatto Schappo, e a assessora correicional Cátia Lucila Ricordi Crestani.

As atividades da Escrivania Correicional ocorreram nos quatro núcleos da Corregedoria-Geral da Justiça.

4.1 Núcleo I - De orientação institucional

A Escrivania Correicional prestou esclarecimentos e orientações em variados temas relacionados ao foro judicial. Também ouviu queixas de usuários, dando encaminhamento necessário a cada caso, conforme quadro detalhado a seguir:

CONSULTAS E RESPOSTAS A QUESTIONAMENTOS	QUANTIDADE
E-mail	839
Pandion (mensagens eletrônicas)	130

Presencial	61
Telefone	879
Total	1909

Fonte: CGJ – Escrivania Correicional

4.2 Núcleo II - De planejamento e de projetos

Em conjunto com a área técnica, a Escrivania Correicional atuou no acompanhamento dos projetos existentes e na implementação de novos, com a especificação e criação de serviços e/ou sistemas informatizados. Dentre as atividades desenvolvidas durante este ano, destacam-se:

- 1- Comissão de Revisão do Código de Normas: a escritã correicional Perla Maria Fusinato Schappo integrou esta comissão, a qual participando de reuniões diárias durante os meses de abril a agosto, além de outras reuniões que ocorrem semanalmente. O novo Código de Normas foi publicado em novembro de 2013, sendo então criada nova Comissão para acompanhamento do novo Código.
- 2- Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD: o escrivão correicional Geraldo Della Giustina integra esta comissão do Tribunal de Justiça que analisa a tabela de temporalidade do CNJ, bem como a tabela de temporalidade dos documentos judiciais e administrativos do Tribunal de Justiça, comissão permanente de avaliação de documentos – CPAD, também havendo reuniões em média de uma por mês.
- 3- Grupo de Trabalho para aprimoramento do Processo Eletrônico da Corregedoria-Geral da Justiça, Portaria Nº 103, de 29/10/2012: o escrivão correicional Geraldo Della Giustina integra este grupo de trabalho relativo ao aprimoramento do SAJ 5 da CGJ, com participação em reuniões periódicas.
- 4- Conselho Gestor de Tecnologia da Informação (CGInfo) - Comitê de Gestão da Execução Contratual - Projeto IPE-PG (Implantação do Processo Eletrônico no Primeiro Grau): o escrivão correicional Geraldo Della Giustina integra o referido comitê, na condição de representante da Corregedoria-Geral da Justiça, no Projeto de Implantação do Processo Eletrônico na Justiça de Primeiro Grau (SAJ 5), com participação em reuniões semanais.
- 5- Processo eletrônico: os escrivães correicionais e assessora correicional também participaram, no decorrer deste ano de diversas reuniões para tratar

do normativo do processo eletrônico no âmbito do Poder Judiciário de Santa Catarina.

- 6- Proposição e análise de alterações de funcionalidades e de modelos de documentos da instituição no Sistema de Automação do Judiciário de Primeiro Grau (SAJ/PG e SAJ/CTD – Sistema de Gerenciamento de Certidões): com participação em reuniões de validação.

4.3 Núcleo III - De inspeção correicional e instrução disciplinar

As inspeções correicionais fazem parte das ações de controle e fiscalização disciplinar dos serviços judiciários.

Sua realização não significa a existência de irregularidades. Durante os trabalhos a Escrivania Correicional capta informações sobre a realidade do foro judicial e em relação ao andamento processual nas unidades judiciárias da comarca. Além dos cartórios judiciais, também setores administrativos foram objeto de inspeção: Secretaria do Foro, Central de Portaria e Comunicação, Central de Mandados, Contadoria, Distribuição, Oficialato da Infância e da Juventude, Oficialato de Justiça e Serviço Social.

Erros, inconsistências ou eventuais irregularidades são registrados em relatório e servem como paradigma para outras unidades. Os servidores recebem orientações de como proceder corretamente. O trabalho é feito por amostragem nos processos em andamento, conforme a competência da unidade (cível, criminal, família, infância e juventude, fazenda, juizado especial, etc.).

Além do andamento processual, são verificados problemas de infraestrutura que podem atrapalhar o desenvolvimento das atividades. As questões analisadas nas correições são repassadas às respectivas áreas envolvidas do Judiciário Estadual, requisitando a solução dos problemas encontrados.

Resumidamente, a Escrivania Correicional desenvolve suas atividades com base nos seguintes vetores:

- análise preliminar do perfil da unidade a ser inspecionada;
- acompanhamento da atividade cartorária;
- proposição de adequações ou de redimensionamento das rotinas e do fluxo

de documentos e de autos processuais;

- orientação e capacitação dos servidores nas suas atividades;
- consultoria à unidade inspecionada quanto às proposições destacadas;
- monitoramento dos resultados das atividades de inspeção nas unidades;
- elaboração dos relatórios finais das inspeções.

No ano de 2013, a Escrivania Correccional acompanhou a Juíza-Corregedora do Núcleo III nas atividades de inspeção em 71 unidades, de forma mista, virtual/presencial, além de outras 102 unidades onde a inspeção correccional ocorreu de forma remota, totalizando 173 inspeções correccionais realizadas, conforme quadros demonstrativos abaixo:

INSPEÇÕES MISTAS (VIRTUAL E PRESENCIAL)		
COMARCA	UNIDADE	DATA DA INSPEÇÃO
1. CAPITAL	3ª VARA CRIMINAL	19 E 20 DE FEVEREIRO
2. LAGES	SETORES ADMINISTRATIVOS	19 A 21 DE MARÇO
3. LAGES	1ª VARA CÍVEL	19 DE MARÇO
4. LAGES	2ª VARA CÍVEL	20 DE MARÇO
5. LAGES	3ª VARA CÍVEL	21 DE MARÇO
6. LAGES	4ª VARA CÍVEL	02 DE ABRIL
7. LAGES	VARA DA FAMÍLIA	03 DE ABRIL
8. LAGES	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	04 DE ABRIL
9. LAGES	VARA DA FAZENDA PÚBLICA	03 e 04 DE DEZEMBRO
10. CONCÓRDIA	SETORES ADMINISTRATIVOS	15 A 18 DE ABRIL
11. CONCÓRDIA	1ª VARA CÍVEL	15 DE ABRIL
12. CONCÓRDIA	2ª VARA CÍVEL	16 DE ABRIL
13. CONCÓRDIA	VARA CRIMINAL	17 DE ABRIL
14. CONCÓRDIA	VARA DA FAMÍLIA, INF. E JUV	18 DE ABRIL
15. JOINVILLE	SETORES ADMINISTRATIVOS	23 A 25 DE ABRIL
16. JOINVILLE	1ª VARA CÍVEL	23 DE ABRIL
17. JOINVILLE	2ª VARA CÍVEL	24 DE ABRIL
18. JOINVILLE	3ª VARA CÍVEL	25 DE ABRIL
19. JOINVILLE	4ª VARA CÍVEL	06 E 07 DE MAIO
20. JOINVILLE	5ª VARA CÍVEL	07 E 08 DE MAIO
21. JOINVILLE	6ª VARA CÍVEL	08 E 09 DE MAIO
22. JOINVILLE	7ª VARA CÍVEL	09 E 10 DE MAIO
23. JOINVILLE	1ª VARA DA FAMÍLIA	20 E 21 DE MAIO
24. JOINVILLE	2ª VARA DA FAMÍLIA	21 E 22 DE MAIO
25. JOINVILLE	3ª VARA DA FAMÍLIA	22 E 23 DE MAIO
26. JOINVILLE	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	23 E 24 DE MAIO
27. ITAJAÍ	SETORES ADMINISTRATIVOS	03 A 07 DE JUNHO

28. ITAJAÍ	1ª VARA CÍVEL	03 E 04 DE JUNHO
29. ITAJAÍ	2ª VARA CÍVEL	04 E 05 DE JUNHO
30. ITAJAÍ	3ª VARA CÍVEL	05 E 06 DE JUNHO
31. ITAJAÍ	4ª VARA CÍVEL	06 E 07 DE JUNHO
32. BLUMENAU	SETORES ADMINISTRATIVOS	17 A 21 DE JUNHO
33. BLUMENAU	1ª VARA CÍVEL	17 E 18 DE JUNHO
34. BLUMENAU	2ª VARA CÍVEL	18 E 19 DE JUNHO
35. BLUMENAU	3ª VARA CÍVEL	19 E 20 DE JUNHO
36. BLUMENAU	4ª VARA CÍVEL	20 E 21 DE JUNHO
37. BLUMENAU	5ª VARA CÍVEL	01 E 02 DE JULHO
38. BLUMENAU	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	02 E 03 DE JULHO
39. BLUMENAU	1ª VARA DA FAMÍLIA	03 E 04 DE JULHO
40. BLUMENAU	2ª VARA DA FAMÍLIA	04 E 05 DE JULHO
41. CRICIÚMA	SETORES ADMINISTRATIVOS	23 A 24 DE JULHO
42. CRICIÚMA	VARA DA INF. E JUV. E ANEXOS	23 DE JULHO
43. CRICIÚMA	VARA DA FAMÍLIA	24 DE JULHO
44. SÃO JOSÉ	SETORES ADMINISTRATIVOS	13 A 15 DE AGOSTO
45. SÃO JOSÉ	1ª VARA DA FAMÍLIA	13 DE AGOSTO
46. SÃO JOSÉ	2ª VARA DA FAMÍLIA	14 DE AGOSTO
47. SÃO JOSÉ	VARA DA INF. E JUV. E ANEXOS	15 DE AGOSTO
48. TUBARÃO	SETORES ADMINISTRATIVOS	26 A 30 DE AGOSTO
49. TUBARÃO	1ª VARA CÍVEL	26 E 27 DE AGOSTO
50. TUBARÃO	2ª VARA CÍVEL	27 E 28 DE AGOSTO
51. TUBARÃO	3ª VARA CÍVEL	28 E 29 DE AGOSTO
52. TUBARÃO	VARA DA FAM., ÓRFÃOS E INF.	29 E 30 DE AGOSTO
53. CHAPECÓ	SETORES ADMINISTRATIVOS	10 A 12 DE SETEMBRO
54. CHAPECÓ	1ª VARA CÍVEL	24 DE SETEMBRO
55. CHAPECÓ	2ª VARA CÍVEL	24 DE SETEMBRO
56. CHAPECÓ	3ª VARA CÍVEL	25 DE SETEMBRO
57. CHAPECÓ	4ª VARA CÍVEL	25 DE SETEMBRO
58. CHAPECÓ	VARA DA FAMÍLIA, INF. E JUV	26 DE SETEMBRO
59. CHAPECÓ	VARA DA FAM., ORF. E SUCESSÕES	26 DE SETEMBRO
60. CAPITAL	SETORES ADMINISTRATIVOS	07 A 10 DE OUTUBRO
61. CAPITAL	1ª VARA CÍVEL	07 DE OUTUBRO
62. CAPITAL	2ª VARA CÍVEL	08 DE OUTUBRO
63. CAPITAL	3ª VARA CÍVEL	09 DE OUTUBRO
64. CAPITAL	4ª VARA CÍVEL	10 DE OUTUBRO
65. CAPITAL	5ª VARA CÍVEL	22 DE OUTUBRO
66. CAPITAL	6ª VARA CÍVEL	23 DE OUTUBRO
67. CAPITAL	1ª VARA DA FAMÍLIA	11 DE NOVEMBRO
68. CAPITAL	2ª VARA DA FAMÍLIA	12 DE NOVEMBRO
69. CAPITAL	VARA DA INF E JUVENTUDE	13 DE NOVEMBRO
70. CAPITAL	VARA DA FAMÍLIA – FORO CONTINENTE	19 DE NOVEMBRO
71. CAPITAL	VARA FA FAMÍLIA – FORO DO NORTE DA ILHA	10 DE DEZEMBRO

INSPEÇÕES REMOTAS		
COMARCA	UNIDADE	DATA DE INÍCIO DA INSPEÇÃO
72. ARARANGUA	1ª CRIME	18 DE FEVEREIRO
73. ARARANGUA	2ª CRIME	18 DE FEVEREIRO
74. CAPITAL	1ª CRIME	04 DE MARÇO
75. CAPITAL	2ª CRIME	04 DE MARÇO
76. CAPITAL	4ª CRIME	04 DE MARÇO
77. CRICIÚMA	1ª CRIME	25 DE MARÇO (*)
78. CRICIÚMA	2ª CRIME	25 DE MARÇO (*)
79. CRICIÚMA	VARA DE EXECUÇÕES PENAIAS	25 DE MARÇO (*)
80. JOINVILLE	1ª CRIME	08 DE ABRIL
81. JOINVILLE	2ª CRIME	08 DE ABRIL
82. JOINVILLE	3ª CRIME	08 DE ABRIL
83. JOINVILLE	4ª CRIME	08 DE ABRIL
84. JOINVILLE	JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	08 DE ABRIL
85. LAGUNA	VARA CRIMINAL	22 DE ABRIL
86. MAFRA	VARA CRIMINAL	22 DE ABRIL
87. PORTO UNIÃO	VARA CRIMINAL	22 DE ABRIL
88. RIO DO SUL	VARA CRIMINAL	22 DE ABRIL
89. SÃO FRANCISCO DO SUL	VARA CRIMINAL	22 DE ABRIL
90. SÃO JOSÉ	1ª CRIME	06 DE MAIO
91. SÃO JOSÉ	2ª CRIME	06 DE MAIO
92. SÃO JOSÉ	VARA DE EXECUÇÕES PENAIAS	06 DE MAIO
93. SÃO JOSÉ	J. ESP. CRIM. E DE VIOL. DOM. E FAM.	06 DE MAIO
94. SÃO MIGUEL DO OESTE	VARA CRIMINAL	20 DE MAIO
95. VIDEIRA	VARA CRIMINAL	20 DE MAIO
96. XANXERÊ	VARA CRIMINAL	20 DE MAIO
97. CACADOR	VARA CRIMINAL	20 DE MAIO
98. CAMBORIU	VARA CRIMINAL	20 DE MAIO
99. CAMPOS NOVOS	VARA CRIMINAL	20 DE MAIO
100. INDAIAL	VARA CRIMINAL	03 DE JUNHO
101. JARAGUA DO SUL	VARA CRIMINAL	03 DE JUNHO
102. BRUSQUE	VARA CRIMINAL	03 DE JUNHO
103. CANOINHAS	VARA CRIMINAL	03 DE JUNHO
104. CURITIBANOS	VARA CRIMINAL	03 DE JUNHO
105. JOAÇABA	VARA CRIMINAL	10 DE JUNHO
106. LAGES	1ª CRIME	10 DE JUNHO
107. LAGES	2ª CRIME	10 DE JUNHO
108. LAGES	3ª CRIME	10 DE JUNHO
109. CHAPECÓ	JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	24 DE JUNHO
110. CHAPECÓ	1ª CRIME	24 DE JUNHO
111. CHAPECÓ	2ª CRIME	24 DE JUNHO
112. CHAPECÓ	3ª CRIME	24 DE JUNHO

113. BLUMENAU	1ª CRIME	15 DE JULHO
114. BLUMENAU	2ª CRIME	15 DE JULHO
115. BLUMENAU	3ª CRIME	15 DE JULHO
116. BLUMENAU - FORO UNIVERSITÁRIO	JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	15 DE JULHO
117. ITAJAÍ	1ª CRIME	29 DE JULHO
118. ITAJAÍ	2ª CRIME	29 DE JULHO
119. ITAJAÍ	VARA DE EXECUÇÕES PENAIS	29 DE JULHO
120. BALNEARIO CAMBORIU	1ª CRIME	12 DE AGOSTO
121. BALNEARIO CAMBORIU	2ª CRIME	12 DE AGOSTO
122. ANITA GARIBALDI	VARA ÚNICA	19 DE AGOSTO
123. FRAIBURGO	1ª VARA	19 DE AGOSTO
124. GARUVA	VARA ÚNICA	19 DE AGOSTO
125. IPUMIRIM	VARA ÚNICA	19 DE AGOSTO
126. JAGUARUNA	VARA ÚNICA	19 DE AGOSTO
127. LAURO MULLER	VARA ÚNICA	19 DE AGOSTO
128. MARAVILHA	1ª VARA	19 DE AGOSTO
129. ARAQUARI	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
130. ARMAZÉM	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
131. BARRA VELHA	1ª VARA	26 DE AGOSTO
132. CAMPO BELO DO SUL	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
133. CAPINZAL	2ª VARA	26 DE AGOSTO
134. CAPIVARI DE BAIXO	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
135. HERVAL D'OESTE	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
136. IBIRAMA	1ª VARA	26 DE AGOSTO
137. ITÁ	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
138. ITAIÓPOLIS	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
139. MONDAÍ	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
140. ORLEANS	1ª VARA	26 DE AGOSTO
141. RIO DO CAMPO	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
142. RIO DO OESTE	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
143. TAIÓ	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
144. TANGARÁ	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
145. TROMBUDO CENTRAL	1ª VARA	26 DE AGOSTO
146. TUBARÃO	1ª CRIME	26 DE AGOSTO
147. TUBARÃO	2ª CRIME	26 DE AGOSTO
148. TUBARÃO	J. ESP. CRIM. E DE VIOL. DOM. E FAM.	26 DE AGOSTO
149. TURVO	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
150. CATANDUVAS	VARA ÚNICA	02 DE SETEMBRO
151. OTACÍLIO COSTA	VARA ÚNICA	02 DE SETEMBRO
152. SANTA ROSA DO SUL	VARA ÚNICA	02 DE SETEMBRO
153. CAMPO ERÊ	VARA ÚNICA	09 DE SETEMBRO
154. CAPITAL	VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI	09 DE SETEMBRO
155. CAPITAL	VARA DE EXECUÇÕES PENAIS	09 DE SETEMBRO
156. CUNHA PORÃ	VARA ÚNICA	09 DE SETEMBRO

157. DESCANSO	VARA ÚNICA	09 DE SETEMBRO
158. FORQUILHINHA	VARA ÚNICA	09 DE SETEMBRO
159. GUARAMIRIM	1ª VARA	09 DE SETEMBRO
160. IÇARA	1ª VARA	09 DE SETEMBRO
161. ITAPIRANGA	VARA ÚNICA	09 DE SETEMBRO
162. ITAPOÁ	VARA ÚNICA	09 DE SETEMBRO
163. LEBON RÉGIS	VARA ÚNICA	09 DE SETEMBRO
164. MELEIRO	VARA ÚNICA	09 DE SETEMBRO
165. PALMITOS	VARA ÚNICA	09 DE SETEMBRO
166. PAPANDUVA	VARA ÚNICA	09 DE SETEMBRO
167. SÃO DOMINGOS	VARA ÚNICA	09 DE SETEMBRO
168. SÃO JOÃO BATISTA	VARA ÚNICA	09 DE SETEMBRO
169. TIJUCAS	VARA CRIMINAL	09 DE SETEMBRO
170. TIMBÓ	VARA CRIMINAL	09 DE SETEMBRO
171. URUSSANGA	2ª VARA	09 DE SETEMBRO
172. CAPITAL - FORO DES. EDUARDO LUZ	JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	23 DE SETEMBRO
173. CAPITAL - FORO DISTRIAL DO CONTINENTE	JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	23 DE SETEMBRO

Fonte: CGJ – Escritania Correicional

Quando a inspeção é remota, a atividade da escritania correicional concentra-se no acompanhamento do calendário, para verificar se estão sendo realizadas no período marcado, além de atuar na análise dos resultados, com vistas à elaboração do relatório final.

Além das atividades acima expostas, os escrivães correicionais auxiliam como consultores nas atividades de assessoria de todos os núcleos da Corregedoria-Geral da Justiça, considerando que as atividades da Escritania Correicional estão relacionadas direta ou indiretamente a todas as áreas de atuação da CGJ.

No plano da instrução disciplinar a Escritania Correicional acompanha os Juízes-Corregedores dos Núcleos I, III e V nas atividades externas do órgão, promovendo a coleta de provas e realização de audiências em sindicâncias e procedimentos administrativos disciplinares, quando solicitados.

No decorrer do ano de 2013, os escrivães correicionais acompanharam a Juíza-Corregedora do Núcleo III, nas seguintes instruções processuais:

INSTRUÇÕES PROCESSUAIS				
AUTOS	AUDIÊNCIA	DATA	Nº PESSOAS	LOCAL/COMARCA
0012707-49.2013.8.24.0600	Inquirição	30/10/2013	02	Rio do Sul

0012707-49.2013.8.24.0600	Inquirição	18/11/2013	01	Balneário Camboriú
0011599-82.2013.8.24.0600	Inquirição	13/12/2013	03	Orleans
0011599-82.2013.8.24.0600	Oitiva	17/12/2013	02	CGJ

4.4 Núcleo V

A atividade desenvolvida junto ao Núcleo V desta CGJ também se refere à consultoria das matérias que afetam o primeiro grau de jurisdição, na sua competência.

Ocorreu ainda a participação dos escrivães correccionais em reuniões para adequação de normativos do Conselho Nacional de Justiça, relacionados ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

4.5 Apresentações, palestras e cursos

A Escrivania Correicional também participou de cursos institucionais promovidos pela Academia Judicial, onde os escrivães correccionais Perla Maria Fusinato Schappo, Geraldo Della Giustina, e a assessora correicional Cátia Lucila Ricordi Crestani, participaram dos seguintes cursos:

- Curso de Gerenciamento de Projetos;
- Curso de Gerenciamento de Portfólio e de Implantação de Escritório de Projetos no Judiciário;
- Curso de Comunicação Institucional com foco da Comunicação Interna;
- Curso Completo Relativo ao SAJ 5 - 1º Grau, modalidade presencial.

5 ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Dentre as atividades da Divisão Administrativa, contidas no artigo 29 e seguintes do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça, compreendendo a Seção de Expediente e Serviços Gerais, da Seção de Arquivo, Documentação e Publicações e Seção de Protocolo e Digitalização, foram praticados os seguintes atos e funções:

- registro de 3.604 (três mil, seiscentos e quatro) processos digitais;

- controle da movimentação e reposição de bens materiais da Corregedoria;
- requisições de serviços;
- controle dos provimentos, circulares e ofícios-circulares;
- digitalização de processos;
- elaboração de ofícios;
- controle dos assentos funcionais;
- controle da movimentação de processos e outros papéis registrados;
- prestação de informações sobre a tramitação de processos, excetuando os de caráter sigiloso;
- abrir vista dos processos administrativos às partes ou procuradores munidos do respectivo mandato, fazendo a estes carga dos autos quando deferida pelo Corregedor ou Vice-Corregedor;
- registros e controle dos requerimentos, reclamações e demais expedientes que derem entrada na Corregedoria;
- requisições de material de consumo destinado à Corregedoria;
- requisições e controle do material de expediente da Corregedoria;
- fornecimento de material solicitado pelos demais setores da Corregedoria, registrando sua distribuição;
- encaminhamento de processos físicos e ofícios arquivados para o Arquivo Central, conforme a tabela de temporalidade do Tribunal de Justiça;
- providenciar as requisições de móveis, máquinas, equipamentos e papéis para os serviços da Corregedoria;
- controle da entrada e a saída dos processos que lhe são encaminhados, fazendo lavrar os termos competentes;
- atualização do inventário dos bens patrimoniais da Corregedoria; e
- revisão e reparos que se fizerem necessários dos móveis e material permanente da Corregedoria.

6 ATIVIDADES DA DIVISÃO JUDICIÁRIA

Dentre as atividades realizadas pela Divisão Judiciária, no ano de 2013, ressalta-se que com a criação da Seção de Gerenciamento dos Aplicativos Externos, o controle e gerenciamento dos sistemas SAT, INFOJUD, Sistemas CNJ e AJG – Sistema da Jurisdição Delegada foram deslocados, paulatinamente, durante o ano, do Núcleo II para a nova Seção, de modo que todo o atendimento, cadastros, implantação de novos manuais e esclarecimento de dúvidas passaram a ser de responsabilidade da referida Seção.

Quanto às atividades rotineiras relativas ao gerenciamento dos sistemas, apresentam-se, a seguir, alguns números indicativos dos atendimentos realizados, via correio eletrônico:

Sistema	E-mails respondidos
SAT (desde junho/2013)	388
Sistemas CNJ	435
Jurisdição Delegada	432
SISP (desde abril/2013)	802
INFOSEG (desde abril/2013)	1325
INFOJUD (desde junho/2013)	48
RENAJUD	814
TOTAL	4.244

Soma-se, ainda, o atendimento realizado, também via telefone, com orientações e informações relativas aos Sistemas elencados.

Afora o trabalho de rotina, durante o ano, destacaram-se outras atividades:

a) Entrou em operação, em março de 2013, o novo sistema de Assistência Judiciária Gratuita – AJG, de requisição de honorários da Competência Delegada. Com o novo sistema, passou-se a adotar uma nova sistemática, na qual as validações das requisições de pagamento de honorários da jurisdição delegada passaram a serem realizadas pela Seção de Gerenciamento de Aplicativos

Externos, mediante a conferência das informações lançadas no sistema AJG e no SAJ/PG;

b) Em agosto de 2013, o Sistema de Administração Tributária – SAT, passou por uma reformulação, de modo que foi realizada a atualização da Orientação n. 10, além da prestação de toda a assessoria necessária à utilização e manuseio da nova versão do sistema;

c) A Rede INFOSEG, em setembro de 2013, intensificou a segurança de acesso, o que exigiu o cadastramento de todos os usuários já cadastrados. Do total de usuários ativos no INFOSEG, 40% efetuaram o cadastramento dentro do prazo estabelecido, ou seja, até o dia 18 de outubro de 2013, sendo que o restante findou no início do mês de dezembro;

d) Utilização do malote digital (sistema Hermes) para encaminhar as certidões de Antecedentes Criminais para outros órgãos. Referido sistema otimizou os trabalhos, possibilitando que o órgão solicitante receba a certidão de forma mais rápida, eficiente e assinada digitalmente;

e) Verificação, conferência e acerto dos mandados de prisão ativos no banco da Corregedoria que não se encontravam devidamente vinculados no Sistema Integrado de Segurança Pública - SISP. Após constatada a inconsistência na vinculação entre os sistemas, foi efetuada busca nos sistemas auxiliares para obtenção das informações faltantes, repassando-as aos Chefes de Cartório para a retificação dos dados. Em números, constatou-se a existência de 760 mandados de prisão que não estavam devidamente vinculados no SISP;

f) Disponibilização de novo sistema do serviço de Plantão da Justiça do Primeiro Grau, que permite a realização de auditoria das informações inseridas pelos Secretários do Foro, bem como a extração de relatórios para envio ao Conselho Nacional de Justiça e também para a publicação no Diário da Justiça eletrônico;

g) Em virtude de alteração na forma de acesso ao sistema RENAJUD, que passou a se dar com a utilização de certificação digital, intensificou-se o serviço de suporte aos usuários, com a edição de vários comunicados eletrônicos, bem como de orientações via e-mail e telefone, além do regular acompanhamento e gerenciamento do Sistema;

h) Conferência do histórico de partes dos condenados no SAJ/PG com o intuito de averiguar seu correto preenchimento, para garantir o envio correto ao TRE, pelo Sistema Integra, das informações inseridas no SAJ/PG pelos Chefes de

Cartório. Nos casos de incompatibilidade de dados entre os referidos sistemas é efetuada requisição aos Chefes de Cartório para que efetuem as devidas correções;

i) Gerenciamento contínuo do banco de dados de mandados de prisão emitidos, com a contabilização do seguinte movimento:



- Controle e gestão dos dados relativos às metas estabelecidas pelo CNJ, mediante a geração das informações estatísticas e atualização do Sistema de Cumprimento de Metas do CNJ.

Apresentam-se, ainda, mais alguns números indicativos das atividades desenvolvidas na Divisão:

- Relatórios de promoção/remoção/opção de juízes (processos): 54;
- Relatórios de promoção/remoção/opção - juízes inscritos: 146;
- Fornecimento de Certidões de antecedentes criminais: 514;
- Informações prestadas em processos administrativos e atendimento de solicitações dos núcleos e setores externos à CGJ (criação de varas, alteração de competências das unidades, levantamentos estatísticos e etc.): 512.

As informações relativas ao movimento forense da Justiça do Primeiro Grau e das Casas da Cidadania seguem em anexo.

7 ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE CUSTAS E EMOLUMENTOS

7.1 Atendimento a consultas por telefone

Dos atendimentos efetuados, destacam-se os seguintes:

7.1.1 Foro Judicial

Sobre o valor das custas relativas à propositura de ações; conduções de oficiais de justiça; valor do preparo de recursos ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, às Turmas de Recursos, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal; informações sobre a utilização do protocolo unificado; atualização de cálculos judiciais, utilização do SAJ/CCP, incidência e retenção de imposto de renda, auxílio na interpretação de normas; consultas legislativas, etc.

7.1.2 Foro Extrajudicial

Acerca dos emolumentos dos Tabelionatos de Notas e Protestos de Títulos, dos Serviços Registrais de Imóveis, Cíveis e de Títulos e Documentos. Orientações sobre a cobrança excessiva de emolumentos e o procedimento a ser tomado para reaver o valor excedente pago;

7.1.3 Uso da tabela e do cálculo de atualização monetária disponível no site da Corregedoria Geral da Justiça.

7.2 Elaboração de pareceres acerca das custas, dos emolumentos e dos cálculos judiciais

- 83 (oitenta e três) pareceres envolvendo matérias de âmbito geral.
- 36 (trinta e seis) pareceres envolvendo cálculos.

7.3 Atendimento a consultas por e-mail e telefone

6.781 (seis mil setecentos e oitenta e um) e-mails;

5.039 (cinco mil e trinta e nove) telefonemas.

7.4 Atendimento de pessoas que estiveram na Corregedoria

162 (cento e sessenta e duas) pessoas atendidas.

7.5 Participação em grupos de trabalho, desenvolvimento de projetos e inspeções correicionais

6.5.1 Reuniões sobre a Resolução 153/2012 do CNJ – Antecipação das diligências do Oficial de Justiça nas ações que envolvam a Fazenda Pública, o Ministério Público e os beneficiários da AJG.

- 6.5.2 Reuniões sobre a Criação “Conta Plantão” – Autos n. 0012115-73-2011.8.24.0600.
- 6.5.3 Reuniões sobre o Processo 454162-2012.6 – Guias de Protocolo Unificado pagas em duplicidade.
- 6.5.4 Reuniões sobre Requisição de Pequeno Valor – RPV.
- 6.5.5 Reuniões sobre o Termo de Cooperação n.º 190/2012, celebrado entre TJSC e MPSC.
- 6.5.6 Validação da Resolução Conjunta que trata do Sistema Malote Digital; cronograma para configuração do Sistema Malote Digital para as demais comarcas; pagamento das diligências dos oficiais de justiça com a utilização do Sistema Malote Digital e SAJ-pg 3.0.
- 6.5.7 Reuniões sobre o Sistema SAT, campo multa, atualização monetária; numeração única do CNJ no SAT; publicação da mudança da consulta CND de débitos de custas TJSC; viabilização da execução do Termo de Cooperação Técnica n.º 269/2009, com a criação de PERFIL para acessar o SAT e habilitação para consulta aos dados cadastrais de contribuintes, assim como às decisões do Conselho Estadual de Contribuintes em processos fiscais; integração do SAJ-GECOF com o Sistema SAT.
- 6.5.8 Reuniões sobre os procedimentos para recolhimento de valores no plantão judiciário. Sistema Sidejud.
- 6.5.9 Desenvolvimento do projeto “Conta Corrente de Custas”.
- 6.5.10 Reuniões sobre a conversão de depósito judicial da competência delegada para a Justiça Estadual.
- 6.5.11 Reuniões sobre o novo Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, Subseção Contadoria.
- 6.5.12 Participação em reuniões sobre o alvará de custas na competência delegada da Justiça Federal.
- 6.5.13 Participação da reunião de organização sobre o evento do 2º Encontro dos Contadores.
- 6.5.14 Participação em reuniões sobre a Resolução 154/CNJ - subcontas concentradoras de multas de transações penais.
- 6.5.15 Participação em reuniões acerca da competência delegada, valores de custas creditados pelo TRF-4 e não sacados pelo cartório para quitação da GRJ.

- 6.5.16 Realização de testes na versão SAJ-5.1.5.12 (vinculação mandados).
- 6.5.17 Inspeção Correicional no Registro Civil, Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos da Comarca da Capital.
- 6.5.18 Inspeção Correicional na Escrivania de Paz do Estreito/Comarca da Capital.
- 6.5.19 Reunião do Sistema Hermes - Malote Digital". Aprovação da minuta de Resolução Conjunta entre outros itens.
- 6.5.20 Reunião Ordinária do CGINFO - Apresentação do Projeto "Conta Corrente de Custas" pela Corregedoria-Geral da Justiça.
- 6.5.21 Reunião na Academia Judicial sobre o plano de formação e aperfeiçoamento 2014.
- 6.5.22 Palestrante no 2º Encontro dos Contadores, assunto: cálculo de liquidação da diferença de subscrição de ações de telefonia.
- 6.5.23 Reunião sobre o módulo de custas do Segundo Grau.
- 6.5.24 Participação e coordenação da Comissão Permanente de Atualização/Revisão do Manual de Orientação e Procedimentos para as Contadorias Judiciais – Manual do Contador.
- 6.5.25 Elaboração de projetos de lei. Participação na elaboração de esboços de ofícios-circulares, circulares, provimentos e resoluções.

7.6 Outras atividades

- 6.6.1 Orientação aos contadores judiciais quanto à operacionalização de cálculos de liquidação de maior complexidade.
- 6.6.2 Atualização do Manual do Contador.
- 6.6.3 Atualização das Perguntas e Respostas sobre Custas Processuais.
- 6.6.4 Atualização dos valores de custas e emolumentos constantes no Regimento de Custas e Emolumentos.
- 6.6.5 Elaboração mensal da Tabela de Índices de Atualização de Valores e a sua manutenção na internet.
- 6.6.6 Manutenção do banco de dados com as séries históricas de indicadores econômicos e financeiros do SAJ/Custas.
- 6.6.7 Atualização das tabelas de condução dos oficiais de justiça.
- 6.6.8 Encaminhamento de consultas ao Conselho da Magistratura quanto à

cobrança de custas e emolumentos em questões divergentes.

7.7 Projetos em andamento

6.7.1 Projeto “Conta Corrente de Custas”.

6.7.2 Convênio com a Receita Federal, com o fim de disponibilizar o acesso às informações do CPF/CNPJ que constam na base de dados de referido órgão.

6.7.3 Conversão eletrônica de custas depositadas pelo TRF-4 ao TJSC, competência delegada.

7.8 Participação em eventos

6.8.1 Segundo Encontro Estadual dos Contadores Judiciais.

8 ATIVIDADES DA ASSESSORIAS DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA

Durante o ano de 2013, além da continuidade dos projetos iniciados nos anos anteriores e do suporte técnico de todo o parque computacional da Corregedoria, foram realizados novos trabalhos em todos os setores desta Corregedoria, procurando atender, em um primeiro momento, às demandas emergenciais. Dentre elas destacam-se:

8.1 Sistema Estatística para o Corregedor-Geral da Justiça

Desenvolvimento de um novo sistema para acompanhamento das atividades judiciais e produtividade dos magistrados do Estado – CGJESTWEB.

O Sistema permite que o Corregedor e os Juízes-Auxiliares possam acompanhar informações como:

- situação dos processos administrativos da Corregedoria
 - processos sem movimentação há 30 dias
 - processos sem movimentação há 60 dias
 - processos sem movimentação há 100 dias

- movimento forense por unidade judiciária
 - processos em andamento
 - processos suspensos início
 - processos iniciados
 - processos encerrados
 - processos arquivados administrativamente
 - processos reabertos
- produção e produtividade do magistrado
 - sentenças
 - decisões
 - despachos
 - audiências
- gerencial das unidades judiciárias
 - processos sem movimentação
 - atos do magistrado
 - processos conclusos
 - processos em carga para o magistrado
 - processos em andamento por tipo
 - processos suspensos
 - processos arquivados
 - cargas diversas
 - petições
 - prazos vencidos

8.2 Manutenção no site da Corregedoria Geral da Justiça

Foram ampliados os conteúdos e seções do site da Corregedoria para dar continuidade ao atendimento das necessidades dos usuários internos e externos. Dentre as novas informações, destacam-se:

- Plantão Judiciário
- Novo Código de Normas
- 64º Encoge
- Transparência Institucional

- Portal Assistência à Saúde
- Hot site do 10º Encontro Estadual dos Grupos de Estudos e Apoio à Adoção
- Hot Site do Núcleo V – Direitos Humanos
- Novo sistema de Cálculo de Atualização Monetária

8.3 Novo *Layout* para o Site da Corregedoria

Foi desenvolvido um novo site para a Corregedoria do Estado de Santa Catarina, possibilitando que as informações sejam disponibilizadas de forma mais clara e objetiva para os usuários.

8.4 Site da CEIJ

Foram realizadas atualizações e manutenção no site para da CEIJ – Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude que substituiu o antigo Portal da Infância e Juventude.

8.5 Cadastro Único Informatizado de Adoções e Abrigos – CUIDA

No ano de 2013 foram desenvolvidos novos recursos no módulo Web do CUIDA e inclusão de novos relatórios e recursos no módulo Delphi do CUIDA.

As atualizações no módulo Web, em linguagem Java, e no módulo Administrativo, em linguagem Delphi, foram realizadas para manter os sistemas em conformidade com as necessidades dos usuários. Houve a continuidade no suporte às instituições de abrigo, assistentes sociais e aos juízes que operam o sistema.

8.6 SPO – Sistema de Pagamento de Oficiais de Justiça

Foi dada continuidade no suporte e manutenção do SPO - sistema que permite que o chefe de cartório ou outro servidor autorizado por este, de posse do mandado devolvido pelo oficial de justiça, efetue a solicitação de pagamento de guias recolhidas como antecipação de conduções

em custas iniciais ou intermediárias para as Comarcas Integradas.

8.7 Plantão Judicial de Primeiro Grau

Foi ajustado o sistema para cadastramento de consulta de plantões judiciais, atendendo as normativas do CNJ e foi desenvolvido um recurso para a publicação automática das informações dos plantões no Diário da Justiça Eletrônico. Também foi ajustada a consulta de plantão no site da Corregedoria.

8.8 Sistema de Inspeção Virtual

O Sistema de Inspeção Virtual teve ajustes com inclusão de novos relatórios para controle correicional. Foram desenvolvidos relatórios específicos para o SAJ PG 5.0.

Continua sendo prestado suporte a todos os usuários do referido sistema e auxílio nas inspeções correicionais, com inclusão e exclusão de usuários.

8.9 Emissão de Relatórios Estatísticos

A extração de informações provenientes de diversos sistemas para atenção às necessidades da própria CGJ, da Assessoria de Planejamento do Tribunal de Justiça e aos pleitos do CNJ continua sendo realizada de forma diária. As informações são utilizadas para as correições, tomada de decisão, instrução de processos ou a diversas instituições, como Secretaria de Segurança, Tribunal Regional Eleitoral, etc.

8.10 Troca de Microcomputadores e Periféricos

Como atividade constante, houve a atualização de parte do parque tecnológico tanto na área judicial, quanto na extrajudicial.

8.11 Sistema Segurança Pública - SSP

Foi feita nova carga de dados de mandados de forma a sincronizar os dados da Justiça com a SSP e o Infoseg.

Foi implantado no início de 2013 o recurso para a transmissão das imagens dos mandados de prisão para envio à SSP.

8.12 Sistemas do Conselho Nacional da Justiça - CNJ

As Assessorias de Informática, além de inserir dados estatísticos dos Sistemas do CNJ no site da CGJ, atuaram também no fornecimento de senha e cadastramento de usuários nos Sistemas, repassando informações e mantendo contato direto com o CNJ.

8.13 Tribunal Regional Eleitoral - TRE

Foram realizados ajustes no sistema de transmissão de dados ao TRE, permitindo que se identifique registros a serem baixados.

8.14 Rol de Antecedentes Criminais

Desenvolvimento de relatórios diversos para acompanhamento das informações e solicitação de correção de dados na Comarca de Origem, com integração ao TRE e SSP.

Desenvolvimento de serviço para captura da confirmação dos mandados de prisão, geração de fonemas para novos dados e importação das imagens dos mandados via agendador, dispensando a operação de servidor para estas atividades.

Foram realizados ajustes nas rotinas de importação dos Róis da Corregedoria, tendo em vista as falhas encontradas com a implantação do SAJ PG 5.0 em todo o Estado.

8.15 Metas do Conselho Nacional de Justiça

Atendendo às Metas do CNJ, a Assessoria de Informática tem trabalhado no gerenciamento e extração de relatórios estatísticos, divulgação na Intranet da CGJ e no desenvolvimento de um controle de

produção.

8.16 Projeto Malote Digital

Em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, o Sistema de Malote Digital está sendo ampliado para todas as unidades do Estado, conforme determinação do CNJ.

8.17 Portal do Extrajudicial

Gestão do conteúdo, tais como comunicados, links, banners, imagens, sistemas, documentos e implementação da inscrição extrajudicial no hot site do 64º Encoge.

8.18 Projeto de Selos

Alterações nos Sistemas de Selo utilizados pelo setor administrativo da Corregedoria.

O Sistema de Selo “cliente-servidor” utilizado pelo setor administrativo da Corregedoria, teve várias modificações desde janeiro de 2013, a fim de atender à adequação de Lei, correções, ou reivindicação dos usuários.

Diariamente, a Assessoria Extrajudicial recebe suporte para uso e operação do sistema.

8.19 Projeto Ressarcimento de Selos

Alterações no Sistema de ressarcimento de atos gratuitos (internet).

Este sistema permite que os serventuários dos cartórios extrajudiciais solicitem, até o dia 10 (dez) de cada mês, o ressarcimento dos atos isentos praticados. O sistema requer que o usuário se autentique para autorização do acesso.

Algumas funcionalidades implementadas:

- Inclusão de outros atos para ressarcimento;
- Melhoria no controle e na auditoria do sistema;
- Adequação constante às leis.

O Sistema de ressarcimento foi ampliado para permitir o ressarcimento dos atos bloqueados no processo CGJ-E 0177/2009 de forma que o próprio responsável pelo cartório pode, no prazo determinado para os atos antigo (até 10/12/2013) e para os atos bloqueados mês a mês (até dia 10 do mês subsequente), alterar os atos bloqueados à luz dos motivos que fez com que o setor competente pela análise os bloqueou. Esta Assessoria permanece oferecendo suporte aos usuários dos cartórios do Estado.

8.20 Projeto Selo Digital

Participação ativa em reuniões de análise e definições da continuidade do projeto do Selo Digital a fim de garantir a qualidade das informações enviadas pelos cartórios ao banco de dados centralizado, bem como para viabilizar outros projetos desta Corregedoria, tais como: o novo ressarcimento eletrônico, centrais de consultas, cadastro e ressarcimento de juízes de paz, auditoria dos atos etc.

Integração dos relatórios da auditoria virtual com o portal de consulta do selo digital.

Migração do Portal de Consulta para uma infraestrutura mais atual a fim de melhorar sua indisponibilidade e robustez.

8.21 Escritura Pública de Separação, Divórcio, Inventário e Partilha em área restrita

Com a determinação de que os dados deveriam ser enviados somente à Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC a partir de 01/01/2013, o banco de dados da Escritura Pública de Separação, Divórcio, Inventário e Partilha foi exportado para alimentar a nova Central. Atualmente, permanece no ar somente a consulta pública com os

dados cadastrados até 31/12/2012.

8.22 Ressarcimento dos Juízes de Paz

O Sistema de Ressarcimento dos Juízes de Paz permite aos senhores juízes de paz solicitarem o reembolso à título de ressarcimento previsto na Lei, dos atos de despacho designatório, diligência e condução intrínsecos aos casamentos singulares e coletivos. Algumas funcionalidades implementadas que viabilizaram o sucesso do sistema:

- Acesso ao cadastro e ressarcimento dos juízes de paz pela assessoria extrajudicial;
- Oportunidade de alteração dos atos bloqueados do mês até o dia 10 do mês subsequente com o respectivo motivo de bloqueio.

8.23 Área restrita extrajudicial

Manutenção da área restrita destinada aos cartórios extrajudiciais. A área restrita extrajudicial permite aos senhores responsáveis pelos cartórios extrajudiciais, mediante acesso autenticado e autorizado, a consulta de sinais públicos, o cadastro de balancete resumido, ressarcimentos, questionário do provimento 13 do CNJ, relatórios de censo de informática, balancetes e o recentemente implementado relatório do S@E.

8.24 Portal de Consulta do Selo Digital

O Portal de Consulta sofreu melhoria na apresentação e qualidade da informação adequada à versão 2.0 do Selo Digital. Foram necessárias adequações internas para garantir maior compatibilidade na consulta dos atos enviados tanto na versão 2.0 quanto nas versões anteriores do sistema. O portal de consulta do selo digital fornece a garantia de autenticidade dos atos lavrados constituindo ferramenta indispensável no tripé selo digital, envio das informações dos atos para o banco de dados centralizado e consulta pública. Permite que qualquer pessoa em posse do ato,

possa conferir se o documento é verdadeiro. Para isso, basta digitar o número do selo digital no portal de consulta que trará todas as informações dos atos enviados pela serventia que lavrou o ato e que se encontra armazenada em nosso banco de dados.

8.25 Cadastro dos Juizes de Paz

O Cadastro dos Juizes de Paz ganhou nova versão. O sistema permite agora não só o cadastro, mas o controle e manutenção dos dados de todos os juizes de paz titulares, *ad hocs* e suplentes atuantes em suas respectivas comarcas (Ofício Circular n. 248/2011). O acesso foi estendido aos próprios juizes de paz e aos assessores do extrajudicial. Algumas funcionalidades implementadas:

- Cadastro e alteração dos dados dos juizes de paz pelos secretários de foro;
- Acesso ao cadastro e alteração dos juizes de paz pelos administrados da assessoria extrajudicial;
- Cadastro e alteração pelo próprio juiz de paz de seus dados;
- Cadastro dos pedidos de ressarcimento pelo próprio juiz de paz;

8.26 Módulo de Cadastro on-line das serventias

Adequação e melhoria do Sistema que permite as serventias extrajudiciais, mediante acesso autenticado, alterar seus próprios dados, tais como: endereço, telefone, conta bancária, cadastro de funcionários, titulares, substitutos, livros utilizados pela serventia e inclusão dos sinais públicos. Parte reservada aos livros foi ampliada com a possibilidade, inclusive, de cadastro de acervo de cartório desativado pelo cartório responsável, mantendo-se os vínculos.

8.27 Pesquisa de cartórios

Manutenção na pesquisa pública de cartórios extrajudiciais.

8.28. Atividades diversas

São desenvolvidas diariamente por este setor, paralelas ao desenvolvimentos dos sistemas acima nominados, as seguintes tarefas:

- relatórios estatísticos diversos;
- consultas e pareceres;
- malas direta;
- instalação de softwares e hardwares;
- suporte ao usuário judicial e extrajudicial;
- apresentações em slides (PowerPoint);
- atendimento aos cartórios extrajudiciais sobre assuntos relacionados com os sistemas de ressarcimento, cadastro on-line, malote digital (Hermes), área restrita, aquisição de selos, central de escrituras etc.;
- alterações de informações no banco de dados, a fim de dar cumprimento a decisões administrativas;
- capacitação de Assistentes Sociais;
- reuniões da comissão do Selo Digital.
- Manutenção do novo ambiente servidor JBOSS para a Corregedoria;

8.29 Atendimento

Realizaram-se atendimentos de suporte a sistemas e orientações aos usuários nos seguintes postos de trabalho:

- Gabinete do Corregedor
- Gabinete do Vice-Corregedor

- Gabinetes dos Juízes-Corregedores
- Secretaria da Corregedoria
- Escrivania Correicional
- Assessoria Correicional
- Assessoria de Custas
- Assessoria Extrajudicial
- CEJA
- Divisão Administrativa da CGJ
- Divisão Judiciária da CGJ
- Diretoria de Informática
- Diretoria de Orçamento
- Cartórios Extrajudiciais
- Sala de Assistentes Sociais
- Gabinetes de Juízes

Sala de Assessores Judiciários

- Escrivania
- Sala dos TSI's

8.30 Atendimento TSI – Técnico de Suporte em Informática

O setor de Informática é constituído por três Técnicos Judiciário Auxiliar na função de Técnicos de Suporte em Informática.

Registro de Atividades:

• Trinta e quatro (34) mudanças de postos de trabalho completo;

• Aproximadamente mil e seiscentos (1600) chamados atendidos, tais como:

- Instalação/manutenção/atualização de softwares em geral, suporte em microcomputadores e notebooks do corregedor, vice-corregedora, magistrados, servidores, assessores, terceirizados e estagiários;

- Atendimento, manutenção nos 10º e 11º andares da Torre I, bem como à Vice-Corregedoria localizada Torre II, 2ºandar.
- Instalação de periféricos: monitores, placas de vídeo, impressoras/scanners, mouses, teclados, estabilizadores, pendrives, modems 3g, monofones, telefones;
- Suporte às pastas de rede, bem como mapeamento com criação de atalho;
- Instalação e manutenção pontos de rede no 10º e 11º andares;
- Instalação dos segundos monitores;
- Instalação dos softwares necessários, das raízes e configuração do E-cpf para viabilizar o uso do certificado digital;
- Resolução de problemas relativos a software de comunicação(pandion);
- Substituição dos equipamentos x-lite por telefones de mesa;
- Instalação de novos telefones, configurações de ramais ATA e suporte;
- Instalação/suporte do programa inspeção virtual, bem como criação de perfil;
- Suporte ao saj5/cgj – cadastro e orientação aos usuários;
- Suporte ao SAJ5/Comarcas quanto ao cadastro de Perfil;
- Abertura de chamados em garantia para os equipamentos (notebooks, impressoras,

computadores, monitores, celulares, estabilizadores);

- Manutenção das listas da cgj (correge, corregeserv, cgjjud, infocgj, cgjextra, cgjcustas);
- Suporte a email: windows live mail, webmail, gmail;
- Criação e configuração de e-mails e aliases;
- Comunicados de advertências a respeito de mensagens maliciosas, bem como encaminhamento ao setor de segurança para providências;
- Atualizações lista de contatos;
- Gravações de cds/dvds diversos;
- Instalação/configuração do sistema CACHE;
- Configuração/suporte de acesso remoto via VPN e VNC;
- Instalação/solicitação de criação de usuário para o sistema Expedição;
- Suporte ao acesso restrito do portal TJSC;
- Criação de agendas, por meio de serviço oferecido pelo Webmail (Zimbra), a fim de evitar duplo agendamento no mesmo espaço. As agendas foram criadas para os setores: Secretaria, Corregedor-Geral, Núcleo I, Núcleo II, Núcleo III, Núcleo IV e Núcleo V;
- Substituição dos aparelhos funcionais blackberry por iphone/galaxy bem como realização de backup e configuração para os Juízes Corregedores.

Outras atividades desenvolvidas:

- Montagem de equipamentos e atendimento da estrutura de informática no Encoge 2013 realizado no Hotel Magestic;

- Grupo de Trabalho SAJ5/CGJ-pg;
- A partir de agosto, os empréstimos/devoluções dos notebooks passaram a contar com formulário via web com termos de responsabilidade e devolução;
- Controle patrimonial dos equipamentos de informática com a realização de relatório de conferência de todo parque tecnológico, baixa/transferência de bens;
- Atualizações diversas para o sistema hermes/malote digital;
- Criação/retificação de modelos institucionais no SAJ5/CGJ;
- Controle por meio de planilha para acompanhamento de emissão/renovação de certificados digitais;
- Instalações saj5/cgj, saj5/cgj teste, saj3, saj3 teste, saj5 comarcas, saj5 comarcas - teste, saj certidões, saj protocolo, saj protocolo - teste, saj estatística;
- Teste em novas versões do SAJ5/CGJ-Homologação para posterior atualização.

9 ATIVIDADES DA COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA

9.1 Apresentação

O presente relatório contém informações acerca das atividades desenvolvidas pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção no período de janeiro a novembro de 2013.

Na forma de representação gráfica comparativa, apresentamos dados relativos às adoções nacionais, internacionais e às crianças/adolescentes em programas de acolhimento.

As demais atribuições da Ceja, que são a habilitação de pretendentes estrangeiros e o acompanhamento das adoções internacionais, a gestão dos cadastros estadual e federal, a organização de eventos, inspeções aos programas de acolhimento e outras, constam detalhadas no presente relatório.

9.2 Quadro de pessoal

O quadro funcional da Ceja é constituído por três servidoras efetivas do Poder Judiciário:

- aa) 1 assistente social que exerce também a função de Secretária da Comissão;
- bb) 1 agente administrativa auxiliar - formação em Serviço Social – (art. 85)
- cc) 1 técnica judiciária.

9.3 Atribuições

- 9.3.1 Recebimento e processamento de pedidos de habilitação, formulados por estrangeiros;
- 9.3.2 Elaboração de parecer nos processos de habilitação para adoção internacional;
- 9.3.3 Manutenção e gerenciamento dos Sistemas do CNJ;

- 9.3.4 Manutenção e gerenciamento do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – Cuida;
- 9.3.5 Apoio técnico às assistentes sociais que atuam na área da Infância e da Juventude, na forma de repasse de documentos, material bibliográfico, estatísticas, entre outros;
- 9.3.6 Organização de eventos como seminários e encontros inter-regionais destinados à formação de grupos de apoio à adoção; encontros regionais com representantes de entidades de acolhimento, além de capacitação de técnicos que atuam na infância e juventude;
- 9.3.7 Acompanhamento aos programas de acolhimento institucional através de visitas de supervisão, reuniões, treinamentos entre outros;
- 9.3.8 Elaboração de estatísticas e relatórios avaliativos das ações das entidades de acolhimento;
- 9.3.9 Elaboração de material informativo relacionado à adoção;
- 9.3.10 Entrevistas de orientação acerca dos procedimentos necessários à adoção, com interessados estrangeiros e, eventualmente, com brasileiros;
- 9.3.11 Acompanhamento das crianças/adolescentes adotados por estrangeiros no período determinado de dois anos, através da análise de relatórios e documentos remetidos pelos setores técnicos no exterior;
- 9.3.12 Apresentação das crianças/adolescentes, em condições de serem adotados, e sem chances de adoção no Brasil, para pretendentes estrangeiros cadastradas na Comissão, com o objetivo de encaminhá-las para adoção internacional, e
- 9.3.13 Acompanhamento aos cursos ministrados no Programa de Preparação para Pretendentes à Adoção.

9.4 Projetos/Atividades

9.4.1 Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA

Toda movimentação neste sistema de cadastro de crianças em condições de adoção, de pretendentes à adoção e de entidades de acolhimento (abrigos), é monitorada pela Ceja, assim como o treinamento aos usuários e fornecimento das respectivas senhas de acesso. Também é responsabilidade da Comissão gerar estatísticas com base nas informações inseridas, para subsidiar magistrados e técnicos das varas da infância e da juventude do Estado.

9.4.2 Sistemas do Conselho Nacional de Justiça

Cadastro Nacional de Adoção (CNA),

Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA),

Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL)

Na qualidade de órgão gestor desses cadastros, e assim como ocorre com o sistema estadual – Cuida - a Ceja monitora as informações inseridas, é responsável pela liberação de senhas aos usuários, produz estatísticas, e acompanha toda a movimentação dos sistemas como forma de mantê-los atualizados.

9.4.3 Programa de Preparação para Pretendentes à Adoção

Emissão de parecer nos relatórios dos cursos de preparação ministrados aos pretendentes à adoção. O parecer implica na avaliação do conteúdo programático e resultados alcançados.

9.4.4. Projeto de Acompanhamento e Supervisão às Entidades de Acolhimento

As visitas foram acompanhadas por técnicos da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude – Ceij e o cronograma, a exceção da região do extremo oeste seguiu a ordem de datas conforme abaixo. Foram visitadas 41 comarcas e 79 entidades de acolhimento (abrigos)

REGIÕES	PERÍODO						
	11 a 15 março	26 a 28 março	15 a 18 abril	14 a 17 maio	11 a 14 junho	09 a 13 setembro	15 a 18 outubro
Sul							
Oeste							
Vale do Itajaí							
Serrana							
Grande Fpolis							
Extremo Oeste							
Centro norte							

9.5 Eventos/Treinamentos

Juntamente com a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude e com a Academia Judicial foram realizados os seguintes eventos:

- a) Fórum Estadual de Juízes, Promotores de Justiça e Técnicos do Poder Judiciário e do Ministério Público, em Florianópolis, nos dias 27 e 28 de junho;
- b) Encontro Anual de Técnicos e Oficiais da Infância e Juventude do Poder Judiciário, em Chapecó, no dia 25 de setembro;
- c) 10º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, em Chapecó, nos dias 26 e 27 de setembro.

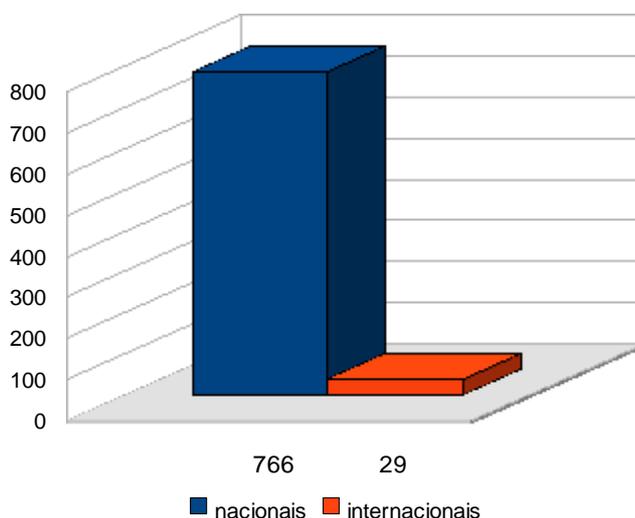
9.6 Dados estatísticos

9.6.1 Sessões de julgamento dos pedidos de habilitação internacional

- 03 (três) sessões realizadas;

- 62 (sessenta e dois) processos julgados: 54 (cinquenta e quatro) de pretendentes italianos, 06 (seis) franceses, 01 (um) espanhol e 01 (um) americano.

8.6.2 Adoções realizadas



Nacionais

Neste ano, **766** ações de adoção nacional foram sentenciadas, alguns desses processos correspondem a grupos de dois ou mais irmãos.

Internacionais

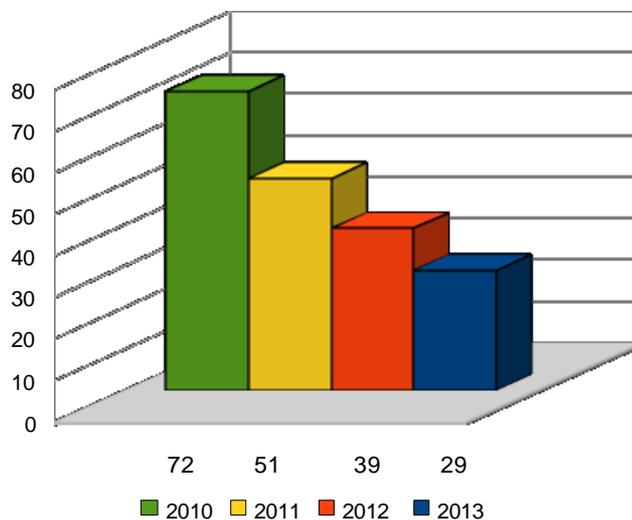
29 crianças e adolescentes adotados por 13 famílias estrangeiras sendo:

Conforme demonstra o gráfico abaixo, houve um decréscimo importante em relação ao número de adoções internacionais ocorridas nos últimos três anos devido a fatores internos e externos ao judiciário.

Fatores internos: demora nas ações de destituição do poder familiar; aumento do número de apelações nestes atos o que leva as crianças a ultrapassarem a idade máxima viável para adoção internacional que é entre 10 e 12 anos, e falta de equipes técnicas nas comarcas.

Fatores externos: Sistemática de credenciamento ou recredenciamento de organismos internacionais pela Autoridade Central Administrativa Federal; falta

de representantes em Santa Catarina dos organismos que atuam em países como a França e Espanha e Estados Unidos e a instabilidade econômica na Europa.

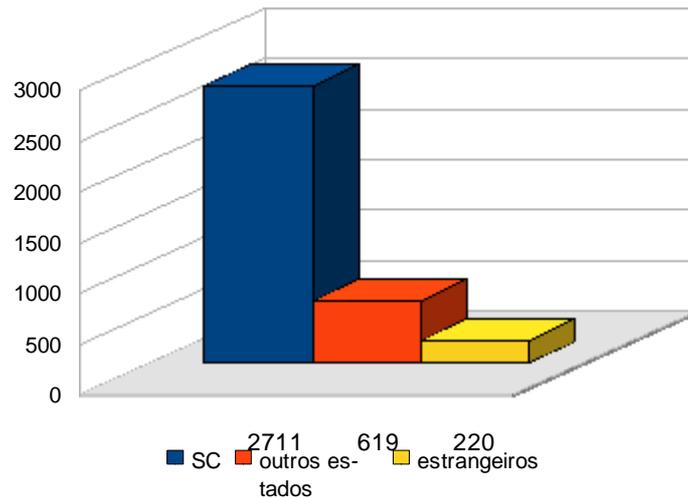


Pretendentes habilitados (dados gerais)

9.6.3 Pretendentes habilitados (dados gerais):

3550 pretendentes habilitados, sendo:

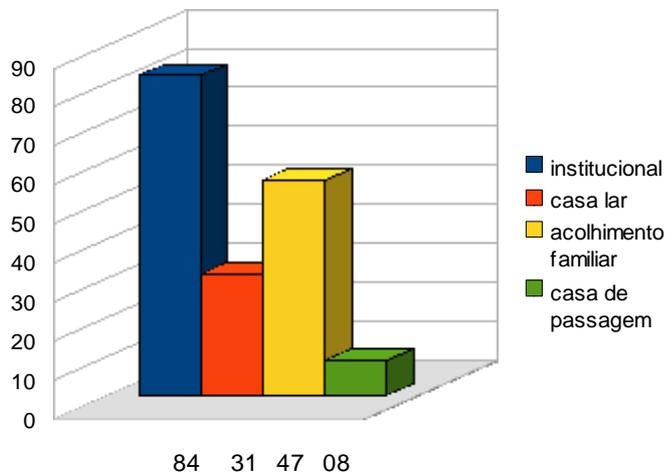
- Residentes em Santa Catarina: 2711 (76,37%)
- Residentes em outros Estados: 619 (17,44%)
- Estrangeiros: 220 (6,20%)



9.6.4 Entidades de acolhimento cadastradas na Ceja

170 programas de acolhimento, sendo:

1. **84** acolhimento institucional (49,41%)
2. **31** Casas Lares (18,24%)
3. **47** Projetos de Acolhimento Familiar (27,65%)
4. **08** Casas de Passagem (4,71%)
- 5.

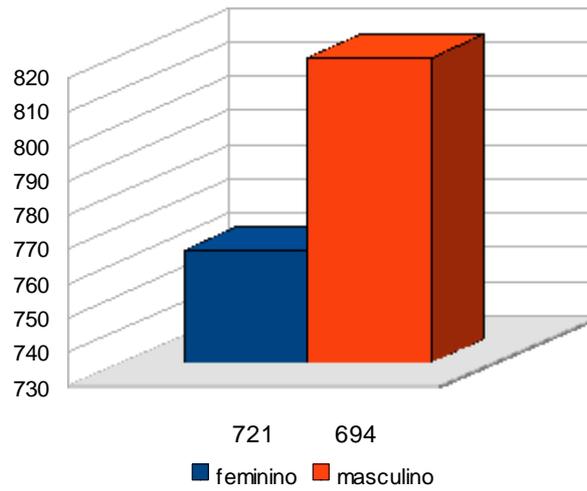


9.6.5 Crianças/Adolescentes acolhidos

1415 crianças/adolescentes acolhidos.

Sexo feminino – 721 (50,85%)

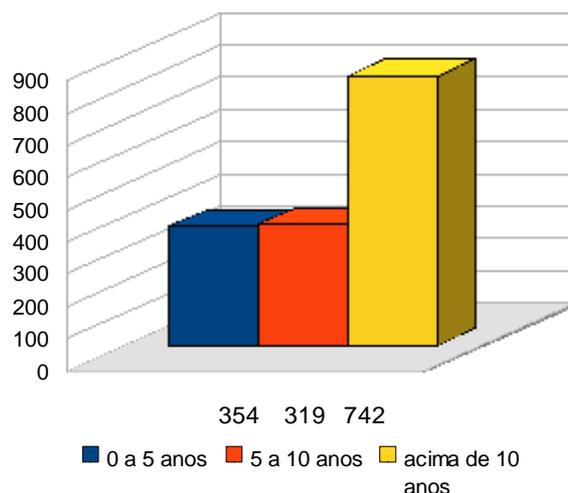
Sexo masculino – 694 (49,15%)



0 a 5 anos – 354 (25,03%)

5 a 10 anos – 319(22,55%)

acima de 10 anos – 742 (52,4%)



9.7 Grupos de Estudos e Apoio à Adoção

33 grupos de estudos e apoio à adoção em Santa Catarina, criados e acompanhados pelos Juizados da Infância e da Juventude e pela Ceja.

9.8 Propostas

Além das atividades de rotina de competência da Ceja, temos como proposta realizar, juntamente com a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude e com a Academia Judicial os eventos:

- a)** Fórum de Juízes, Promotores de Justiça e técnicos do Poder judiciário e do Ministério Público, em Florianópolis, mês de junho;
- b)** 11º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, em Itajaí, mês de setembro;
- c)** Encontro Anual de Técnicos e Oficiais da Infância e Juventude do Poder Judiciário, em Itajaí, mês de setembro.

d) II Seminário Internacional da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, mês de novembro.

Em continuidade às ações de fiscalização às instituições de acolhimento buscaremos seguir o cronograma abaixo.

REGIÕES	PERÍODO						
	26 a 28 fevereiro	11 a 15 março	16 a 19 abril	14 a 17 maio	11 a 14 junho	12 a 16 agosto	15 a 18 outubro
Sul							
Oeste							
Vale do Itajaí							
Serrana							
Grande Fpolis							
Extremo Oeste							
Centro norte							

9.9 Conclusões

As ações propostas no corrente ano foram executadas em sua totalidade e os resultados de pleno êxito; tanto os eventos que tiveram alcance expressivo, aproximando o Poder Judiciário do usuário da justiça, quanto a gestão dos sistemas implantados pelo Conselho Nacional de Justiça que continuam passando por adequações para maior eficácia.

A supervisão às Instituições de Acolhimento, através de visitas *in loco*, foi positiva, haja vista a oportunidade de reavaliar e a situação pessoal e processual das crianças hoje acolhidas, que resultou no encaminhamento de algumas delas para adoção ou retorno as famílias de origem.

O desempenho positivo da Ceja neste exercício é resultado de uma série de fatores, que vão da dedicação e competência da equipe, ao apoio e participação do seu Presidente, Desembargador Vanderlei Romer, sempre atento as questões da infância, reconhecendo e valorizando as ações. Importante registrar o apoio dos juízes das varas da infância e da juventude, das assistentes sociais, psicólogas e oficiais da infância e da juventude, presentes e receptivos aos eventos e trabalhos da Comissão.

Por último, o auxílio dos Juízes Corregedores, em especial do Dr. Alexandre Takaschima, do Secretário da Corregedoria e seus colaboradores, os quais sempre se mostraram prestativos e cooperativos na condução das ações, demonstrando credibilidade e comprometimento com as questões vinculadas à infância e juventude.

10. ATIVIDADES DA SECRETARIA-GERAL

10.1 Atividades Desenvolvidas

Durante o ano de 2013, a Secretaria-Geral desenvolveu as seguintes atividades, elencadas no art. 26, incisos I a XXII, do RICGJ;

- assessoramento ao Corregedor-Geral da Justiça e aos Juízes Corregedores em questões administrativas;
- organização de viagens do Corregedor-Geral da Justiça e Juízes Corregedores;
- solicitação de diárias e de ressarcimentos de combustível para viagens realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça, com a respectiva prestação de contas;
- cotação e compra de passagens aéreas para as viagens realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça;
- cotação e locação de veículos necessários aos desempenho das inspeções correicionais e demais atividades da Corregedoria-Geral da Justiça;
- controle orçamentário das despesas realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça no ano de 2013;
- participação em reuniões de controle orçamentário com assessores da ASPLAN e da Diretoria de Orçamento e Finanças;
- planejamento do orçamento da Corregedoria-Geral da Justiça para o ano de 2014;
- apoio aos Juízes-Corregedores e Núcleos de Assessoramento no que concerne ao fornecimento

de materiais, equipamentos de informática e telefonia móvel celular, administração de espaços físicos, dentre outros;

- atendimento a magistrados, advogados, servidores e ao público em geral;
- participação em reuniões de planejamento com as competentes diretorias deste Tribunal de Justiça;
- elaboração de projeto básico para contratação da UDESC/ESAG e do local sede do 64º ENCOGE;
- auxílio na organização do 64º ENCOGE;
- formulação da escala de férias dos servidores para o ano de 2014 e de escala de plantão para o período de recesso;
- realização de auditoria patrimonial na Corregedoria-Geral da Justiça;
- seleção e distribuição de correspondências da Corregedoria-Geral da Justiça;
- controle do conteúdo do site da Corregedoria (contatos e estrutura organizacional);
- controle do quadro funcional da Corregedoria e procedimentos relacionados à inclusão e exclusão de servidores;
- formação de corpo de recepcionistas terceirizadas;
- criação e estruturação de seção na Divisão Judiciária;
- revisão das promoções por desempenho dos servidores lotados na Corregedoria-Geral da Justiça;

- avaliação de desempenho dos servidores lotados na Corregedoria-Geral da Justiça, em conjunto com o Corregedor-Geral da Justiça e Juízes-Corregedores;
- avaliação dos servidores em estágio probatório;
- avaliação e acompanhamento de férias, folgas decorrentes do serviço eleitoral e licenças de natureza diversa, do corpo funcional da corregedoria geral;
- avaliação mensal dos terceirizados;
- administração dos serviços de manutenção da estrutura física da corregedoria geral;
- solicitação de revisão dos pontos de energia elétrica e da rede lógica nos diversos setores da Corregedoria-Geral da Justiça;
- compra de livros para os núcleos de Assessoramento e Assessorias;
- inscrição de Servidores para participarem de cursos e eventos relacionados às suas áreas de atuação;
- reformulação bem sucedida de procedimento licitatório visando a renovação da frota de veículos utilizados no desempenho das atividades da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Início e conclusão do processo de reestruturação, com a remessa de alteração do regimento interno ao egrégio Conselho da Magistratura.
- solicitação de certificado digital (e-CPF) para os Juízes Corregedores e servidores da CGJ;
- solicitação à Academia Judicial de cursos de capacitação para os servidores da CGJ.

10.2 Participação dos servidores da Secretaria- Geral em cursos de capacitação

No decorrer do ano de 2013 a servidora Beatriz Krause participou do Curso Completo Relativo ao SAJ 5 – 1º Grau e do Curso MS PROJECT 2010, e o Secretário Christiano Oliveira Carioni do curso de “Comunicação Institucional com Foco na Comunicação Interna”, todos realizados pela Academia Judicial.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Praticamente todas as metas planejadas no ano anterior foram alcançadas ou até superadas. Vários projetos e ações foram adicionados em 2013.

Para os resultados obtidos, que penso serem expressivos, foram decisivos o trabalho sério e competente dos inteligentes e dedicados Juízes-Corregedores Vitoraldo Bridi, do Núcleo I – Orientação Institucional; Antônio Zoldan da Veiga, do Núcleo II – Planejamento, Projetos e Revisão do Código de Normas; Luiz César Schweitzer e Maria Paula Kern, do Núcleo III – Correicional e Instrução Disciplinar; Davidson Jahn Mello e Iraci Satomi Kuraoka Schiocchet, do Núcleo IV – Serventias Extrajudiciais; e Alexandre Karazawa Takaschima, do Núcleo V.

A Comissão Estadual Judiciária de Adoção – Ceja, que tem à frente a Senhora Mery-Ann G. Furtado e Silva, igualmente merece registro positivo, bem como todos os demais setores, sem exceção. Deixa-se de nomeá-los um a um, para evitar o risco de eventual omissão. O mérito é de todos, sem exceção, mas pela afinidade com as funções do gabinete, cito Christiano Oliveira Carioni, Secretário-Geral da Corregedoria-Geral da Justiça; Giselle Volpato Faria, Oficial de Gabinete; Tatiana Melissa Matos, Secretária Jurídica; Antônio Carlos Michelin, Chefe da Divisão Judiciária; e Sônia Maria Schmitt Pasini, Chefe da Divisão Administrativa.

Os magistrados e servidores de primeiro grau foram notáveis em sua dedicação para que as atividades correicionais lograssem êxito na base do Poder Judiciário, que é o patamar mais sensível e necessitado pelo cidadão.

Renovo, também, o reconhecimento ao apoio que sempre recebi do Excelentíssimo Senhor Desembargador Cláudio Barreto Dutra, Presidente deste Poder Judiciário e, em especial, à Excelentíssima Senhora Desembargador Salete Silva Sommariva, Vice-Corregedora-Geral da Justiça, que sempre me distinguiu com sua leal amizade e particular afeto, sendo ela, com seu dinamismo e competência, a grande co-autora do que se expôs neste relatório e muito mais.

Florianópolis, 17 de dezembro de 2013.

Desembargador **Vanderlei Romer**
Corregedor-Geral da Justiça

ANEXO

11.1 Anexo 1

Relatório anual do Movimento Forense do Primeiro Grau de Jurisdição – Divisão Judiciária

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

DIVISÃO JUDICIÁRIA

ANÁLISE DO MOVIMENTO DAS CASAS DA CIDADANIA

2013 (janeiro a novembro)

COMARCA	CASA DA CIDADANIA	TOTAL DE PROCEDIMENTOS INICIADOS	ACORDOS	ACORDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROCEDIMENTOS	PESSOAS OUIDAS
TOTAL		11.505	5.643	49%	42.968
RIO DO SUL	AGRÔNOMICA	54	33	61%	68
ASCURRA	ASCURRA	245	173	71%	151
RIO DO SUL	AURORA	72	56	78%	53
ARAQUARI	BALNEÁRIO BARRA DO SUL	32	23	72%	5.281
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	347	263	76%	3.870
TIMBÓ	BENEDITO NOVO	174	100	57%	415
LAGES	BOCAINA DO SUL	3	0	0%	3
BRUSQUE	BOTUVERÁ	184	152	83%	0
CAMBORIÚ	CAMBORIÚ	149	127	85%	1.184
SÃO BENTO DO SUL	CAMPO ALEGRE	174	129	74%	406
TJUCAS	CANELINHA	25	25	100%	798
CAMPO BELO DO SUL	CAPÃO ALTO	0	0	0%	12
ANITA GARIBALDI	CELSO RAMOS	41	35	85%	1.020
CRICIÚMA	CENTRO	684	50	7%	206
CAMPO BELO DO SUL	CERRO NEGRO	12	9	75%	91
URUSSANGA	CÓCAL DO SUL	192	4	2%	62
PRESIDENTE GETÚLIO	DONA EMMA	97	92	95%	24
TIMBÓ	DOUTOR PEDRINHO	67	49	73%	22
QUILOMBO	FORMOSA DO SUL	18	13	72%	20
FRAIBURGO	FRAIBURGO	52	47	90%	0
BRUSQUE	GUABIRUBA	7	3	43%	2.286
ITUPORANGA	IMBUÍ	231	117	51%	7.749
INDAIAL	INDAIAL	238	162	68%	1.411
CAPINZAL	IPIRA	54	26	48%	68
ABELARDO LUZ	IPUAÇU	56	26	46%	129
MARAVILHA	IRACEMINHA	46	36	78%	64
CATANDUVAS	JABORÁ	23	17	74%	2.801
JOAÇABA	JOAÇABA	106	46	43%	134
IBIRAMA	JOSÉ BOITEUX	86	30	35%	57
CAPINZAL	LACERDÓPOLIS	90	80	89%	49
RIO DO OESTE	LAURENTINO	404	320	79%	232
RIO DO SUL	LONTRAS	290	204	70%	782
NAVEGANTES	LUIZ ALVES	8	2	25%	154
MARAVILHA	MARAVILHA	160	63	39%	102
FRAIBURGO	MONTE CARLO	96	41	43%	87
URUSSANGA	MORRO DA FUMAÇA	32	31	97%	229
SÃO JOÃO BATISTA	NOVA TRENTO	243	219	90%	440
CRICIÚMA	NOVA VENEZA	42	33	79%	111
ORLEANS	ORLEANS	391	151	39%	20
CAPINZAL	OURO	16	11	69%	92
ABELARDO LUZ	OURO VERDE	133	115	86%	285
DIONÍSIO CERQUEIRA	PALMA SOLA	75	29	39%	1.848
SANTA ROSA DO SUL	PASSO DE TORRES	40	34	85%	111
BALNEÁRIO PIÇARRAS	PENHA	1.292	106	8%	1.131
ITUPORANGA	PETROLÂNDIA	154	34	22%	2.363
CAPINZAL	PIRATUBA	44	20	45%	170
CORREIA PINTO	PONTE ALTA	23	15	65%	63
TROMBUDO CENTRAL	POUSO REDONDO	141	113	80%	419
PRESIDENTE GETÚLIO	PRESIDENTE GETÚLIO	554	101	18%	48
RIO DO SUL	PRESIDENTE NEREU	43	31	72%	18
CRICIÚMA	PRÓSPERA	300	44	15%	86
CAÇADOR	RIO DAS ANTAS	67	42	63%	305
RIO DO CAMPO	RIO DO CAMPO	115	57	50%	131
RIO DO OESTE	RIO DO OESTE	84	48	57%	77
TIMBÓ	RIO DOS CEDROS	90	62	69%	171
CRICIÚMA	RIO MAINA	498	51	10%	113
ANCHIETA	ROMELÂNDIA	84	54	64%	1.084
CRICIÚMA	SIDERÓPOLIS	59	56	95%	77
CURITIBANOS	SÃO CRISTÓVÃO DO SUL	2	1	50%	31
TJUCAS	TJUCAS	966	861	89%	0
TIMBÓ	TIMBÓ	161	46	29%	0
SANTA CECÍLIA	TIMBÓ GRANDE	146	41	28%	1.530
JOAÇABA	TREZE TILHAS	360	166	46%	73
CANOINHAS	TRÊS BARRAS	178	118	66%	957
ITUPORANGA	VIDAL RAMOS	29	21	72%	205
PRESIDENTE GETÚLIO	VITOR MEIRELES	28	25	89%	128
PRESIDENTE GETÚLIO	WITMARSUM	168	110	65%	364
CAMPOS NOVOS	ZORTÉA	115	109	95%	170
JOAÇABA	ÁGUA DOCE	144	82	57%	123
CORONEL FREITAS	ÁGUAS FRIAS	171	53	31%	194
TOTAL		11.505	5.643	49%	42.968

Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina - Corregedoria-Geral da Justiça - Divisão Judiciária
Movimento Forense da Justiça do Primeiro Grau de Jurisdição
Consideradas todas as classes processuais (de conhecimento, execuções de sentença, incidentes e as ações incidentais) - menos recursos

Ano	Processos Iniciados Total	Execuções Fiscais Iniciadas	Iniciados SEM Execuções	Processos Encerrados Total	Execuções Fiscais Encerradas	Encerrados SEM Execuções	Processos Julgados Total	Execuções Fiscais Julgadas	Julgados SEM Execuções	Em Andamento final do ano Total	Execuções Fiscais em Andamento	Em Andamento Sem Execuções	Média de Juizes 1º grau em atividade (final do ano)	Média proc. Julg. por juiz - SEM exec fisc	Média proc. Julg por juiz - COM Exec Fisc
2000	464.945	69.436	395.509	377.205	61.736	315.469	225.789	39.652	186.137	839.081	275.897	563.184	257	724	879
2001	542.599	116.352	426.247	393.699	64.082	329.617	233.686	28.198	205.488	987.981	328.167	659.814	249	825	938
2002	616.933	135.412	481.521	490.228	82.101	408.127	299.203	43.265	255.938	1.114.686	381.478	733.208	260	984	1.151
2003 *	667.280	142.118	525.162	372.990	10.576	362.414	330.009	43.313	286.696	1.408.976	513.020	895.956	279	1.028	1.183
2004	714.434	136.602	577.832	489.021	63.243	425.778	360.786	54.486	306.300	1.634.389	586.379	1.048.010	298	1.028	1.211
2005	704.333	101.933	602.400	616.176	73.485	542.691	414.856	68.076	346.780	1.722.546	614.827	1.107.719	321	1.080	1.292
2006 **	794.603	154.514	640.089	708.469	128.986	579.483	511.242	87.663	423.579	1.808.680	640.355	1.168.325	316	1.340	1.618
2007	891.623	137.153	754.470	833.772	138.500	695.272	529.360	92.297	437.063	1.866.531	639.008	1.227.523	327	1.337	1.619
2008	895.640	118.915	776.725	822.255	97.678	724.577	574.739	118.390	456.349	1.939.916	660.245	1.279.671	352	1.296	1.633
2009	866.152	109.555	756.597	774.026	75.450	698.576	556.998	107.197	449.801	2.032.042	694.350	1.337.692	352	1.278	1.582
2010	922.197	168.052	754.145	851.085	146.461	704.624	668.301	156.866	511.435	2.103.154	715.941	1.387.213	361	1.417	1.851
2011	921.528	147.302	774.226	843.562	119.994	723.568	617.546	106.889	510.657	2.181.120	743.249	1.437.871	362	1.411	1.706
2012	981.849	131.652	850.197	902.366	111.583	790.783	650.066	122.245	527.821	2.260.603	763.318	1.497.285	356	1.483	1.826
2013***	1.061.150	114.340	946.810	927.052	144.500	782.552	695.604	107.686	587.918	2.394.701	733.158	1.661.543	379	1.551	1.835

(*) Nos anos de 2000 a 2005 foram ajustados os valores dos processos julgados, em virtude de não mais se considerar os arquivamentos administrativos.

(**) No ano de 2006 a Corregedoria passou a utilizar o Saj/Estatística como ferramenta de trabalho, que possui uma metodologia ligeiramente diferenciada dos antigos "mapas estatísticos", o que pode ocasionar pequenas variações na totalização dos dados.

(***) Valores projetados para o mês de dezembro/2013, bem como sujeito à alterações em virtude de problemas ocorridos na migração do saj3 para o saj5.

